

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Este exemplar corresponde à
edição final da dissertação
de feitura pelo interessado e
aprovada pela comissão
julga-dora

27/09/1990

[Handwritten signature]

ESTADO-NAÇÃO E IDEOLOGIA NACIONAL

Tese de Doutorado em Ciências Sociais,
apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.

São João, 1990

LÚCIO FLÁVIO RODRIGUES DE ALMEIDA

Campinas 1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I. NAÇÃO E NACIONALISMO NOS TEXTOS "CIRCUNSTANCIAS" DE MARX E ENGELS	10
1. O Trajeto das Análises Tradicionais	11
2. Teoria e Estratégia Políticas na Análise de Questões Nacionais em 1848/9	22
3. Estratégia Política e Questões Nacionais nas Formações Pré-Capitalistas	37
4. Nação e Nacionalidade: um balanço das teses de Marx e Engels em 1848/9	62
II. NAÇÃO E CAPITALISMO: ASPECTOS ESTRUTURAIIS DA IDEOLO- GIA NACIONAL	74
1. Uma Proposta de Análise	75
2. Mercadoria e Ideologia Nacional	81
3. Relações de Produção e Ideologia Nacional	94
4. Direito Burguês e Ideologia Nacional	111
5. Territorialidade e Ideologia Nacional	116
III. IDEOLOGIA NACIONAL E LUTAS DE CLASSES	133
1. Ideologia Nacional e Nacionalismo	134
2. Ideologia Nacional e Democracia Burguesa	150
2.1. Ideologia nacional e variantes ideológicas	151
2.1.1. Ideologia nacional e formas de presença po- pular na política	160
2.1.2. Determinações "popular" e "de classe" na apro- priação da ideologia nacional	163
2.2. Ideologia nacional e nacionalitarismo	178
CONCLUSÃO	183
NOTAS	187
BIBLIOGRAFIA	218

INTRODUÇÃO

Apesar de um persistente lugar-comum sobre a resistência do "fenômeno nacional" a qualquer esforço de teorização, tem havido razoáveis avanços neste sentido. Trata-se, inclusive, de uma das poucas áreas de estudo das relações sociais que ainda permanecem imunes ao martirologio sobre a crise das chamadas ciências humanas ou mesmo de qualquer conhecimento voltado para a busca da cientificidade. Talvez porque as dificuldades postas pelo objeto já sejam tão grandes que dispensem os autores de se voltarem o tempo todo para seus próprios "umbigos epistemológicos", não tem faltado recentes e boas análises do tema, nas quais teoria geral e metodologia se entrelaçam com hipóteses afirmativas acerca do objeto estudado (1).

A partir de minha perspectiva teórica, o estudo do tema é considerado importante para o desenvolvimento da teoria do Estado e das ideologias na sociedade capitalista, contribuição que se expressa principalmente no que se refere à inteligibilidade dos nexos entre nação e capitalismo.

O objetivo deste trabalho é contribuir para a abordagem dessa questão a partir de uma certa leitura de Marx, a qual é fortemente marcada pelas reflexões de Nicos Poulantzas em um certo momento de seu percurso intelectual - o de Pouvoir Politique et Classes Sociales (2) - e, logo, dos esforços teóricos empreendidos por uma série de autores que, de um modo ou de ou-

tro, procuraram desenvolvê-las.

Na origem deste trabalho estava uma questão: por que a ausência de uma análise mais detalhada de O Capital na maioria dos exames das possíveis contribuições dos escritos de Marx para a compreensão da realidade nacional?

No que se refere a uma perspectiva influenciada pelas pesquisas teóricas de matiz althusseriano, a importância dessa possível lacuna amplia-se consideravelmente pois, neste caso, supõe-se a presença indireta, em O Capital, de hipóteses acerca do papel das estruturas política e ideológica na constituição das próprias relações de produção. Logo, por que não examinar pelo menos algumas dessas hipóteses indiretamente presentes na principal obra teórica de Marx, no que elas se referem à ideologia nacional? E, inversamente, por que não estudar a possível implicação das teses sobre as relações de produção capitalistas para uma análise de uma dimensão ideológica específica?

Tal questão implica uma escolha: a de onde buscar, na obra de Marx, as contribuições mais fecundas para a análise do tema. Escolha que, por sua vez, é orientada por uma hipótese acerca dos vínculos entre nação e um tipo específico de estrutura social.

Isso exige um exame prévio dos textos para os quais se voltou a maioria dos autores empenhados naquela procura: os escritos "circunstanciais" de Marx e Engels elaborados principalmente com referência a questões nacionais em sociedades pré-capitalistas, sobretudo no bojo das revoluções de 1848.

É por este motivo que o exame de possíveis contri-

buições para o estudo do tema em O Capital (capítulo II da tese) é precedido de uma análise crítica do trajeto mencionado no parágrafo anterior (cap. I). Esta análise implica: 1º) o exame das posições de Marx (e Engels) no período; 2º) o debate com autores engajados naquele trajeto; 3º) o delineamento de questões implicadas nesse debate, as quais orientarão meu exame de O Capital. No capítulo III, proponho algumas hipóteses teóricas acerca das relações entre lutas de classes e ideologia nacional, o que supõe um debate com autores que, dentro e fora do campo teórico em que me situo, voltaram-se, de algum modo, para o estudo das diferentes apropriações sociais dessa ideologia.

Tanto neste como nos demais capítulos, mesmo quando o tom é exageradamente polêmico, refiro-me sempre a autores cuja contribuição para o conhecimento da ideologia nacional é inegável e com os quais muito aprendi. Em outros termos, não vi nenhum benefício em debater com weberianos, marxistas ou hegelianos "vulgares" e, inclusive, reconheço que os marxistas que critico expressam posições teoricamente defensáveis mesmo no que se relacionam com outras leituras (às vezes demasiado literais...) dos textos de Marx.

Minha tese apresenta graves limitações que fazem dela um trabalho menor, embora - espero - não lhe retirem toda a utilidade. Fugiu ao seu objetivo o tratamento direto das fontes, para o qual seria indispensável um conhecimento do idioma em que foram escritas. Tampouco se trata de uma análise que, por meio de procedimentos metodológicos adequados, procu-

ra desvendar as estruturas discursivas dos textos de Marx e Engels sobre a questão nacional.

Trata-se de uma discussão de teses teórico-metodológicas. Teses acerca de certos procedimentos usados por Marx e Engels ao se debruçarem sobre a questão nacional; teses sobre a possível fecundidade de certas abordagens do tema possibilitadas pela leitura desses dois autores; teses - enfim - que problematizam (a partir dessa perspectiva) outras abordagens teóricas do fenômeno nacional.

A possível originalidade deste trabalho consiste em apontar um caminho de análise surpreendentemente pouco trilhado pelos estudiosos marxistas do tema, caminho que - como se sabe - já foi percorrido por outros autores - aos quais recorro fartamente - no que se refere à abordagem de outros aspectos das relações sociais, em particular aqueles diretamente relacionados com a estrutura do Estado capitalista. O que espero é contribuir para o exame da fecundidade desse trajeto no que se refere à análise de uma dimensão crucial da ideologia dominante na sociedade capitalista: sua dimensão nacional.

Creio desnecessário estender-me sobre a importância política de tal análise. Os impactos da ideologia nacional sobre o movimento operário e os atuais acontecimentos na Europa centro-oriental, marcados pela intensificação do fervor nacionalista, já são suficientes para revelar que aquela ideologia não pode ser reduzida à condição de simples resquício de épocas já superadas pela fase atual da internacionalização do capitalismo.

Sob muitos aspectos, sou grato a Décio Saes, principalmente pelos seus textos, de onde retirei indicações valiosas para o encaminhamento de grande parte das questões que abordo neste trabalho; e pelas sugestões que, ao longo da orientação de minha pesquisa, ele me transmitiu diretamente e que nem sempre eu pude aproveitar.

Enfim, a boa qualidade da orientação não exime o orientando da responsabilidade pelo que escreve.

I. NAÇÃO E NACIONALISMO NOS TEXTOS "CIRCUN-
CIAIS" DE MARX E ENGELS

1. O Trajeto das Análises Tradicionais

Existe uma teoria da nação em Marx? Esta é a pergunta em torno da qual têm girado as exegeses dos textos desse autor acerca da "questão nacional".

A pergunta não é recente e tampouco a resposta encontrada pela maioria dos que a formularam. Já em 1908, Kautsky afirmou que a nacionalidade é "um Proteu que nos escapa das mãos quando queremos pegá-lo e que, todavia, está sempre presente, exercendo sua poderosa influência sobre nós" (1). Com essa metáfora, Kautsky sintetizou um padrão de abordagem das relações de Marx com a questão nacional que é constituído por duas convicções básicas: 1º) tal questão ocupou um lugar importante no universo de preocupações de Marx (e Engels); 2º) isso não resultou em uma abordagem teoricamente adequada da realidade nacional. Como diz R. Galissot, "em Marx a nação é, mas jamais é dito o que ela é" (2). P. Anderson, por sua vez, indo além da simples constatação, acena para as "graves consequências" provocadas pelo "grande silêncio (de Marx) sobre o caráter das nações e do nacionalismo" (3).

A perplexidade diante do paradoxal silêncio teórico de autores que se viram frequentemente às voltas com o problema nacional termina por alimentar uma outra questão: como explicar o silêncio?

Para uns, tratava-se de uma posição de princípio teórico e político. Em um período histórico marcado pela maré montante do nacionalismo, Marx e Engels teriam detectado a necessidade estratégica de afirmar o primado político do internacio-

nalismo. A nível mais propriamente teórico, tratar-se-ia, para ambos, de insistir no primado da classe sobre a nação como categoria explicativa básica da totalidade social (4). Fica por explicar, no entanto, porque uma teoria que afirma o primado da luta de classes não pode abrigar uma teorização sobre a nação e o nacionalismo.

Por outro lado, mesmo se reduzida ao caráter de simples constatação, a temática da dupla recusa não está immune à crítica. Pode-se mesmo afirmar que, no caso dos movimentos nacionais que eclodiram no interior do império austríaco, em 1848-9, faltou justamente uma análise de classes com vistas a possibilitar o desvendamento das distintas forças em luta e, logo, de seu potencial revolucionário ou contra-revolucionário.

Outros autores insistem na tese de que, longe de ter sido meramente opcional, o silêncio deveu-se à absoluta falta do que dizer. É o caso de Mármora, para quem o reducionismo economicista teria sido o principal responsável pela inexistência, na obra de Marx, de uma teoria da política (inclusive do Estado) e da ideologia. Frente a esta dupla ausência, teria sido impossível chegar a uma abordagem teórica global do fenômeno nacional "sem negar-se a si mesmo em seus princípios básicos" (5). Paradoxalmente, tal avaliação não impedirá seu autor de empreender a tarefa de formular, a partir das últimas análises de Poulantzas (6), uma teoria da nação fundada no conceito simples de capital nos termos em que este foi teorizado por...Marx.

Um paradoxo simetricamente oposto é-nos apresentado

por Maxime Rodinson, que, contrariamente à posição predominante entre os estudiosos ocidentais, afirma a possibilidade de se "desenvolver uma sociologia marxista da nação a partir de bases marxistas", desde que se assumam duas condições: a de evitar o procedimento escolástico que consiste em partir de uma definição prévia e definitiva de "nação" e a de desenvolver a teoria a partir dos pressupostos implícitos e investigações teóricas de Marx (7). Infelizmente a demarche de Rodinson transcorre, no essencial, no interior das contribuições da Escola Francesa de Sociologia, particularmente as formuladas por Marcel Mauss. Aqui se sugere, portanto, a fecundidade de um caminho que não chega a ser percorrido, ao mesmo tempo em que ali é negado um outro que efetivamente se trilha.

As referências à recusa à generalização, à ausência de uma teoria da política e das ideologias ou à necessidade de se partir dos pressupostos implícitos apontam, para além da ausência de formulações teóricas explícitas, uma outra questão igualmente espinhosa: a do lugar dos textos mais diretamente voltados para a questão nacional no conjunto da produção intelectual de Marx. Tratam-se, como se sabe, de textos circunstanciais (cartas, artigos de jornal, relatórios) voltados para a prática política imediata e, em grande parte, apoiados em informações fragmentadas.

Para muitos pesquisadores, faltou, na abordagem efetuada por Marx e, principalmente, por Engels, um paciente trabalho de elaboração teórica, o que teria contribuído para a adoção, por estes autores, de formulações básicas que se cho-

cam abertamente com o paradigma de análise marxista. Este seria o caso, principalmente, do recurso a noções como as de "povos históricos" - "povos sem história", "nações vitais - "nações não-vitais" e "povos revolucionários" - "povos contra-revolucionários", cuja incorporação acrítica, embora tenha expressado certos aspectos e momentos da prática política e ideológica de Marx e Engels, não deve ser confundida com a contribuição científica destes autores. Segundo Roman Rosdolsky, por exemplo, em se tratando "de artigos de periódicos políticos - ainda que provenham de homens como Engels e Marx - não se pode reclamar a mesma medida de objetividade e exatidão que se espera de obras propriamente científicas". Muito do que estes autores escreveram sobre questões políticas conjunturais "não só parece hoje antiquado mas, já em sua época, incorreto e indefensável, podendo contribuir simplesmente para a compreensão de seus erros (assim como das situações nas quais se originaram). É evidente que entre eles também figuram muitíssimas de suas exteriorizações sobre as lutas das nacionalidades austríacas, sobre o pan-eslavismo, etc., e apenas separando cuidadosamente o essencial do inessencial, os conhecimentos históricos reais das meras 'aplicações práticas' políticas, conseguiremos penetrar no núcleo propriamente teórico de seus pareceres e apreender seu método científico" (8).

Outros, como é o caso de Marmorá, já vêem as referidas análises como expressão adequada da teoria marxista, em um duplo sentido. Por um lado, elas teriam partido de premissas básicas do marxismo, tais como uma certa concepção de progres-

so, de revolução e de totalidade social. Por outro lado, expressariam as insuficiências dessa teoria para as análises que seus autores se propuseram a efetuar. Inadequação que estaria, aliás, na base do empréstimo acrítico que teriam feito de outras concepções teórico-ideológicas (9).

A pesquisa de Rosdolsky é valiosa na medida em que empreende um estudo criterioso das condições de produção de uma série de escritos de Marx e Engels a partir do exame da intervenção política de ambos na revolução de 1848. Mármora, por sua vez, amplia o escopo da discussão, visando desvendar os nexos entre a concepção global de revolução em Marx e as dificuldades em teorizar acerca do fenômeno nacional.

Todavia, na medida em que tais estudos negligenciam aspectos importantes de uma possível abordagem marxista da nação, eles correm o sério risco de se verem desprovidos de alguns critérios teóricos decisivos para os rumos da pesquisa. E, aqui, o risco maior é justamente o de não se encontrar aquilo que não teria razão de estar onde foi inconsequentemente buscado. Isso porque, para além de questões de ordem técnica (maior ou menor grau de elaboração da análise), de uma recusa de princípio e mesmo de uma insuficiência teórica de base, existe um problema central que diz respeito, principalmente, à própria natureza do objeto.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que, na imensa maioria das vezes em que Marx e Engels se debruçam sobre a questão nacional, trata-se de analisá-la tal como se manifesta em formações sociais pré-capitalistas. A própria

estratégia revolucionária que orientou sua intervenção política nas revoluções de 1848 (revolução socialista na Inglaterra, revolução democrático-burguesa na Europa centro-oriental) aponta, do ponto de vista teórico, para essa distinção da ordem do objeto: formação social capitalista - formações sociais pré-capitalistas. Supor que no exame da questão nacional no interior dessas últimas formações sociais deveriam intervir diretamente os conceitos com os quais Marx analisa as estruturas específicas do modo de produção capitalista (especialmente a estrutura jurídico-política) é situar-se frente a uma alternativa cuja fecundidade é, a meu ver, questionável: ou se ignora a especificidade do modo de produção capitalista ou se parte de um suposto que precisa ser demonstrado, o da trans-historicidade da nação. Um dos objetivos deste capítulo será justamente o questionamento de tal suposto.

Em segundo lugar, ao lado dessa diferença de "alvo" da análise, existe uma outra de ordem metodológica. Na imensa maioria dos textos que se referem explicitamente à questão nacional, não se privilegia a análise das leis de reprodução/trans-formação das formações sociais onde ela ocorre. Ao contrário, tais formações sociais são vistas principalmente "de fora", ou seja, a partir de uma perspectiva que privilegia o exame do papel que os movimentos nacionais nelas inseridos poderiam desempenhar no sentido de favorecer ou obstaculizar uma revolução considerada iminente e cujo centro estratégico se atribuía à Europa Ocidental. Mais do que uma análise da estrutura das formações sociais do império austríaco e um exame do caráter de classe dos distintos movimentos nacionais que vicejaram

na maioria delas, buscou-se avaliar fundamentalmente o peso desses movimentos no tabuleiro político internacional, visto este da perspectiva de uma revolução em curso. Em outros termos, tais movimentos foram avaliados do ponto de vista de suas consequências políticas e não de suas determinações estruturais.

Esta segunda distinção justifica, inclusive, uma demarcação no interior do conjunto dos textos de Marx e Engels voltados para a questão nacional, com vistas a neles detectar a predominância de uma ou outra perspectiva. Tome-mos, por exemplo, dois momentos da análise de Marx sobre a questão nacional irlandesa.

Da mesma forma que outros movimentos nacionais, a luta pela libertação da Irlanda era vista por Marx como tendo seus objetivos totalmente dependentes do curso da revolução socialista a ser levada a cabo, em primeiro lugar, pelo proletariado inglês. Aplicava-se à Irlanda o que Marx já dissera acerca da luta pela independência da Polônia, em 1847: "a vitória dos proletários ingleses sobre a burguesia inglesa será decisiva para a vitória de todos os oprimidos pelos seus opressores. Este é o motivo pelo qual a luta de emancipação polonesa não se resolverá na Polônia, mas na Inglaterra" (10).

Em 1869, Marx inverteu sua posição frente ao movimento nacional irlandês. Caberia, então, ao proletariado da Inglaterra apoiar decididamente a luta pela autonomia irlandesa por razões que, longe de se deverem a uma "simpatia pelo povo irlandês", residiam no próprio interesse do proletaria-

do da metrópole. Marx fundamentou tal mudança de posição em duas ordens de argumentos.

Em primeiro lugar, enquanto a Irlanda fosse oprimida, haveria uma profunda divisão nas fileiras do proletariado da Inglaterra, no qual havia a participação de um grande número de irlandeses.

Em segundo lugar, a primeira condição para a revolução socialista na Inglaterra era abater a oligarquia terratenente, a qual ocupava sólidas posições na Irlanda. E seria mais fácil ao povo irlandês independente derrotá-la na Irlanda do que ao proletariado inglês vencê-la na metrópole (11).

Renato Levrero já mencionou a existência de uma estreita relação entre a mudança de posição frente à questão irlandesa e dois aspectos da trajetória de Marx, os quais estariam, por sua vez, interligados: os desenvolvimentos teóricos sobre as conexões entre metrópole e colônia no bojo do processo de acumulação capitalista e a atuação política de Marx, já então como dirigente da Internacional.

Segundo Levrero, os estudos de Marx sobre a acumulação primitiva, com vistas à elaboração de O Capital, foram decisivos para a virada de perspectiva frente à independência da Irlanda. Se antes Marx considerava o colonialismo europeu como essencialmente progressista, pois impulsionava o desenvolvimento capitalista nas colônias, e atribuía, no que se refere à Europa Centro-Oriental, um papel revolucionário à burguesia, mais tarde ele se dirigiria para conclusões opostas. Não apenas se evidenciavam os limites da posição revolucionária da burguesia europeia como também os e-

feitos contraditórios da expansão colonial européia. Esta limitava-se a produzir "uma caricatura do desenvolvimento capitalista da metrópole" e, aos poucos, deixava à mostra os nexos econômicos, sociais e políticos que mantinha com o seu modelo. Segundo Levrero, Marx descobriria que "se existe uma lei geral da acumulação capitalista, ela tem efeitos espetacularmente opostos na metrópole e na colônia" (13). Se na Inglaterra o resultado fora a criação de um vigoroso mercado interno, na Irlanda o que ocorreu foi principalmente a constituição de uma superpopulação relativa que levou, no mesmo passo que à expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, à compressão salarial; se na Inglaterra desenvolveu-se a industrialização capitalista, a Irlanda, por sua vez, transformou-se em um apêndice agrícola da Inglaterra; se nesta houve uma tendência à diminuição da jornada de trabalho e ao aumento do salário, naquela os salários tornaram-se cada vez mais miseráveis; se na Inglaterra a reserva agrária era recrutada nas cidades, na Irlanda a reserva de trabalhadores urbanos continuava engrossando as fileiras dos trabalhadores rurais (14).

Independentemente de se concordar com as conclusões de Levrero, para quem Marx, no cap. XXIII do livro 1 de O Capital, apresenta "uma completa fenomenologia do moderno subdesenvolvimento" (15), dois aspectos das análises de Marx sobre o movimento nacional irlandês devem ser destacados. Em primeiro lugar, as determinações estruturais da formação social pré-capitalista, nelas incluídos seus vínculos com a formação social hegemônica, são incorporadas ao exame do movimento na-

cional. Em segundo lugar, a estreita articulação entre as formações sociais irlandesa e inglesa (esta última, uma formação social capitalista) traduzia-se, ao nível das preocupações políticas de Marx, por um enfoque que privilegiava os efeitos dessas relações no interior da formação social dominante. A autonomia da Irlanda, ao contribuir para atenuar o preconceito nacional do proletariado inglês e abater o predomínio dos landlords ingleses na própria Irlanda e, sobretudo, na Inglaterra, desbloquearia a revolução socialista neste último país.

Agora, a análise, ao mesmo tempo em que busca detectar o caráter de classe do movimento nacional irlandês a partir das determinações estruturais de ambas as formações sócio-econômicas, aponta para os efeitos desse movimento ao nível das lutas de classes naquele que, então, se supunha ser o principal cenário da revolução proletária. Para os objetivos deste trabalho pouco importa se a análise concreta e estratégia política se revelaram corretas, mas sim destacar que a mudança radical de estratégia política se fez acompanhar de uma virada de perspectiva na abordagem do movimento nacional em pauta.

Tais considerações parecem-me suficientes para justificar um critério de demarcação no interior dos chamados "textos de circunstância" de Marx e Engels acerca da questão nacional. Em um primeiro conjunto incluir-se-iam aqueles nos quais se efetua uma análise "de dentro", ou seja, que focalizam as relações internas a uma formação social. No outro conjunto, os textos que, ao privilegiarem a perspectiva estratégica à qual me referi no início deste capítulo, expressam uma análise "de fora", isto é, que não empreende nenhum exame

aprofundado da estrutura de sociedades pré-capitalistas em cujo interior se constituiu o movimento nacional.

Estudos meticolosos como, por exemplo, o de Rosdolsky sobre os eslavos do sul, demonstraram o quanto muitas das análises do segundo conjunto foram periclitadas no que se refere ao conhecimento das forças internas às formações sociais dominadas pelo império austríaco. Mesmo assim, tais escritos, marcados, como se sabe, pela heterogeneidade teórica e por diferentes graus de elaboração, podem ser importantes no sentido de contribuírem indiretamente para se pensar a relação entre nação e capitalismo. Ocorre que a grande maioria das exegeses busca justamente o oposto, ou seja, uma teoria da nação nas formações sociais pré-capitalistas ou, no mínimo, uma teoria da nação que derive diretamente da análise dessas formações sociais. Estudos desse tipo, na medida em que apresentem novos dados empíricos, sempre contribuirão para o conhecimento da trajetória política e intelectual de Marx e Engels. Porém, de um ponto de vista rigorosamente teórico, é possível que tendam a permanecer às voltas com a pouco fecunda tarefa de explicar a inexistência do que inadvertidamente se buscou.

2. Teoria e Estratégia Políticas na Análise de Questões Nacionais em 1848/9

Como já vimos, enquanto alguns exegetas, ao se apegarem à hipótese da dupla recusa, terminam por transformar uma pretensa necessidade em aparente virtude, outros se referem a uma insuficiência teórica geral do marxismo para a análise do fenômeno nacional.

Detenhamo-nos um pouco sobre esta última hipótese, pois ela supõe um trajeto semelhante ao que Levrero sugerira para o exame das posições de Marx. Trata-se, segundo as próprias palavras de Marmorá, de partir das concepções de Marx e Engels acerca da revolução, pois esta "é o centro que anima e dá lógica a todas as posições teóricas e práticas (de ambos) frente ao problema nacional" (16).

No que se refere aos objetivos deste trabalho, pode ser útil reconstituir a teoria da revolução elaborada em um certo momento da trajetória de Marx e Engels na medida em que isso nos auxilie no conhecimento de como ambos apreendiam certos aspectos estruturais dos modos de produção, aspectos estes voltados especificamente para a configuração de "relações nacionais".

Todavia, uma abordagem desse tipo apresenta uma série de problemas que, se ignorados, podem levar a conclusões demasiado simplistas acerca de uma questão cuja complexidade é difícil de exagerar. O principal deles - que me parece presente na própria análise de Marmorá - é o risco de uma indistinção entre teoria e estratégia.

Uma teoria da revolução supõe uma teoria do que é revolucionado, assim como uma teoria daquilo em que algo é revolucionado. Rigorosamente falando, uma teoria da revolução socialista supõe uma teorização prévia do processo de reprodução do modo de produção capitalista, assim como de suas tendências internas à sua própria transformação. Supõe, em sentido amplo, uma teoria das estruturas típicas daquele modo de produção e, em sentido estrito, uma teoria do modo de estruturação do poder político e mais particularmente, do aparelho de Estado naquele tipo de sociedade. Esse conhecimento das estruturas é condição necessária para a definição dos objetivos (das "ta-

refas") a serem cumpridos pela ação revolucionária.

Por outro lado, uma revolução resulta da ação das forças sociais em luta, o que significa que uma teorização acerca da atividade revolucionária deve articular ao conhecimento dos objetivos estruturais, a detecção de quais forças sociais são objetivamente e estão subjetivamente interessadas em lutar por um revolução ou, reciprocamente, em obstaculizá-la. Em suma, uma teoria da revolução deve minimamente construir a mediação entre o conhecimento das estruturas de um modo de produção e a análise das forças em luta em cada conjuntura de uma formação social. A articulação dessa teoria (nos dois níveis referidos) com a prática revolucionária consiste precisamente na estratégia revolucionária, a qual se nutre, em cada momento, desses diferentes níveis da teoria, ao mesmo tempo em que, ao se redefinir permanentemente, contribui para a retificação desta última.

Nesse sentido, as relações entre teoria geral e estratégia política são necessariamente diferenciadas e dinâmicas.

Diferenciam-se porque, em primeiro lugar, o ritmo da produção de conhecimentos sobre os distintos níveis de um modo de produção não é homogêneo. Em segundo lugar, porque essa defasagem de conhecimento também se dá em relação aos distintos modos de produção. E, finalmente, porque há sempre uma diferença entre o conhecimento das estruturas e o das relações de forças na conjuntura de uma formação social.

Por sua vez, as relações entre teoria e estratégia políticas são dinâmicas porque, além de que ambas estão em processo de permanente interação, as próprias relações de forças se redefinem no processo de luta, redefinição esta que, aliás, assinala a configuração específica de cada conjuntura.

Tais considerações parecem-me suficientes para afirmar, de um lado, a articulação e, de outro, a distinção, não apenas entre os níveis de uma teoria da revolução que, em Marx, é o núcleo de uma teoria da história das sociedades, mas também entre eles e uma estratégia revolucionária.

No que se refere aos textos circunstanciais de Marx e Engels acerca de questões nacionais, caberia, portanto, considerar que consistem em intervenções políticas voltadas para a prática imediata e que neles predominam os aspectos "estratégicos", no sentido explicitado nos parágrafos anteriores.

Cabe examinar em que medida eles se relacionam com uma teoria geral da revolução. Todavia, um exame desta ordem passa, preliminarmente, pela inserção daquelas intervenções específicas no interior da estratégia mais geral de Marx em um momento determinado de sua trajetória política e intelectual.

As revoluções de 1848/9 constituem um momento privilegiado para um exame, segundo os critérios já explicitados, da relação entre estratégia revolucionária e teoria da revolução em Marx e Engels, visando detectar em que medida as intervenções de ambos expressam certas idéias acerca do fenômeno nacional e, mais especificamente, como estas concepções se relacionam com uma teoria da sociedade.

Uma primeira razão para essa escolha deve-se ao fato de grande parte dos textos circunstanciais voltados diretamente para a análise da questão nacional ter sido produzida naquele período e suscitada pela existência de movimentos nacionais cuja manifestação foi decisiva para o desenrolar do processo revolucionário. Pode-se mesmo acrescentar que a maioria dos textos dessa natureza escritos posteriormente voltar-se-ia para os desdobramentos dos mesmos movimentos nacionais.

As razões da escolha não se devem a uma simples questão de contabilidade de textos, mas também ao fato de que não apenas Marx e Engels participaram ativamente das revoluções de 1848 como haviam acabado de publicar o Manifesto do Partido Comunista, um texto no qual se sintetizam admiravelmente uma teoria da sociedade e uma estratégia revolucionária.

A estratégia revolucionária de Marx e Engels em 1848/9 partia da perspectiva de uma iminente revolução socialista em escala européia, a qual resultaria do entrelaçamento de dois processos políticos: na Europa central e oriental, uma revolução democrático-burguesa que estabeleceria um breve domínio capitalista e; mais a oeste, uma revolução socialista que se seguiria, na França, a um acirramento dos conflitos intra-burgueses e, na Inglaterra, que se supunha constituir o centro dinâmico da revolução internacional, tal revolução seria o resultado de um confronto aberto, que já se iniciava, entre o proletariado e a burguesia (17).

O fundamento objetivo do caráter proletário dessa revolução situava-se, aos olhos de Marx e Engels, na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas, a qual se aproximaria de seu ponto de ruptura. Ao mesmo tempo em que esta contradição minava a capacidade da burguesia em continuar como classe dominante, não apenas impulsionava o crescimento numérico e a concentração do proletariado como o impelia a desenvolver uma luta contra o conjunto da dominação burguesa, luta que estimulava e se nutria de formas de organização e consciência necessárias à instauração de um novo poder de classe.

Igualmente fundado nesta contradição entre forças produtivas e relações de produção capitalistas estaria em curso um processo de simplificação das contradições de classes. Este ocorreria ao nível estrutural - pois a pequena burguesia estaria fadada a um rápido desaparecimento - e também no que se refere à correlação de forças, na medida em que os diversos setores intermediários, diante da iminente proletarização, passariam para o campo do proletariado na luta contra o domínio burguês.

Qual a estratégia específica em relação à "Grande Alemanha", onde, como se viu, predominavam as estruturas pré-capitalistas? Aqui se tratava, antes de tudo, de uma revolução burguesa cujas tarefas principais seriam a destruição do feudalismo e do absolutismo, com vistas ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção, das forças produtivas industriais e à constituição de um Estado centralizado. Nesse

sentido, ainda se atribuía um considerável papel histórico à burguesia alemã e caberia aos proletários lutar ao seu lado todas as vezes em que ela agisse revolucionariamente. Ao mesmo tempo, os comunistas deveriam atuar no sentido de "despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães (soubessem) converter as condições sociais e políticas criadas pelo regime burguês em armas contra a burguesia". Dessa forma, preparavam-se as condições para que, "uma vez destruídas as classes reacionárias da Alemanha, se travasse uma luta decisiva contra a própria dominação burguesa (18).

Apesar de seu caráter burguês, a revolução alemã era considerada o principal objeto da atenção dos comunistas, pois ela se realizaria em bases muito distintas das anteriores, ou seja, "nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido" do que seus congêneres ingleses do séc. XVII e francês do séc. XVIII. Consequentemente, "a revolução burguesa alemã só poderia ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária" (19).

Em que consistiria o momento especificamente político dessas revoluções?

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels enunciavam uma tese fundamental para sua teoria da revolução: a de que "o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra" (2). No bojo do desenvolvimento das

forças produtivas e das relações de produção a burguesia passara por um longo processo de evolução política, convertendo-se, de "classe oprimida pelo despotismo feudal" em detentora da "soberania exclusiva no Estado representativo moderno". Dessa forma, "o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa" (21).

Uma segunda tese refere-se a um aspecto da estrutura do Estado que se constitui no bojo da revolução burguesa: a centralização política. Como "consequência necessária" do desenvolvimento das forças produtivas pela burguesia, as "províncias independentes, apenas ligadas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária" (22). Em seguida, será observado que, com o desenvolvimento ulterior das próprias forças produtivas, o próprio quadro estatal-nacional criado pela revolução burguesa revelar-se-á demasiado estreito. Nesse sentido, a centralização política, ao mesmo tempo em que constitui um enquadramento provisoriamente adequado às forças produtivas no capitalismo, prepara o advento da revolução proletária.

Por outro lado, Marx e Engels não desenvolvem nenhuma análise sistemática do modo de organização do Estado burguês, embora algumas referências esparsas sejam encontradas no Manifesto do Partido Comunista. Por exemplo, no cap. III, ao criticar

os adeptos do "socialismo alemão" (de caráter pequeno-burguês conservador) por imitarem, em um contexto pré-capitalista, as críticas que os socialistas e comunistas franceses faziam ao "liberalismo", ao "regime representativo", à "liberdade burguesa de imprensa", ao "direito burguês" e à "liberdade e igualdade burguesas", Marx e Engels observam que "a crítica francesa...pressupunha a sociedade burguesa moderna com as condições materiais de existência que lhe correspondem e uma constituição política adequada - precisamente as coisas que, na Alemanha, se trata de conquistar" (23). Indica-se, portanto, a existência de um nexo entre a superestrutura jurídico-política e a base material do capitalismo. No capítulo anterior, ao responderem às "objeções feitas pela burguesia ao comunismo", haviam explicado as "noções burguesas de liberdade, cultura, direito, etc." como decorrentes das relações de produção, da mesma forma que consideraram o direito (burguês) expressão da vontade da burguesia transformada em lei, "vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de existência" da classe dominante (24).

Como veremos no capítulo seguinte, trata-se aqui, mais do que de formulações rigorosamente sistematizadas, de indicações que, embora fecundas, apontam para uma dupla direção de análise que, mais tarde, serviria de base para concepções nas quais predomina um enfoque "instrumental" ou, ao contrário, "estrutural" do Estado e, em particular, do direito burguês. De qualquer modo, um certo silêncio teórico em relação à

estrutura interna do aparelho de Estado burguês (e, como veremos) socialista, levará no Manifesto do Partido Comunista, a uma abordagem que, no que tem de mais sistematizada, privilegiará dois aspectos mais "exteriores" do aparelho estatal: seu controle de classe (burguês ou proletário) e a centralização política.

No que se refere à política a ser implementada pelo novo poder, Marx e Engels apresentaram, como se sabe, um elenco de medidas iniciais suscetíveis de serem aplicadas "nos países mais adiantados". Tais medidas, embora pudessem parecer "insuficientes e insustentáveis", abririam caminho para outras mais radicalizadas no sentido de transformar o modo de produção. No fundamental, elas implicariam a estatização crescente do setor industrial, a plena estatização do setor bancário, da propriedade fundiária e dos meios de transporte e uma série de avanços no sentido de eliminar a distinção cidade-campo, da combinação da educação com a produção material e de que todos os membros da sociedade se constituíssem de trabalhadores (25).

Teriam Marx e Engels chegado, nos idos de 1847-9, a uma clara percepção dos vínculos estruturais entre Estado burguês e relações capitalistas de produção?

Fernando Claudin procura relativizar a idéia de que, no Manifesto do Partido Comunista, houvesse a identificação da conquista do poder pelo proletariado com a "simples conquista do Estado existente". Por um lado - argumenta o autor - a revolução era apresentada como a derrubada violenta do poder burguês por intermédio da "insurreição armada e do armamento do po-

vo, da criação de um 'exército popular', etc.; e, por outro, o programa só poderia ser executado com a "violação despótica do direito de propriedade e das relações burguesas de produção", o que significava, "na linguagem da época, a destruição da legalidade anterior" (26).

O programa apresentado no Manifesto do Partido Comunista seria adaptado, em março de 1848, às condições da revolução na Alemanha, com o título As Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha (27). O exame deste documento pode ser útil tanto no sentido de compreender as vicissitudes da estratégia política de Marx e Engels como também de auxiliar o entendimento de como eles integravam à sua concepção teórica geral uma análise dos vínculos entre a estrutura do Estado e um determinado poder de classe.

Todo um elenco de medidas propostas nas Reivindicações visava a destruição das relações pré-capitalistas na Alemanha, no sentido de, por um lado, eliminar, sem indenização, as obrigações feudais e transferir as hipotecas sobre as terras dos camponeses para o Estado, ao qual se pagariam os juros. Por outro lado, as terras e minas expropriadas da nobreza passariam igualmente para a propriedade do Estado e nelas se organizaria uma produção "em larga escala, com o recurso aos mais modernos processos científicos, no interesse da coletividade" (28). Em outros termos, implantar-se-ia a grande unidade de produção agrícola com base na propriedade coletiva dos meios de produção.

Em contrapartida, as medidas de caráter anti-burguês foram atenuadas, suprimindo-se - como observa Claudin - "a multiplicação de empresas fabris pertencentes ao Estado". Finalmente, o do-

cumento é mais explícito no que se refere a medidas de caráter especificamente político, tais como "república una e indivisível", "sufrágio universal" e "armamento geral do povo", medidas estas que - diz Claudin - no que se refere ao Manifesto Comunista, "já se dão por realizadas, pois se parte da idéia de que o proletariado já conquistou o poder político" (29).

Todavia, ainda que nas Reivindicações se expresse uma perspectiva de alteração da estrutura do Estado, elas não chegarão a ser pensadas como uma ruptura, nos termos em que será formulada por Marx e Engels no bojo da experiência da Comuna de Paris. Além do mais - e isso é essencial - nos idos de 1848, a destruição do Estado (aqui praticamente assimilada à sua extinção), corresponde a um momento posterior - e não inicial - da revolução proletária. As relacionarmos as perspectivas que se expressam nas Reivindicações (revolução em grande parte anti-feudal) e no Manifesto (revolução proletária), mais do que uma ruptura estrutural do Estado o que avulta é um crescendo de estatização.

O próprio argumento de Claudin aponta para uma ambiguidade que, ao mesmo tempo em que relativiza sua posição, remete-nos a um problema real da estratégia de Marx e Engels no período: o da articulação das tarefas burguesas e proletárias na revolução alemã.

Sufrágio universal, armamento geral do povo, república una e indivisível: eis um elenco de medidas que, no seu conjunto, não se haviam consolidado, até então, por nenhuma revolução burguesa. O caso mais próximo, mas de curta duração, foi o período jacobino da revolução francesa, que, como veremos depois,

exerceu grande influência sobre as concepções gerais e a estratégia política de Marx e Engels no momento ora analisado. O próprio Claudin considera que, além das medidas econômicas e sociais expostas nas Reivindicações, a proposta de república una e indivisível era "incompatível com as posições monárquico-constitucionais" da burguesia alemã (30). No entanto, a discordância de Claudin com a afirmação de Étienne Balibar de que o programa de Marx e Engels visaria "uma possível unidade de ação entre o proletariado e a burguesia liberal" alemã apoia-se em bases frágeis, pois tal objetivo, além de explicitado anteriormente no Manifesto e nos Princípios do Comunismo, foi igualmente mencionado nas Reivindicações. Neste último documento é explicado que um dos objetivos da estatização dos sistema bancário, o qual passaria a deter o monopólio da emissão de papel-moeda (que gradualmente substituiria o ouro e a prata nas transações comerciais internas) era baratear "o instrumento indispensável do comércio burguês, o meio geral de troca", reservando os metais preciosos para as transações externas. Tal medida era justificada pela referência à necessidade de "vincular à revolução os interesses do burguês conservador" (31).

O programa contido nas Reivindicações expressa de maneira dramática (pois aí se trata, ao contrário da elaboração do Manifesto, de uma intervenção efetiva em um processo revolucionário concreto) uma certa ambiguidade de Marx e Engels acerca da direção do processo revolucionário em sua etapa burguesa.

Em janeiro de 1849, contra a afirmação (da Kölnische Zeitung) de que o dilema era entre a constituição outorgada (em dezembro de 1848) e a república vermelha, Marx escreveu que a al-

ternativa era entre "o antigo absolutismo com um sistema corporativo renovado" e "um sistema representativo burguês". Segundo Marx, não se tratava, em absoluto, "de uma luta contra as relações de propriedade burguesas, tal como ocorre na França e se prepara na Inglaterra. (Tratava-se), pelo contrário, da luta contra uma constituição política que ameaça as 'relações de propriedade burguesas' ao confiar o timão do Estado aos representantes das 'relações de propriedade feudais', ao rei de direito divino, ao exército, à burocracia, aos senhores rurais, a alguns barões das finanças e a alguns burgueses ligados a eles" (32).

Em vários momentos, houve a expectativa de que um setor mais avançado da burguesia ocupasse uma posição hegemônica naquela etapa da revolução alemã. Mas não é esta a perspectiva que orienta as Reivindicações, embora elas contenham, como se viu, medidas destinadas a atrair a burguesia para o campo da revolução. Por outro lado, a radicalidade do mesmo programa acabaria por tornar essas tentativas inócuas.

Em suma, Marx e Engels, ao formularem a estratégia de uma revolução burguesa que se realizasse nas bases mais interessantes para o proletariado, oscilarão entre a expectativa de que tal revolução fosse dirigida pela própria burguesia e uma outra que apontava, já nesta etapa, para uma direção proletária, abrindo caminho, em um prazo extremamente mais reduzido, para a realização de tarefas diretamente socialistas do processo.

É muito provável que na base dessa oscilação estratégica estivesse uma visão do desenvolvimento das forças produtivas (e, mais particularmente, de sua concentração) como sendo linear, impulsionando ininterruptamente a revolução burguesa e, em seguida, a

proletária para a sua consumação. Em segundo lugar, haveria uma concepção acerca da estrutura do Estado que a apresentava como tendendo, em decorrência do próprio desenvolvimento das forças produtivas, a se tornar, de uma revolução a outra, crescentemente centralizada.

Um último aspecto da estratégia revolucionária de Marx e Engels nos idos de 1847-9 relaciona-se diretamente com o caráter internacional (europeu) que era atribuído à revolução. Trata-se da inevitabilidade da guerra.

Neste particular, as análises de Marx - e principalmente de Engels - recorrem aos mais diversos tipos de arrazoado. Todavia, o principal deles refere-se à necessidade de enfrentar a intervenção das potências contra-revolucionárias, especialmente o império czarista, "a reserva da reação européia".

Vários historiadores observam que desde a revolução francesa os círculos revolucionários europeus consideravam impossível a convivência entre países de regimes democrático e despótico. Nesses termos, seria impossível, por exemplo, imaginar o transcorrer da revolução burguesa na Alemanha sem que houvesse a intervenção militar russa. Daí a inevitabilidade de uma guerra revolucionária para a qual se deveria organizar a ação dos comunistas e dos democratas de toda a Europa (33).

Em 1849, uma análise dos impasses e derrotas sofridos pela revolução levará Marx a concluir pela necessidade estratégica de um conflito militar com a Inglaterra, prenúncio de uma verdadeira conflagração mundial. Para que a revolução triunfasse - dizia Marx - era preciso, em primeiro lugar, uma vitória do proletariado francês. Entretanto, qualquer revolução fracassaria mais ou menos rapidamen-

te caso não se estendesse à Inglaterra, o país que, ao ocupar uma posição preponderante na economia mundial, "fez de nações inteiras seus proletários" e que aparecia como "o rochedo onde se despedaçam as ondas da revolução". E uma revolução na Inglaterra só se tornaria possível com uma guerra mundial, pois somente esta proporcionaria aos cartistas "as condições de um levante vitorioso contra seus gigantescos opressores". Apoiando-se, uma vez mais, no paradigma da revolução francesa, Marx avaliava que a primeira consequência da vitória do proletariado francês seria uma guerra européia (prelúdio de um conflito mundial) e que a Inglaterra, "como na época napoleônica, marcharia "à frente dos exércitos contra-revolucionários", com a diferença de que, desta vez, "a própria guerra a precipitaria para a cabeça do movimento revolucionário" (34).

Uma guerra revolucionária só poderia ser levada a cabo se fosse uma guerra popular, isto é, se revolucionasse o próprio modo de fazer a guerra. Não se trataria, portanto, de uma guerra convencional, na qual se opusessem exércitos regulares de cada país. Ao analisar a derrota do Piemonte para o império austríaco, Engels observou que havia sido um grande erro "opor aos austríacos apenas um exército regular, fazendo somente uma 'honesta' guerra habitual, cara aos burgueses. Um povo que quer conquistar sua independência - prosseguia Engels - não deve se limitar às medidas militares habituais. Levantes em massa, guerrilhas revolucionárias, guerrilhas por toda parte: eis o único meio de um povo pequeno vencer um grande, de um exército mais fraco resistir a um exército mais forte e melhor organizado. Os espanhóis o demonstraram em 1807-1812. Os húngaros o estão demonstrando agora" (35).

3. Estratégia Política e Questões Nacionais nas Formações Pré-Capitalistas

No que diz respeito ao objetivo específico deste trabalho, uma tese teórica parece destacar-se da estratégia revolucionária cujos aspectos principais acabam de ser expostos: a de que o grande Estado nacional corresponde mais adequadamente à dominação burguesa, ao mesmo tempo em que prepara as condições para a dominação proletária e conseqüente extinção do próprio Estado.

A instauração do grande Estado nacional corresponde, em primeiro lugar, ao desenvolvimento das forças produtivas, o qual contribui, inicialmente, ao destruir o particularismo das corporações de ofício e mesmo das manufaturas e ao impulsionar o comércio em grande escala, para criar um quadro econômico nacional. Por outro lado, este mesmo quadro revelar-se-á, em seguida, demasiado estreito frente ao desenvolvimento das próprias forças produtivas. Em segundo lugar, a instauração da grande unidade estatal nacional é produto da correlata ação política da burguesia, a qual, em cada fase do desenvolvimento da produção e da troca, tende a ocupar um lugar de importância crescente no sentido da dominação política exclusiva. Desenvolvimento das forças produtivas e luta política da burguesia na fase revolucionária do capitalismo contribuem para que se constitua um contexto de grandes unidades políticas nacionais, o qual, por sua vez, prepara as condições de emergência de um novo contexto que, já com a fisionomia definida pelos interesses e pela ação política da nova classe revolucionária, será supra-nacional.

A nação é burguesa porque se constitui no bojo de uma certa etapa do desenvolvimento das forças produtivas, as quais

solapan as bases do particularismo econômico. E é burguesa porque corresponde a um processo de centralização política que surge no bojo da liquidação do particularismo político. Esses dois aspectos, mais do que preparar o terreno adequado para uma ordem comunista que será internacional, configuram o caráter historicamente progressista da grande unidade estatal no capitalismo. Mas a nação é também burguesa pelo que tem de cada vez mais retrógrado, pois seu "particularismo ampliado", que se choca com a grande expansão das forças produtivas impulsionada, numa certa fase, pelas relações de produção capitalistas, é decorrência da própria competição entre os burgueses de distintas regiões do globo. Por outro lado, a nação não é proletária porque o quadro nacional já se mostra, mesmo sob a dominação burguesa, demasiado estreito para o desenvolvimento das forças produtivas. Em segundo lugar, porque o proletariado, primeira classe explorada a chegar ao poder, eliminará a existência de classes sociais, abrindo caminho para a extinção do Estado. E, finalmente, porque os interesses do proletariado dos distintos países são comuns e não contraditórios, como é o caso dos interesses da burguesia de cada país. Em suma, segundo a visão teórica que se articulava à estratégia de Marx e Engels nos idos de 1847-8, o pré-capitalismo ainda não é nacional e o pós-capitalismo será internacional.

Nesse sentido, ao nível da estratégia política, a questão nacional era vista como uma das tarefas da revolução burguesa. Significativamente, em todo o Manifesto Comunista só existe uma única referência explícita - que comentarei depois - a um movimento nacional específico: a luta pela independência da Polônia. Frente à iminência da revolução proletária - objetivo estratégico para o

qual se volta o Manifesto - a questão nacional era vista como já resolvida - caso da França - ou em vias de próxima resolução - caso da luta irlandesa contra o domínio inglês - no bojo da conquista do poder pelo proletariado.

Todavia, existe a referência implícita a uma outra questão nacional específica: a relativa à constituição do único país explicitamente abordado no Manifesto onde se colocava a perspectiva de uma revolução burguesa iminente: a Alemanha. Se os casos anteriores referiam-se ou à questão nacional resolvida nos quadros da revolução burguesa já realizada ou àquela de próxima resolução no contexto de uma ordem socialista, trata-se agora de uma questão nacional em vias de ser resolvida no bojo de uma revolução burguesa concebida como prelúdio da revolução proletária.

Caberia a essa revolução burguesa dirigida pela burguesia a missão de varrer a curto prazo as estruturas pré-capitalistas e abrir caminho para um rápido desenvolvimento das forças produtivas industriais. Desta forma, não apenas se criariam as condições para um grande desenvolvimento do proletariado como também um terreno favorável à luta pelo socialismo. Eis, por exemplo, o que escrevia Engels, ainda no início de 1848: "...prossigui resolutamente, excelentíssimos senhores do capital! Por ora necessitamos de vós; em alguns lugares ainda necessitamos de vossa dominação. Deveis varrer de nosso caminho o patriarcalismo, levar a cabo a centralização, converter todas as classes mais ou menos possuidoras em verdadeiros proletários, nossos recrutas. Com a ajuda de vossas fábricas e redes comerciais deveis criar para nós a base de meios materiais de que o

proletariado necessita para se emancipar. E em recompensa por isso recebeis o poder por um curto prazo" (36).

Esperava-se que a burguesia alemã fosse a representante de "toda a sociedade moderna contra os representantes da velha sociedade: a monarquia e a nobreza" - como diria Marx em janeiro de 1849, em um texto ao mesmo tempo crítico e autocrítico. Nesta expectativa incluía-se o cálculo político de que os burgueses da Alemanha, a exemplo do que se imaginava ter sido o papel da burguesia francesa na grande revolução, arrastariam o campesinato, a pequena burguesia urbana e o proletariado na luta política para constituir um grande Estado-nação sobre um território habitado pela maioria dos povos existentes no interior da "Grande Alemanha". Ou seja, de um Estado nacional que integrasse, no interior de suas fronteiras, os chamados "eslavos do sul" com a exceção (inicial) dos tchecos.

A designação "eslavos do sul" aplicava-se a todos os povos eslavos - exceto os poloneses - do império austríaco: tchecos, eslovacos, eslovenos, croatas, sérvios, ucranianos (rutenos), rumenos húngaros e austríacos. Tratava-se de povos que estavam nos mais diversos níveis de desenvolvimento material, tendo em comum o fato de - com a parcial exceção dos tchecos - estarem oprimidos, enquanto camponeses ou membros da pequena e média nobreza - por classes dominantes identificadas como "estrangeiras". A seu respeito, a expectativa implícita na estratégia revolucionária de Marx e Engels era de que, arrastados pelo turbilhão da revolução burguesa, atuassem politicamente enquanto camponeses e pequenos burgueses sob a liderança de uma burguesia revolucionária e não exatamente como adeptos de movimentos nacionais.

Ao contrário do que supõem os que afirmam existir, nas teses de Marx e Engels, uma genérica redutibilidade "da nação à classe", aquela expectativa não significava que na estratégia de ambos não houvesse lugar para outra questão nacional além da que envolvia a "Grande Alemanha". Marx e Engels apoiaram decididamente os movimentos pela independência da Polônia, da Hungria e pela unificação italiana. O que não tiveram foi uma posição de defesa do princípio do direito à autodeterminação.

Como se sabe, a questão nacional revelou-se, no centro-leste europeu, muito mais complexa e, ao mesmo tempo, decisiva para a derrota das revoluções de 1948 do que Marx e Engels poderiam ter imaginado. Não apenas predominou a tendência de os movimentos nacionais se voltarem uns contra os outros como, principalmente, evidenciou-se que, onde eclodiam, aqueles movimentos entrelaçavam-se (de múltiplos modos) com as lutas de classes.

Frente à rivalidade entre os distintos movimentos nacionais, Marx e Engels orientavam-se por alguns critérios. O principal deles voltava-se para a avaliação do peso do movimento no interior da correlação de forças ao nível internacional. Tratava-se de saber qual o papel objetivo que ele desempenhava frente às potências contra-revolucionárias da Europa. Dessa avaliação decorreria uma adesão quase permanente de Marx e Engels à luta pela independência da Polônia, que foi - como se disse - o único movimento nacional a ser explicitamente mencionado pelo Manifesto Comunista.

Em meados de 1848, Engels escreveria que os alemães, "mais

dó que qualquer outro povo (necessitavam) da existência nacional da Polônia", pois sua repartição era a base da Santa Aliança russo-prussiana-austriaca", a maior força reacionária do continente europeu na época. "Portanto - concluía Engels - enquanto ajudarmos a opressão da Polônia, enquanto anexarmos uma parte da Polônia à Alemanha e continuarmos nos atrelando à Rússia e à política russa, não poderemos destruir radicalmente na Alemanha o absolutismo patriarcal-feudal. A instauração de uma Polônia democrática é a primeira condição de instauração de uma Alemanha democrática " (37).

O segundo critério incorporava, de um certo modo, uma tese acerca da estrutura do modo de produção capitalista: a de que a grande unidade estatal nacional era mais apropriada à dominação burguesa e preparava as condições para uma revolução socialista. Isso implicava, ao nível da estratégia política, o exame de dois aspectos. Tratava-se de saber, em primeiro lugar, quais movimentos nacionais - além obviamente de se defrontarem com as potências contra-revolucionárias (primeiro critério) - demonstravam maior capacidade de exercer, em relação a eventuais concorrentes, a hegemonia no processo de constituição de um grande Estado nacional.

Aquela tese de Marx e Engels, para além de alguns floreios hegelianos, inseria-se - não poucas vezes acriticamente - na tradição democrática europeia que permeou, inclusive, a maioria dos movimentos nacionalistas europeus do séc. XIX: a da defesa das "nações viáveis", que se manifestava concretamente mais em termos de "unificação" do que de "separação" (38).

Embora Engels se refira explicitamente à problemática

da viabilidade ao longo das revoluções de 1848/9, é num texto posterior (março de 1866), com o qual combate o "princípio das nacionalidades", que ele explicita mais claramente sua posição, chegando, inclusive, a mencionar seus vínculos com a defendida pelos movimentos nacionalistas democráticos europeus.

Segundo Engels, a defesa do direito à autodeterminação aplicava-se às "grandes formações nacionais" ou às "grandes nações históricas da Europa". Tratava-se - dizia ele - de um "velho postulado da democracia e da classe operária" que diferia radicalmente do princípio das nacionalidades, pois este não se limitava a colocar as questões relacionadas com as "fronteiras entre (os) grandes povos históricos". Ao contrário, incluía a defesa do "direito à existência nacional independente desses numerosos e pequenos restos de povos que, após haveram figurado por um período mais ou menos longo na cena da história, foram finalmente absorvidos como porções integrais de uma ou outra dessas nações mais poderosas cuja maior viabilidade capacita-as a superarem maiores obstáculos" (40). Em maio de 1866, Engels voltaria à carga: "se alguém afirma que exigir a restauração da Polônia é apelar para o princípio das nacionalidades, simplesmente mostra que não sabe do que fala, pois o restabelecimento da Polônia significa o restabelecimento de um Estado composto de no mínimo quatro diferentes nacionalidades" (40).

Finalmente, também era importante que um movimento nacional "viável" não viesse a atropelar a luta pela unificação da "Grande Alemanha", vista como crucial para os desdobramentos da revolução proletária europeia.

Se Hungria e Itália pareciam atender maravilhosamente a todos os critérios, a importância da Polônia independente em um

confronto visto como inevitável com as potências mais reacionárias da Europa compensaria em larga medida eventuais perdas de território a serem sofridas pelo futuro Estado alemão. Além do mais - como Engels observaria em fevereiro de 1862 - os poloneses, ao receberem "extensos territórios a leste, tornar-se-iam mais tratáveis e razoáveis a oeste" (41).

Todavia, a estratégia de Marx e Engels revelou-se insuficiente para contemplar toda a complexidade dos movimentos nacionais, em particular os dos "eslavos do sul". Pois, afinal, os húngaros não lutavam apenas contra o domínio que sobre eles exercia o império austríaco, luta que fascinava os círculos democráticos e socialistas de toda a Europa. Lutavam também - e esta era outra faceta da questão da "viabilidade" - por incorporar a seu futuro Estado independente eslovacos, rumanos, sérvios e croatas. Estes, por sua vez, pretendiam agrupar outros "eslavos do sul" em um futuro reino da Ilíria. E o movimento nacional tcheco, que reivindicava um Estado próprio correspondente ao antigo reino da Boêmia, não nutria qualquer entusiasmo por sua dissolução no interior da "Grande Alemanha". Em outros termos, recusava-se a se diluir em favor de "um outro" movimento nacional, chegando, inclusive, a considerar, frente a tal possibilidade, o domínio dos Habsburgos como um mal menor.

Obviamente, tais rivalidades eram exploradas pelas forças mais reacionárias, inclusive entre os próprios alemães. Já em julho de 1848, Engels alertava para o risco de o nacionalismo vir a constituir um poderoso obstáculo à revolução. "Em que pesem os alaridos e protestos patrióticos de quase toda a imprensa alemã - dizia Engels - a Nova Gazeta Renana tomou

partido desde o primeiro momento pelos poloneses na Posnânia, pelos italianos na Itália, pelos tchecos na Boêmia. Desde o primeiro momento temos desmascarado a política maquiavélica que, começando a tremer sobre suas bases na Alemanha, buscava paralisar a energia democrática, desviar a atenção desta, canalizar para outros rumos a lava ardente da revolução, forjar as armas que serviriam para opressão interna, provocando um mesquinho ódio racial que o caráter alemão repugna e formando, em guerras de raças, conduzidas com indizível ferocidade e barbárie sem precedentes, uma soldadesca que sequer a Guerra dos Trinta Anos pôde criar" (42).

Todavia, o sucesso daquela política de acirramento dos diversos chauvinismos deveu-se em grande parte - e não apenas entre os alemães - ao fato de que ela encontrava bases favoráveis para a sua implementação.

Como já se viu, a estratégia de Marx e Engels reservava um lugar central para a burguesia na direção dos movimentos nacionais. Tal avaliação é, aliás, repetida por Claudin, segundo o qual "o protagonista desses movimentos de libertação nacional era a burguesia, mais ou menos desenvolvida segundo o país. O modo romântico e a retórica grandiloquente com que se expressavam as reivindicações nacionais - prossegue Claudin - ocultavam os muito prosaicos interesses econômicos desta classe necessitada de seu mercado nacional e de seu Estado nacional" (43). Outros estudos apontam no sentido de que Claudin se equivoca no que se refere à tese principal e é demasiado impreciso quanto à secundária.

Uma força importantíssima nos movimentos nacionais húngaro e polonês em meados do século passado foi constituída pela pequena nobreza. No caso da Hungria, tratava-se, segundo Hobsbawn, de cavaleiros pobres "que pouco tinham, exceto seu nascimento, para distingui-los dos outros fazendeiros pobres (...) Estes cavaleiros eram, de há muito, a fortaleza de oposição ao absolutismo e à dominação dos magnatas e estrangeiros, protegendo-se por trás do escudo duplo do calvinismo e da administração dos condados. Era natural que sua oposição, descontentamento e aspiração a mais empregos...se fundissem com o nacionalismo" (44).

Segundo o mesmo autor, "os grandes proponentes do nacionalismo de classe média neste estágio foram as camadas médias e inferiores das categorias profissionais, administrativas e intelectuais, ou sejam, as classes educadas" (45). Embora Hobsbawn conceda que elas não se distiguem muito nitidamente das "classes empresariais", setores da burguesia nem sempre estiveram na vanguarda dos movimentos nacionais ao longo das revoluções de 1848. Talvez o contrário tenha sido a regra.

O próprio Marx não tardaria - para decepção sua - em fazer esta constatação. Já ao longo de 1848, ele vai perdendo as expectativas de que a burguesia alemã viesse a cumprir um papel histórico análogo ao que atribuiu às suas congêneres francesa e inglesa. "Na França - escreveu ele, em novembro de 1848 - a burguesia pôs-se à cabeça da contra-revolução somente depois de haver derrubado todas as barreiras que constituíam um obstáculo à dominação de sua própria classe. Na Alemanha, esconde-se no séquito da monarquia absoluta e do feudalismo, antes mesmo de haver assegurado as condições elementares de sua própria liber-

dade e de sua própria dominação burguesa. Na França, erigiu-se em déspota e fez sua própria contra-revolução. Na Alemanha, reduz-se a escrava e faz a contra-revolução de seus próprios déspotas. Na França, venceu para humilhar o povo. Na Alemanha, humilha-se para que o povo não saia vitorioso. Nenhuma história conhece baixeza mais ignominiosa do que a da burguesia alemã" (46).

Setores da burguesia alemã eram suscetíveis de, em certas circunstâncias, assumir posições nacionalistas, mas seu nacionalismo não era revolucionário. Embora mesmo liberais moderados tenham flertado com o movimento pela independência da Polônia e, logo, com a guerra contra a Rússia, mudaram rapidamente de posição quando se viram diante da revolta dos poloneses da Posnânia, submetidos à dominação prussiana. A repressão ao movimento, desencadeada pelo governo da Prússia, foi utilizada pelos círculos mais reacionários, inclusive a grande burguesia, para reavivar o nacionalismo alemão exatamente no sentido mais contra-revolucionário ao qual Engels viria a se referir em julho de 1848. E mesmo a burguesia liberal viria a temer as consequências revolucionárias de uma guerra contra a Rússia (47).

Tampouco entre os eslavos, a burguesia teve, nos idos de 1848, um papel de vanguarda dos movimentos nacionais, inclusive se levarmos em consideração os argumentos esboçados por Claudin. Como diz Hobsbawn, a burguesia dos grandes impérios multinacionais preferia manter as perspectivas de exploração de grandes mercados no interior da ordem política existente a vê-los dramaticamente restringidos aos quadros de pequenas unidades nacionais. Nesse sentido, "os industriais poloneses, com toda a Rússia a seus pés, ainda tinham pouca participação no na-

cionalismo polonês", da mesma forma que a burguesia industrial tcheca não se demonstraria muito entusiasmada em abrir mão de sua relativamente confortável posição no interior do imenso império austríaco (48).

Se, como já vimos, a pequena burguesia viria a desempenhar um papel de relevo no movimento nacional polonês, entre os "eslavos do sul" tal posição caberia principalmente a setores intelectuais e pequeno-burgueses (49). Seu nacionalismo - e, particularmente, a inserção dele na conjuntura internacional - constituiu uma verdadeira anomalia no interior da estratégia revolucionária de Marx e Engels (aliás, de qualquer estratégia minimamente identificável com a "esquerda" no período).

Por um lado, tais movimentos eram demasiado frágeis e divididos para empreenderem por si mesmos a tarefa de dirigir o processo de criação de um (ou vários) Estados independentes. Por outro lado, viam seus próprios nacionalismos muito mais ameaçados pela perspectiva de assimilação pelos possíveis grandes Estados húngaro e alemão do que pela permanência - ainda que por algum tempo - sob o domínio dos Habsburgos. A frase atribuída a Palacky ("Se a Áustria não existisse, teria de ser inventada") expressava não apenas o temor do movimento nacional tcheco de ser incorporado pelos alemães como também a perspectiva de que eventuais acordos no bojo de conquistas graduais no interior do império austríaco não estavam fora de cogitação. Em outros termos, esses nacionalismos dos "eslavos do sul" também tinham uma estratégia internacional. O problema era que, ao contrário da elaborada pelos revolucionários da época, reservava um papel muito mais matizado para as potências reacionárias, vendo-as, em larga medida, como um possível contrapeso

para o "assimilacionismo" de movimentos nacionais considerados historicamente progressistas. A estratégia internacional dos movimentos nacionais dos "eslavos do sul" não expressava, nos idos de 1848, nenhuma veleidade revolucionária.

Todavia, a dimensão nacional, embora fosse a mais imediatamente visível, não era o único - nem mesmo o principal - componente das lutas que envolviam os "eslavos do sul" no período. O grande mérito de Rosdolsky foi haver destacado o modo particular de presença das massas camponesas - a imensa maioria da população - entre os "eslavos do sul".

As lutas camponesas de então eram muito pouco voltadas diretamente para objetivos nacionais. Se expressavam alguma "consciência nacional", era - como diz Rosdolsky - de um modo puramente negativo: "simplesmente uma consciência de falar uma língua distinta e, em mais de um caso, de também pertencer a uma religião distinta da de seus senhores rurais" (50).

Na Galícia Ocidental, por exemplo, os camponeses, longe de se mobilizarem pela independência da Polônia, recusavam-se inclusive a serem chamados de "poloneses", termo injurioso que reservavam para os senhores rurais assim como para os burgueses e intelectuais urbanos. Ao preferirem a dominação austríaca, ao invés de apoiarem um movimento dirigido por uma classe na qual identificavam o secular opressor, não agiram diferente dos camponeses da Hungria, que estiveram frequentemente às turras com o governo de Kossuth (51).

Por maior que fosse o potencial dos movimentos nacio-

nais alemão, polonês, húngaro e italiano no sentido de enfraquecer, a nível internacional, a posição das grandes monarquias absolutistas, tais movimentos não demonstravam um correspondente potencial revolucionário interno. As classes dominantes das formações sociais que, do ponto de vista das forças progressistas da época, deveriam nuclear a formação de grandes Estados nacionais lutavam, ao mesmo tempo, pela continuidade das relações de opressão social pré-capitalistas, o que implicava reivindicar grandes contingentes de camponeses eslavos (e os territórios por eles habitados) como sua "herança natural". Em outros termos, apesar de alguns tímidos ensaios, nem a burguesia alemã, nem os setores da nobreza húngara ou polonesa mostraram-se interessados em propor a democracia agrária ao campesinato em geral e, em particular, aos camponeses eslavos (52). A amarga experiência das revoluções de 1848 demonstraria que nem sempre um movimento nacional que é progressista quanto aos resultados externos é igualmente progressista quanto à ordem que propõe.

Como se sabe, o julgamento de Marx e Engels a respeito do papel dos "eslavos do sul" na (contra-)revolução de 1848 foi severo. Além disso, expressou-se muitas vezes por meio de formulações gerais que, além de insustentáveis do ponto de vista da própria teoria que ambos fundaram, viriam a ser negados pelo próprio desenvolvimento histórico ulterior. É o caso, por exemplo, das noções, diretamente emprestadas da concepção hegeliana da história, de "nações históricas", "nações não-históricas", "nações vitais", "nações não-vitais" ou mesmo "nações revolucionárias" e "nações contra-revolucionárias".

Por sua vez, a exclusivização da burguesia como força dirigente dos movimentos pela constituição de Estados nacionais modernos contribuiu para um duplo obscurecimento. Em primeiro lugar, não se observaram as limitações da própria atuação burguesa nesses movimentos. Em segundo, houve uma desatenção para com a existência de outras forças sociais que não apenas participavam deles como lhes imprimiam uma fisionomia própria, podendo, inclusive, conferir-lhes um caráter muito mais progressista do que se fossem limitados a uma participação burguesa. Em outros termos, faltou - como já se viu - uma análise de classes que possibilitasse o exame das contradições internas dos movimentos nacionais. Na medida em que se privilegiavam os efeitos externos desses movimentos (sua capacidade de constituir fortes unidades políticas que se contrapusessem às potências absolutistas) esta análise de classes foi facilmente substituída pela de "povos" ou "nações". Embora esta última análise se encaixasse formalmente em uma estratégia no interior da qual os efeitos de um movimento nacional no tabuleiro de forças internacional era decisivo, ela não deixou de constituir, por sua vez, um bloqueio para o desenvolvimento de uma teoria marxista da nação.

Considerou-se, em primeiro lugar, que, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas solaparia as bases materiais do particularismo econômico e político, ele favorecia a constituição de enquadramentos nacionais, assim como, posteriormente, chocar-se-ia com eles, impulsionando a revolução socialista. Em segundo lugar, a burguesia era vista como a classe empenha-

da por excelência na luta pela constituição do Estado nacional, pois este não apenas favoreceria o desenvolvimento do capitalismo no interior de suas fronteiras nacionais como seria um instrumento indispensável à competição com os capitalistas de outras unidades estatais nacionais.

Ao nível de uma teoria das estruturas do modo de produção, faltou principalmente uma análise mais aprofundada das relações de produção capitalistas, a qual teria possibilitado o desvendamento do modo específico de organização interna do aparelho de Estado burguês. Revelar-se-ia, dessa forma, que o nexo entre tipo de Estado e a dominação capitalista de classe é muito mais profundo do que a centralização e o controle direto (nem sempre existente) da burguesia sobre ele. Por outro lado, embora a tese de que a (grande) unidade estatal nacional seja mais adequada ao capitalismo constitua uma indicação valiosa para se teorizar acerca do nexo entre estrutura jurídico-política e estrutura econômica do modo de produção capitalista, ela terminou por bloquear a percepção de que não necessariamente a burguesia é a força social dirigente do processo político de "montagem" do Estado burguês e, por extensão, de um movimento nacional qualquer.

Essa dupla unilateralidade da teoria (ênfase nas forças produtivas, a nível estrutural; exclusivização da burguesia, no que se refere às relações de classes) repercutiria sobre a estratégia revolucionária.

A primeira unilateralidade relaciona-se diretamente com a avaliação de que a revolução proletária em escala internacional estava na ordem do dia, pois Marx e Engels partiam do suposto de

que as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo haviam se esgotado. No turbilhão revolucionário resolver-se-iam rapidamente as questões nacionais pendentes, seja por meio de uma curta dominação burguesa, seja diretamente por intermédio da revolução socialista.

Em janeiro de 1849, Engels esboçaria uma periodização do processo político que se desenrolou no interior do império austríaco, a partir do início da revolução. Inicialmente - diz Engels - em um clima de confusão geral desencadearam-se os conflitos entre as distintas nacionalidades e, no interior de cada uma delas, entre as classes sociais. Em um segundo momento, teriam se constituído dois grandes campos: "do lado da revolução, os alemães, poloneses e húngaros; do lado da contra-revolução, os restantes: o conjunto dos eslavos, com exceção dos poloneses, rumanos e saxões transilvanos".

O próprio Engels se pergunta: "de onde provém esta divisão por nações? Sobre quais fatos ela se apoia?" (53). A resposta seria encontrada no processo histórico europeu transcorrido ao longo dos últimos dez séculos.

Na origem do império austríaco, houvera a tentativa de unificar a todos os alemães sob uma única monarquia. Mas, na realidade, o domínio dos Habsburgos só se expandira sobre "os povos alemães meridionais que estavam diretamente em luta com grupos eslavos isolados ou nos quais uma nobreza feudal alemã e uma burguesia alemã dominavam unidas as populações eslavas que haviam submetido. Em ambos os casos, os alemães de cada província necessitavam de apoio externo", o qual lhes era proporcionado pela monarquia austríaca. Em suma, constituíra-se uma associação de nobres e burgueses alemães, apoiados pela monarquia austríaca, contra

os eslavos (54).

Os húngaros, por sua vez, travavam um combate idêntico ao dos alemães, sendo, portanto, comuns os interesses de ambos, da mesma forma que seus adversários (eslavos e turcos) eram aliados naturais.

Ao longo da história, eslavos e turcos debilitaram-se, ao mesmo tempo em que "uma parte da nobreza alemã e magiar dominante nos territórios eslavos adotou a nacionalidade eslava e, com isso, as próprias nações eslavas passaram a ter interesse pela conservação de um império que tinha de proteger cada vez mais a nobreza e, além disso, defendê-la contra a burguesia alemã e magiar em desenvolvimento. Os antagonismos nacionais desapareceram e a Casa de Habsburgo adotou outra política". Ela, que chegara ao trono apoiada na pequena burguesia, converteu-se, "mais resolutamente do que qualquer outra casa real, em representante dos nobres feudais frente aos burgueses" (55). A nova configuração de forças passara a opor, de um lado, monarquia e aristocracia a, do outro, pequena nobreza, burguesia e campesinato, com estes dois últimos imprimindo ao movimento um caráter cada vez mais ameaçador.

Temos, portanto, à primeira vista, um leque de forças dotado de certa potencialidade no sentido de impulsionar uma revolução de caráter democrático-burguês e, portanto, no contexto em pauta e considerando-se a própria concepção de progresso social de Marx e Engels na época, historicamente progressista. Não é esta, porém, a avaliação de Engels, que atribuirá à participação camponesa a razão do ressurgimento das lutas nacionais entre os eslavos do sul, ao mesmo tempo em que conferirá a essas lutas um ca-

râter contra-revolucionário. "Como o movimento dos camponeses, que são em toda parte os portadores das obtusidades nacional e local, é necessariamente um movimento nacional e local - escreveu Engels - com ele ressurgiram, ao mesmo tempo, todas as velhas lutas nacionais" (56).

Nesse processo secular, a iniciativa histórica coubera aos alemães e magiães, revelando-se sobretudo em sua capacidade de luta contra os turcos e os eslavos. Iniciativa que faltou, em contrapartida, aos eslavos do sul que, graças àqueles dois "povos históricos", não se tornaram "turcos e maometanos". A última tentativa de um povo "eslavo do sul" de assumir uma iniciativa histórica tinha sido a guerra dos hussitas, "uma guerra camponesa nacional-tcheca de bandeira religiosa contra a nobreza alemã e a dominação imperial alemã". Mas ela fracassou e, "a partir de então, os tchecos permaneceram ininterruptamente atrelados ao império alemão" (57).

Onde residiria a origem da capacidade de iniciativa histórica dos alemães e magiães? Em um dos poucos momentos em que Engels esboça uma análise materialista da questão, ele se refere à burguesia como classe capacitada a imprimir uma direção política e cultural ao processo de desenvolvimento desses povos. Segundo Engels, "a classe ascendente, o elemento motor do movimento, a burguesia, era, em toda a parte, alemã ou magiã. Custou muito aos eslavos constituir uma burguesia nacional e os eslavos meridionais só o conseguiram esporadicamente". E, com a burguesia, o poder in-

industrial, o capital, estava com alemães ou magiares; a cultura alemã desenvolveu-se e também a vida intelectual dos eslavos foi subordinada aos alemães, inclusive na Croácia. O mesmo ocorreu, só que mais tarde e em escala menor, na Hungria, onde os magiares assumiram, juntamente com os alemães, a direção intelectual e comercial. Mas os alemães da Hungria converteram-se em genuínos magiares por sentimento, caráter e costume" (58).

A consequência inevitável da ausência de vitalidade histórica teria sido a perda da própria identidade. Combatendo o pan-eslavismo, Engels afirmaria que a eslavidade só tinha existência na cabeça dos ideólogos. Onde encontrar uma língua eslava em meio a diferentes dialetos de povos que se encontravam nos mais variados graus de civilização? (59). Em um texto escrito no início de 1852, Engels observaria que "o professor Palacky, paladino da nacionalidade tcheca, não é outra coisa senão um erudito alemão transtornado que ainda hoje não pode falar corretamente o tcheco sem sotaque estrangeiro" (60). Da mesma forma, quando se inauguraram os trabalhos do congresso geral eslavo, "os pobres entusiastas eslavos, cujo único sentimento comum era o ódio comum aos alemães, viram-se...obrigados a se expressarem na odiada língua alemã, que era a única que todos conheciam" (61). Em suma, os eslavos do sul não possuíam "uma tradição nacional histórica que vicejasse no povo e se erguesse acima das mesquinhas rivalidades locais" (62).

Por que Engels atribui - para além das quimeras dos ideólogos - apenas ao campesinato o surto de movimentos nacionais entre os eslavos do sul? Embora ele silencie a esse respeito, é pro-

vável que sua hipótese fosse a de que a burguesia interessava-se por uma unidade maior, ou seja, a da "Grande Alemanha", o que, aliás, coincidia com a perspectiva estratégica dele e de Marx. Caberia, nesse caso, explicar o motivo da incapacidade da burguesia alemã, cuja superioridade política e cultural fora ressaltada, de imprimir uma direção a esse campesinato. A questão é tanto mais importante porque, a esta altura, a descrença de Marx e Engels quanto ao papel revolucionário da burguesia já se manifestara em relação a outras partes da "Grande Alemanha". Todavia, Engels não aborda diretamente o problema.

De qualquer modo, suas análises dão a entender que a antiga burguesia alemã não havia feito muitos progressos no sentido de sua "eslavização". Diga-se de passagem que Bauer - perspicaz leitor de Engels - viria a ancorar exatamente nessa observação acerca da ausência de uma classe dominante portadora de uma cultura nacional seu conceito de "povos sem história" (63).

Por outro lado, Engels silencia quanto às limitações que impediam as classes dominantes em conflito potencial ou efetivo com a monarquia absolutista dos Habsburgos, também nos territórios habitados por eslavos do sul, de fazer concessões ao campesinato com vistas a levar a cabo radicalmente a revolução democrático-burguesa.

Ambas as considerações - caráter "estrangeiro" das classes dominantes alemãs (e húngaras) entre os eslavos do sul e limitações delas no que se refere à revolução agrária (64) - se desenvolvidas, apontariam para a análise de um complexo entrelaçamento da questão nacional com as lutas de classes. Mas é importante sa-

liantar que engels não apenas intuiu a importância da questão camponesa entre os eslavos do sul como inclusive - mais tarde - viria a esboçar a articulação dela com os movimentos nacionais. Em abril de 1853, ele escreveu, em carta a Weydemeyer, que não queria nem ouvir falar das ex-províncias polonesas situadas aquém do Dúna e do Dnieper desde que se inteirara "de que ali todos os camponeses são ucranianos ao passo que o elemento polaco é constituído somente de nobres e, em parte, de burgueses e que para os camponeses de lá - da mesma forma que na Galícia rutena em 1846 - a restauração da Polônia significaria o restabelecimento da antiga dominação nobiliária com toda a sua força" (65). Todavia, esta avaliação não apenas esteve ausente nos idos de 1848 como, de resto, não seria desenvolvida no futuro.

As sumaríssimas análises esboçadas acerca do processo de constituição do império austríaco pareciam, aos olhos de Engels, suficientes para demonstrar não apenas que "de todas as grandes e pequenas nações da Áustria, só três (continuavam) sendo viáveis, intervindo ativamente na história, sendo um elemento motor do progresso: os alemães, os poloneses e os magiares. Por isso, agora - concluía Engels - são revolucionárias" (66).

Qual a razão da especificidade da Polônia entre os eslavos do sul?

À parte os motivos já mencionados de estratégia internacional da revolução, examinemos algumas tentativas que Engels empreendeu no sentido de fazer uma análise das relações de classe na Polônia.

A avaliação que Engels faz da burguesia alemã da Polônia é bastante severa, principalmente se comparada à importância que ele atribuía ao papel dos burgueses alemães (e magiães) entre os eslavos do sul. A rigor, os alemães nem mesmo teriam constituído uma verdadeira burguesia na Polônia, mas uma pequena burguesia, o que, aliás, dizia Engels - contraditoriamente com o que mais tarde afirmaria sobre a atuação dos alemães entre os eslavos meridionais - confirmava a vocação deles para "se converterem nos pequenos burgueses da história mundial" (67). Os alemães da Polônia - prossegue Engels - não se integraram à população local, pouco contribuíram para o desenvolvimento cultural, impediram a formação de uma burguesia polonesa e dificultaram a centralização (68).

Além da carência de uma burguesia autóctone ou estrangeira, um outro ingrediente da tragédia polonesa seria a aliança da aristocracia com as três potências que repartiram o país: Rússia, Prússia e Áustria.

Por outro lado, soldou-se uma aliança entre a nobreza, cidadãos urbanos e parte do campesinato, a qual estaria - segundo Engels - na base de um movimento que não apenas apontava para a independência nacional como para profundas transformações internas. A constituição de 1791 fora expressão desse movimento e teria provado "até que ponto, já então, os poloneses haviam compreendido que sua independência em relação ao exterior era inseparável da derrubada da aristocracia e da reforma agrária no interior" (69).

Ao analisar a questão da Polônia, Engels recorre ao precedente histórico da revolução francesa, conferindo à questão agrária uma importância decisiva para a luta contra as classes dominan-

tes feudais na Europa Oriental. "Os grandes países agrícolas situados entre o mar Báltico e o mar Negro só podem salvar-se da barbárie patriarcal-feudal mediante uma revolução agrária que transforme os camponeses sujeitos à servidão ou à corvéia em proprietários rurais livres, revolução exatamente igual à francesa de 1789 no campo. A nação polaca tem o mérito de haver sido a primeira a proclamá-la entre todos os povos agrícolas vizinhos". Assim, Engels considerava que "a luta pela independência da Polônia (era), ao mesmo tempo, a luta pela democracia agrária - a única possível na Europa Oriental - contra o absolutismo patriarcal-feudal" (70).

Todavia, além da falta de vitalidade demonstrada pelos alemães na Polônia e, de resto, da ausência de uma verdadeira burguesia - o que, por si só, nos termos da concepção de revolução adotada, na época, por Marx e Engels, problematizaria uma aproximação muito direta com o caso francês - fica por explicar por que os camponeses da Polônia não estavam sujeitos à mesma "obtusidade local e nacional" que, em toda parte, seria característica desta classe.

Neste particular, a referência aos "grandes países agrícolas" é significativa. Para além da análise das relações de classes no interior da Polônia, o que parece mais importante é a questão de uma viabilidade cuja detecção não deriva daquela análise mas, ao contrário, tende a funcionar como uma verdadeira premissa na argumentação de Engels. Em outros termos, se os poloneses lutavam pela sua libertação nacional e, para isso, enfrentavam as três potências mais reacionárias da Europa, é porque eram viáveis: demonstravam uma capacidade de iniciativa histórica que só é possível aos povos cujos movimentos coincidem com a tendência do progresso histórico. Tal perspectiva, que

privilegiava os efeitos do movimento nacional polonês ao nível de uma revolução internacional, contribuiria, inclusive, para que Engels, ao apontar - corretamente - a importância da participação da nobreza, não atentasse - como o faria mais tarde - para as limitações que ela imprimia à própria "revolução democrático-agrária" (71).

Embora a análise das lutas de classes na Polônia tenha sido muito mais refinada do que aquela que o mesmo Engels esboçou acerca da mesma questão entre os eslavos meridionais, ela não foi aprofundada nem desempenhou um papel determinante na formulação da estratégia revolucionária dos dirigentes da Nova Gazeta Renana. Como escreveu Engels, "um povo eslavo para quem a liberdade é mais valiosa do que o escravismo, somente por este fato, prova sua viabilidade e assegura seu futuro" (72).

4. Nação e Nacionalidade: um balanço das teses de Marx e Engels em 1848/9

Hobsbawn é um dos poucos autores contemporâneos a insistirem que Marx e Engels, frente às questões nacionais com que se defrontaram, "não podem ser acusados de incoerência política ou teórica". Como internacionalistas, "não eram a favor das nações como tal, menos ainda da autodeterminação de algumas ou de todas..." (73). Esta posição de Hobsbawn parece-me no geral correta, sobretudo quando se considera - como observa o autor - que, para ambos, "a revolução era fundamentalmente um fenômeno internacional e não um simples agregado de transformações nacionais" (74).

Todavia, Hobsbawn não analisa a relação entre esses princípios gerais e a política específica de Marx e Engels para os eslavos do sul, assim como o modo concreto como ela repercutiu em algumas formulações de caráter pretensamente teórico. Dessa forma, o autor corre o risco de deixar implícito que aquela política era a única realmente compatível com uma posição internacionalista revolucionária.

Sem dúvida, uma estratégia revolucionária implica a avaliação da maior ou menor potencialidade de um movimento nacional em uma conjuntura determinada (75), assim como do papel predominantemente revolucionário que ele venha a desempenhar tanto no interior de uma formação social como (às vezes, principalmente) no contexto internacional. Por outro lado, a constatação de uma incapacidade progressiva de constituir um Estado nacional não justifica, por si só, a previsão quanto aos esforços futuros, embora seja um dado de realidade importante a ser trabalhado no interior de uma perspectiva estratégica, por meio da análise teórica.

Os diversos tratamentos que Marx e Engels dispensaram à "questão da viabilidade" não podem ser reduzidos àqueles marcados pelo recurso a uma concepção hegeliana da história. Todavia, este frequentemente ocorreu e, além de cortar qualquer possibilidade de uma relação fecunda entre teoria e estratégia política, parece expressar o preenchimento de um vazio teórico por meio de uma avaliação estratégica. Com isso, ocorreu um deslizamento de uma análise "de classes" para outra na qual a categoria básica viria a ser a de "povos".

Levado às últimas consequências, o resultado foi o desliza-

mento de uma perspectiva fundada na tese do primado da luta de classes para aquela que privilegiava a luta entre "povos". "A próxima guerra mundial - afirmou Engels - não só fará desaparecerem do solo terráqueo classes e dinastias reacionárias, mas também povos reacionários inteiros. E também isto será um progresso" (76).

Rosdolsky já mencionou a incompatibilidade dessas formulações com o paradigma teórico de Marx e Engels e, ao mesmo tempo, teve o mérito de esboçar uma análise das lutas de classes nas formações sociais onde se inseriam os eslavos do sul, nos idos de 1848/9. Todavia, Rosdolsky não examina os aspectos da teoria geral de Marx mais diretamente relacionados com a estratégia que a direção da Nova Gazeta Renana formulou em relação àqueles grupos eslavos, terminando por efetuar um corte mecânico entre estratégia e teoria geral. Por desconsiderar que os distintos níveis de uma teoria relacionam-se, entre si e também com uma estratégia política, de modos diferenciados, a limitação da análise de Rosdolsky é simetricamente oposta à efetuada por Marmorá, que termina por reduzir o conjunto da teoria geral à estratégia política.

O exame da estratégia e da teoria geral de Marx, nos idos de 1848/9 parece-me suficiente para revelar que, em ambas, já se estabelecera a tese acerca do caráter burguês da nação. Como se fundamenta essa tese? Essencialmente, em uma certa visão acerca do desenvolvimento das forças produtivas e sobre a correlata ação política da burguesia.

Ao analisarmos essa etapa do desenvolvimento teórico-político de Marx e Engels, buscando apreender as relações que estabeleceram entre questão nacional e revolução, é preciso considerar que se trata de um momento em que o universo de preocupações de ambos girava em torno de dois processos revolucionários vistos como profundamente entrelaçados: as revoluções burguesa e proletária.

Em outros termos, estavam às voltas com três tipos de totalidade social para cujo entendimento as formulações teóricas apresentavam distintos graus de elaboração.

Frente aos movimentos nacionais no interior do império austríaco (como, de resto, à maioria das questões nacionais em formações pré-capitalistas), as noções de "povos históricos" - "povos não-históricos" surgiram no interior de uma estratégia revolucionária que produzia, ao se articular com a tese teórica da adequação da unidade estatal nacional ao desenvolvimento do capitalismo, a seguinte questão de avaliação política: quais "povos", ou seja, "grupos étnicos" constituídos pelos mais diversos processos, poderiam (ou não) desempenhar o papel de nucleadores do processo de constituição de grandes unidades estatais nacionais? Em suma, tratava-se de saber das potencialidades de cada um desses "grupos" para hegemonizar o processo de constituição de um enquadramento político mais adequado ao desenvolvimento do capitalismo, visto este como um fator de progresso, na medida em que favorecia o desencadear da revolução socialista.

A própria tese de que a unidade estatal nacional é mais adequada à dominação burguesa traz em seu bojo uma perspectiva que "desubstancializa" a nação, abrindo espaço para que se distingam "nacionalidade" (termo descritivo que remete às formações sociais pré-capitalistas) e "nação". Haupt e Weill já observaram que, "no vocabulário histórico de Marx e Engels, a nacionalidade é uma formação cristalizada na Alta Idade Média, a partir de um emaranhado de povos, que precede e pode dar origem à nação. Na época moderna, o termo assume, portanto, um amplo significado: em sua acepção estritamente políti-

ca, de pertencimento a um Estado; e de formação não desenvolvida como nação, não constituída em Estado" (77).

Essa intuição já explicitada por Marx e Engels parece mais fecunda teoricamente do que o procedimento sisifiano que consiste em depurar um conceito "introuvable" a partir da classificação de termos utilizados nos mais diversos graus de elaboração e de distintos matizes teórico-ideológicos. Mais do que um preciosismo metodológico, o que está em jogo é uma distinção da ordem do objeto, já implícita na abordagem efetuada por Marx e Engels.

Engels, por exemplo, chegou, em alguns textos, a delimitar as "fronteiras naturais" das nacionalidades como fronteiras linguísticas, o que, além de não corresponder a uma posição permanente dele, é, em si mesmo, um suposto discutível. Mas, por outro lado, parecia-lhe inteiramente "normal" a não-coincidência entre essas "fronteiras naturais" e as fronteiras estatais modernas (78). Em outros termos, "desnaturaliza-se" a nação e se abre a possibilidade de um corte teórico entre "fronteira natural", no que se refere ao pré-capitalismo, e "fronteira estatal nacional", no que diz respeito ao Estado capitalista em processo de constituição.

Como dizia o próprio Engels, em 1866, "não existe país da Europa que não esteja composto de distintas nacionalidades submetidas a um mesmo governo. Sem dúvida os gaélicos dos highlands e os galeses são de nacionalidades distintas da dos ingleses, embora ninguém dê a esses resíduos de povos há muito desaparecidos o título de nações, como tampouco aos habitantes celtas da Bretanha, na França. Além disso, nenhuma fronteira estatal coincide com a fronteira natural da nacionalidade, com a fronteira linguística. Há muitos homens fora da França cujo idioma materno é o francês, assim como fora da Alemanha existem muitos homens de língua ale-

mã e, segundo toda probabilidade, sempre será assim" (79).

Tal distinção autoriza, portanto, uma outra sobre a qual venho insistindo: aquela entre o conceito de nação, que remete à estrutura do modo de produção capitalista, e a do papel histórico de "nacionalidades" (noção que, de um modo ou de outro, alude, nos textos de Marx e Engels, a processos político-ideológicos inseridos em formações sociais pré-capitalistas) como nucleadoras de movimentos de constituição de Estados nacionais modernos.

No que concerne à teoria geral, essa abordagem descritiva que se expressa por meio das referências a "nações históricas" - "nações não-históricas" é sintomática de uma ausência. Ela ocupa o lugar de conceitos que possibilitariam teorizar acerca do processo histórico de conversão de "nacionalidades" (no sentido amplo de formações sociais pré-capitalistas ou no sentido estrito de "superestruturas" delas) em nações. Tal questão era (e é) crucial, pois supõe um conhecimento das estruturas dos modos de produção pré-capitalistas e capitalistas, assim como dos tipos específicos de lutas de classes que, no interior das formações sociais pré-capitalistas, impulsionam a transformação destas no sentido do capitalismo.

Também se trata de uma questão importante do ponto de vista político, na medida em que qualquer estratégia revolucionária relacionada com aquelas formações sociais deve levá-la em consideração. Todavia, é uma questão que, do ponto de vista teórico, apenas parcialmente deriva da análise do modo de produção capitalista, ou seja, somente na medida em que este aparece como "ponto de chegada" de um processo específico de transformação social. Mais precisamente, trata-se de uma derivação apenas parcial porque, em primeiro lugar, esse processo de "montagem" assume historicamente as mais diversas for-

mas, sob o impacto de distintas forças sociais. Em segundo lugar, os "pontos de partida" (as formações sociais pré-capitalistas) diferem bastante de um caso para outro.

A análise teórica da nação não se identifica diretamente com uma política frente à questão das nacionalidades tal como, por exemplo, aquela formulada no interior da estratégia revolucionária de Marx e Engels. O obscurecimento dessa distinção está na base da hipótese de Mármora segundo a qual a estratégia política de Marx é derivação necessária do paradigma marxista. Neste caso, além da identificação abusiva da teoria com a estratégia política, incorre-se em contradições insolúveis, principalmente quando se atribui a Lenin o mesmo paradigma. Pois como explicar o fato de que a estratégia de Lenin frente à questão nacional - que tinha por eixo a política de defesa do direito à autodeterminação - era simetricamente oposta à adotada por Marx e Engels?

Traçando uma analogia com a distinção poulantzana entre, de um lado, a problemática da correspondência entre estrutura do Estado e relações de produção e, de outro, o estudo das formas de passagem ou vias de revolução burguesa, pode-se afirmar que o problema das nacionalidades, nos termos em que foi tratado por Marx e Engels, insere-se no campo das práticas de uma formação social. Nunca será irrelevante examinar se a questão nacional ocorre em formações sociais pré-capitalistas (caso analisado na imensa maioria das vezes por Marx e Engels) ou no interior de formações capitalistas ou mesmo em formações "mistas", como ocorreu, por exemplo, com a análise do movimento nacional irlandês que - como vimos - se entrelaçava de modo bas-

tante complexo com as lutas de classes no interior da formação social (capitalista) inglesa.

Com o objetivo de delimitar mais precisamente a questão, é conveniente efetuar, desde já, um outro corte, cujas implicações ficarão mais caras no terceiro capítulo. Trata-se de evitar a identificação abusiva entre os movimentos nacionais que eclodem no interior de formações sociais pré-capitalistas e aqueles que se constituem nas formações sociais já solidamente dominadas pelo capitalismo.

No que se refere às formações pré-capitalistas, o termo "nações", usado por Marx e Engels no contexto das revoluções de 1848 (e mesmo posteriormente), não deveria impressionar demasiadamente os exegetas. Bloom, após uma leitura rigorosa dos textos de Marx, já concluiu que "nação" é utilizado por este autor em um sentido bastante genérico, significando basicamente um tipo de sociedade (80). Na trilha de Bloom, outros autores precisaram que tal sentido - expressão do uso ingênuo do termo por Marx - era o corrente no francês e no inglês da época (81). A incorporação acrítica de termos que Marx e Engels utilizaram acríticamente pode levar a equívocos acerca de questões fundamentais relacionadas não apenas com as análises que ambos esboçaram sobre o problema nacional em determinadas formações sociais pré-capitalistas; também pode induzir a erros no que se refere ao estudo das próprias estruturas do capitalismo, contribuindo, inclusive, para obscurecer algumas intuições valiosas que se manifestam nos escritos "circunstanciais" daqueles dois autores.

De um ponto de vista teórico rigoroso, o erro de Marx e Engels acerca dos eslavos do sul - assim como de outros grupos con-

siderados "não-históricos" - raramente foi aquele no qual incorre boa parte de seus intérpretes, ou seja, o de buscar a nação nas formações sociais pré-capitalistas. Tampouco se tratou - como supõe Levrero - de uma perspectiva que, nos idos de 1848-9, teria ignorado uma pretensa irredutibilidade da nação às classes. Tal questão é duplamente sem sentido.

Em primeiro lugar, não se tratava de nação, mas de movimento nacional. Em segundo lugar, o apoio a movimentos nacionais de "povos históricos" como o húngaro e o polonês, dirigidos por setores da nobreza e da pequena burguesia urbana, em regiões de baixíssimo desenvolvimento capitalista exige - como se viu - que a atribuição de um economicismo às análises de Marx e Engels seja minimamente qualificada.

A análise de Mármora, por sua vez, além de não distinguir "nação" de "nacionalidade" pré-capitalista, ignora a relação complexa entre teoria da história e estratégia política.

O equívoco de Marx e Engels consistiu em abordar uma questão que era fundamentalmente de avaliação das relações de forças ao nível internacional - a questão da viabilidade política deste ou daquele movimento nacional, segundo os critérios de uma estratégia revolucionária específica - recorrendo a noções que apontavam para uma concepção de história estranha àquela que ambos formulavam.

Procurei identificar neste capítulo alguns aspectos das relações entre o desenvolvimento da teoria geral e a concepção estratégica, os quais possibilitaram um certo tipo de "deslizamento". Tratou-se fundamentalmente de uma teoria geral que privilegiava o peso das forças produtivas em detrimento das relações de produção

e que, ao exclusivizar o papel da burguesia na condução dos movimentos nacionais, obscurecia a importância da participação, nesses movimentos, de outras forças sociais. Nesse contexto, os processos que se desenrolavam em formações sociais marcadas por um fraco desenvolvimento capitalista não foram analisados segundo uma perspectiva centrada fundamentalmente nas lutas de classes, mas enfocados sobretudo "de fora", como movimentos de "povos" que poderiam resultar num impulso ou num obstáculo à revolução internacional.

Com isso, restava o problema de como explicar que povos oprimidos, ao invés de aderirem entusiasticamente a uma revolução que os libertaria (embora às custas da sobrevivência das aspirações nacionais deles), "optavam" por apoiar seus opressores.

Nos termos em que um problema de avaliação política se metamorfoseou em questão teórico-histórica, estava aberta a via para uma "substancialização" da historicidade ou não-historicidade desses povos. Paradoxalmente, o equívoco redundou em se assumir um princípio que era (e, de resto, permanece) comum aos nacionalismos que Marx e Engels, por princípio, combatiam. Os equívocos da estratégia, ao assumirem uma roupagem teórica, acabaram por cristalizar os atributos de "viabilidade", "historicidade", "caráter revolucionário", etc., obscurecendo - como diversos autores já observaram - os efeitos de possíveis mudanças nos contextos históricos.

Décio Saes identifica fases no desenvolvimento da teoria política de Marx, relacionando-as com a inserção deste último nas lutas de classes de sua época. Se, no Manifesto do Partido Comunista, Marx chegara a explicitar a relação entre os interesses da classe dos proprietários dos meios de produção e a política do Estado, no bojo das revoluções de 1848-9, ele viria a precisar o caráter de

classe da própria máquina estatal (82).

É importante observar que nesse trajeto o avanço foi desigual, destacando mais explicitamente, desde o início, as referências aos aspectos mais exteriores da estrutura do Estado capitalista.

O desenvolvimento das análises teóricas acerca do mecanismo específico de exploração da sociedade burguesa, assim como o exame dos processos políticos de 1848 e - mais tarde - da Comuna de Paris, possibilitariam a formulação de um elenco de teses fundamentais para a análise dos aspectos internos da estrutura do aparelho de Estado burguês. Trata-se - como se sabe - de teses desigualmente desenvolvidas e cuja articulação não ocorre sem defasagens. Mas constituem elementos de importância científica fundamental para o estudo da superestrutura jurídico-política do capitalismo e, dessa forma, subsidiam indiretamente a formulação de teses mais gerais acerca de outros tipos de dominação de classe. Por outro lado, as teorizações especificamente voltadas para as sociedades pré-capitalistas, embora tenham se desenvolvido, não se fizeram no mesmo passo.

O resultado foi que, ao destacar o controle de classe e a centralização, o enfoque "externalista" contribuiu para a ilusão de uma continuidade estrutural entre dois tipos de Estado - o burguês e o pré-burguês - produzindo, dessa forma, a representação de um processo essencialmente gradualístico. Tal perspectiva possivelmente contribuiu, por sua vez, para, de um lado, certas expectativas de que a burguesia tivesse um papel mais revolucionário do que viria a demonstrar no processo de revolução burguesa; e, por outro lado, para uma supervalorização da centralização política - inclusive

quando promovida por classes pré-capitalistas. Em suma, não se distinguiram nitidamente as estruturas internas específicas de dois tipos de unidade política centralizada (83).

Nesse sentido, a análise dos movimentos nacionais não deixou de se articular com um certo estágio do desenvolvimento da teoria social de Marx e Engels, particularmente de sua teoria do Estado. Mas - como se viu e ao contrário do que Marmorá supõe - a articulação não era harmônica, o que produziu a existência de vazios, em termos do que ambos já haviam avançado no que se refere à tese sobre o papel determinante das lutas de classes.

Se as lutas de classes eram vistas como "o motor da história", se a análise dos processos políticos na França, na Inglaterra, na Alemanha, procurava justamente desvendar as distintas formas de lutas de classes que os determinavam, o mesmo não ocorreu em relação à maioria dos movimentos nacionais abordados por Marx e Engels. Trata-se, nesse caso, do oposto do que Levrero afirma. Longe de uma desatenção para com uma pretensa irreduzibilidade da nação às lutas de classes, faltou precisamente um exame destas últimas, o qual teria possibilitado a compreensão de como, em certos contextos, elas imprimem determinados conteúdos a movimentos nacionais específicos.

Finalmente, se da estratégia e dos textos elaborados por Marx e Engels nos idos de 1848 não deriva uma "teoria positiva" da nação pré-capitalista que possa ser integrada, de modo rigoroso, ao essencial das contribuições científicas de ambos, elas apresentam algumas hipóteses relativas à nação capitalista, pela mediação de uma teoria do Estado burguês. A principal delas talvez

seja a de que a (grande) unidade estatal-nacional corresponde mais adequadamente à dominação burguesa. Os nexos entre uma e outra foram explicados apenas parcialmente. Às vezes, de modo negativo: dissolução do "patrimonialismo", do "sistema estamental", do "patriarcalismo", do poder da aristocracia, do Estado absolutista; às vezes, de modo afirmativo, por meio da referência à centralização do aparelho estatal e a alguns aspectos da estrutura e do modo de organização do pessoal do Estado, os quais, no entender de alguns autores contemporâneos (84), constituem a ossatura do tipo de Estado burguês.

II. NAÇÃO E CAPITALISMO: ASPECTOS ESTRUTURAIS
DA IDEOLOGIA NACIONAL

1. Uma Proposta de Análise

O exame da relação entre Estado capitalista e ideologia nacional insere-se em um debate mais amplo acerca das dimensões ideológicas da estrutura jurídico-política das sociedades capitalistas. Adotando uma perspectiva que, em sua generalidade, tende a apresentar a nação, de um modo ou de outro, como uma dimensão da "superestrutura" daquelas sociedades, analisarei a ideologia nacional no contexto da articulação da estrutura do aparelho de Estado burguês com as relações de produção capitalistas, contexto em cujo interior se produz um certo tipo de estruturação ideológica.

Mesmo formulada neste grau de generalidade, tal perspectiva supõe algumas demarcações.

Descarto, em primeiro lugar, procedimentos que remetem à análise da nação como uma entidade "natural". É verdade que elas se expressam mais fortemente em determinadas "escolas", como, por exemplo, o "romantismo" ("espírito do povo": entidade nacional vista como singularidade irreduzível) ou o "positivismo" (diante da irreduzibilidade dos "fatos" nacionais, caberia ao procedimento científico abstrair suas características mais gerais). Porém, não se trata exatamente de descartar esta ou aquela corrente teórica em bloco. A questão é sobretudo metodológica (1) e, nas teorizações efetivamente realizadas, as posições nem sempre se distinguem. Em outros termos, ambas as vertentes de uma concepção naturalística da nação podem expressar-se no interior de diversas tradições teóricas e, inclusive na obra de um mesmo autor.

Um exemplo ilustre é o de Nicos Poulantzas que, em seu pri-

meiro livro, empreende uma tentativa sistemática de apreender a nação como um aspecto estrutural do Estado capitalista; em seguida, volta à problemática dos índices, cara a Stalin, redefinindo-a no sentido de atribuir à nação uma certa materialidade não-reduzível às coordenadas do modo de produção capitalista (o Estado e as formações sociais capitalistas é que seriam nacionais); e, finalmente, em seu último livro, tentou justapor as duas concepções anteriores: a nação passou a ser concebida como uma unidade de reprodução das relações sociais que transcende o âmbito do capitalismo, embora, por outro lado, a nação capitalista apresente espacialidade e temporalidade específicas, ambas vistas como inscritas nas "matrizes" desse modo de produção (2). Um resultado desse trajeto é que o conceito de nação fica totalmente indeterminado, passando a conotar qualquer tipo de sociedade inclusiva, independentemente de seu modo específico de estruturação.

Um segundo exemplo refere-se à variante "romântica". Álvaro Vieira Pinto, ainda que recorrendo a uma terminologia predominantemente marxista, toma a nação dependente, no essencial, como uma personalidade singular, embora (e neste "embora" reside toda a problemática do nacionalismo adotada pelo autor) carente de autonomia, alienada (3).

Procurarei examinar a relação entre capitalismo e ideologia nacional no interior de uma perspectiva teórica bem determinada, a do debate marxista acerca da dominação ideológica de classe, recorrendo, eventual e seletivamente, a uma outra: a da discussão

weberiana sobre os tipos de dominação legítima. Os critérios desta seletividade serão explicitados ao longo do capítulo. Nesta segunda perspectiva, a nação é examinada a partir das características específicas do Estado moderno que se articulariam, no bojo de um processo de racionalização, com os distintos tipos de legitimidade. Na primeira, trata-se de analisar a ideologia nacional no contexto da articulação da estrutura do aparelho de Estado com as relações capitalistas de produção.

É no interior desta primeira perspectiva que adoto uma hipótese central no sentido de pensar a nação como um espaço político-ideológico constituído a partir do duplo efeito das estruturas do Estado sobre as relações de produção: efeito de isolamento e efeito de representação da unidade (4). Nesses termos, a nação configura, ao nível ideológico, um locus da igualdade e da comunidade no interior de uma sociedade que se apresenta como constituída de individualidades competitivas. O desenvolvimento dessa hipótese exigirá, como se vê, um estudo das relações de produção e, por outro lado, da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista.

Tal hipótese orientou de um modo "negativo" toda a análise empreendida no capítulo anterior, onde procurei demonstrar a impropriedade teórica da busca, nos textos circunstanciais escritos por Marx e Engels acerca de questões nacionais em formações sociais pré-capitalistas, de uma teoria "positiva" da nação. Trata-se agora de conferir um caráter mais afirmativo ao suposto da existência, a nível estrutural, de um nexos exclusivo e indissolúvel entre nação e capitalismo, na medida em que somente este modo de produção constitui classes sociais distintas e antagônicas em uma comunidade de iguais, constituição esta que desempenha um papel fundamental para a

reprodução da dominação de classe.

Trata-se, como se vê, de um suposto diametralmente contrário ao assumido por Bauer, para quem não apenas a nação possui uma dimensão "trans-histórica" como, por outro lado, é justamente o capitalismo o locus menos apropriado para a apreensão do fenômeno nacional em seus contornos mais nítidos. Bauer, ao definir a nação como uma comunidade de cultura e ao afirmar que nas sociedades de classes (principalmente nas pré-capitalistas) a nação restringe-se à classe dominante, termina por efetuar um corte entre nação e dominação ideológica de classe. Nesse sentido, a análise chega a um impasse: ou a dominação ideológica é irrelevante para a dominação de classe ou, caso contrário, o fenômeno nacional é irrelevante para a dominação ideológica de classe (5).

Examinarei, neste capítulo, em que medida as análises de Marx acerca do modo de produção capitalista fornecem indicações para uma perspectiva de abordagem da ideologia nacional como indissolúvelmente ligada à legitimação de um tipo de Estado, o Estado capitalista. Com este objetivo, centrarei a investigação na principal obra teórica daquele autor, a qual, de resto, é dedicada a uma análise sistemática da estrutura econômica do capitalismo.

Este caminho tem sido muito pouco explorado. A grande exceção é Bloom, em seu trabalho já clássico sobre a abordagem do problema nacional em Marx (6). Todavia, no erudito levantamento feito por aquele autor, as contribuições de O Capital não adquirem nenhum relevo. O resultado é que a possível especificidade das análises efetuadas por Marx em sua obra de maior envergadura teórica diluiu-se no interior de um conjunto muito amplo e diversificado.

Quais as razões deste desinteresse por uma análise cuja necessidade teórica (e política) poderia ser considerada óbvia?

a própria existência de uma série de textos da própria lavra de Marx e Engels voltados explicitamente para a análise de questões nacionais específicas desempenhou um papel importante nesse bloqueio. Comparadas às escassas referências diretas ao tema em O Capital, aqueles escritos não deixaram de adquirir a aura de uma interpretação autorizada do objeto em pauta.

Todavia, existe uma razão de ordem político-ideológica mais profunda para a persistência do bloqueio. Trata-se do economismo. A tendência a reduzir à condição de epifenômeno da "base" econômica todos os demais níveis da realidade social terminou por inibir o estudo específico de cada um destes outros níveis, pois seu princípio de inteligibilidade (seu "sentido") já se acharia inscrito na infraestrutura, da qual seriam expressão (7).

Poulantzas observou que, no que se refere especificamente à análise do Estado, tal bloqueio se consolidou com a política stalinista, que veio a predominar no Comintern desde o final dos anos 20, pois os "sintomas principais" da referida política situavam-se justamente "nas relações entre o aparelho de Estado e o Partido Comunista da URSS" (8). Caberia acrescentar que, ao bloquear os estudos sobre o Estado, a política stalinista, fortemente marcada pelo nacionalismo, não deixou de exercer uma inibição característica sobre uma faceta importante daquele objeto mais amplo: a ideologia nacional. Nesse contexto, não é de se estranhar que o bloqueio tenha se feito valer com maior intensidade em relação à obra que era vista como a summa da análise econômica de Marx.

Todavia, o argumento deve ser nuançado, pois certas incursões pelo estudo da "superestrutura" não passaram totalmente ao largo de O Capital. Diversas vertentes do economicismo têm recorrido frequentemente à parte considerada mais "filosófica" desta obra, ou seja, às célebres páginas dedicadas ao fetichismo da mercadoria, as quais - como veremos mais tarde - se tomadas isoladamente, se prestam a um tratamento da política e da ideologia como simples expressões epifenomênicas da base econômica.

A crítica ao economicismo não implica o suposto de que existe, em O Capital, uma teoria sistematicamente elaborada sobre a ideologia e a política. Novamente recorrendo a Poulantzas, explorarei a idéia de que se, por um lado, O Capital não é, estritamente falando, um texto de análise econômica, por outro lado, a presença da análise das estruturas política e ideológica manifesta-se indiretamente nesta obra, por intermédio dos "efeitos" de ambas as estruturas sobre a econômica (9).

Vejamos em que medida algumas indicações presentes em O Capital podem contribuir para a análise da relação entre capitalismo e ideologia nacional.

2. Mercadoria e Ideologia Nacional

No início de O Capital, ao analisar os efeitos mistificados da forma valor sobre as representações que os proprietários de mercadorias fazem acerca de suas próprias relações, Marx, após digressar ironicamente sobre as robinsonadas da economia política, refere-se às relações sociais dominantes na Idade Média feudal. Nestas, haveria predominado, segundo o autor, a dependência pessoal, que imprimia seu selo tanto sobre "as condições sociais da produção material" como sobre "as esferas de vida estruturadas sobre ela".

Em contraste com a sociedade produtora de mercadorias, onde os diferentes trabalhos concretos adquirem a forma social do trabalho abstrato, naquela, "a forma natural do trabalho, sua particularidade... é... sua forma diretamente social" (10). Trata-se, portanto, na sociedade feudal, de uma situação bastante distinta daquela em que predomina "a conduta meramente atomística dos homens" (11), todos eles constituídos como indivíduos proprietários que se relacionam livremente no mercado.

Esta última é o reino do trabalho abstrato, onde "a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho" (12). Por isso, as relações entre os homens, longe de serem marcadas pela dependência pessoal, aparecem como relações entre iguais. É nesta sociedade que o "conceito de igualdade humana" adquire a "consistência de um preconceito popular" (13); é nela, portanto, que se produzem as condições mais adequadas para o culto do homem abstrato (14).

Note-se que tal sociedade de "sujeitos" livres e iguais, proprietários de mercadorias, é contraposta, de um lado, àquela - já mencionada - cujas relações trazem o selo da dependência pessoal e, de outro, a uma "associação de homens livres", proprietários coletivos dos meios de produção e inseridos em relações não dissimuladas pela forma valor.

"Sociedade de produtores de mercadorias" denota, neste momento da análise, uma dimensão abstrata de uma sociedade que tem em comum com a feudal a existência de uma dominação de classe, mas se distingue dela por articular a esta dominação a peremptória afirmação do princípio da "igualdade humana".

representação ideológica de uma comunidade de iguais que expressa/oculta relações de dominação de classe: eis um ponto de

partida que possibilita, a partir da leitura de O Capital, detectar as bases da ideologia nacional e, ao final do trajeto, demonstrar a especificidade desta última como ideologia do modo de produção capitalista.

O que não parece fecundo é tomá-lo como ponto de chegada.

Tanto nos esboços preliminares à redação de O Capital como ao longo desta obra inconclusa e desigualmente elaborada, Marx refere-se ao papel da abstração na atividade científica. O percurso do conhecimento consiste na passagem das formas simples às multideterminadas e a primeira seção de O Capital dedica-se à análise da mercadoria, esta "forma celular" da sociedade burguesa (15).

Neste momento inicial, trata-se de analisar a mercadoria em sua simplicidade elementar, abstraindo-a de outras determinações constitutivas do modo de produção capitalista (16), o que significa que a única relação entre os homens que agora se considera é a de proprietários de mercadorias (17). Tais relações - como diz Rubin - "não pressupõem necessariamente um vínculo de produção entre o capitalista industrial e os operários" e, na medida em que a sequência lógica das categorias obedece a uma complexidade crescente, "as categorias 'mercadoria' e 'valor' precedem a categoria 'capital'" (18).

Entretanto, na maioria das teorizações marxistas, os autores conceituam a nação restringindo-se em larga medida (às vezes, exclusivamente) à análise da determinação mercantil.

Uma primeira variante desse "circulacionismo" da análise tende a explicar a nação a partir do interesse da burguesia pela constituição de um mercado interno e pela concorrência com outras

burguesias. É o caso, por exemplo, de Kautsky, para quem, nas cidades medievais, "desenvolveu-se um novo poder que haveria de fundir as nações modernas a partir das cidades e das comarcas: o poder revolucionário do grande comércio". Dessa forma, considera-se o capital comercial "o poder econômico revolucionário dos séculos XIV, XV e XVI" e se conclui que é a partir do novo impulso que ele imprime à sociedade que "se origina a nacionalidade moderna" (19). A mesma perspectiva de análise é adotada por Mandel, ao afirmar que a burguesia "é a primeira classe na história que cria a nação. Ela a cria economicamente porque tem necessidade de um mercado nacional unificado e elimina todos os obstáculos pré-capitalistas, semi-feudais, corporativistas, regionalistas, à livre circulação de mercadorias a fim de lograr a unidade deste mercado nacional" (20).

A análise dos problemas decorrentes desta perspectiva de análise será um pouco mais detalhada no próximo capítulo, mas anticipo, desde já, a menção a um duplo obscurecimento: dos processos de apropriação da ideologia nacional por distintas classes e frações de classe, entre as quais nem sempre a mais importante é a burguesia (ou parte dela); e do papel do Estado capitalista na constituição da ideologia nacional.

A segunda variante -objetivista - toma a nação como expressiva da infraestrutura econômica do capitalismo, infraestrutura que é vista como redutível às relações mercantis. Em relação à anterior, esta vertente de análise apresenta vantagens inegáveis. Ela aponta no sentido de se aprofundar o exame da superestrutura do modo de produção capitalista, o que abre espaço para um exame específico da ideologia nacional. Isso permite, como veremos, efe-

tuar um certo "descolamento" desta ideologia da visão de mundo de um único agente social - a burguesia - e apreender outras determinações presentes na constituição de uma comunidade especificamente ligada ao modo de produção capitalista. Todavia, ela não possibilita um aprofundamento da análise dos nexos entre a ideologia nacional e, por um lado, as relações capitalistas de produção e, por outro, as instâncias superestruturais do capitalismo. Na base dessa limitação encontra-se uma espécie de economicismo que, ao mesmo tempo em que se exacerba no que se refere à análise das instâncias superestruturais, atenua-se na abordagem das relações de produção.

O exagerado economicismo deve-se ao negligenciamento do papel do Estado na determinação das relações jurídicas (e ideológicas) burguesa e, logo, na constituição/reprodução das próprias relações econômicas do capitalismo. Já o economicismo mitigado consiste em tomar o "econômico" em sentido fraco, ou seja, como redutível às relações mercantis. Desta forma, além de se perder a possibilidade de apreensão das relações de produção capitalistas e da estrutura jurídico-política que^a elas se articula, perde-se igualmente - e este é o ponto que me interessa mais de perto - a possibilidade de apreender categorias ideológicas indispensáveis à reprodução de ambas as estruturas citadas, assim como das relações entre elas. Uma dessas categorias é a de "nação".

Tampouco me parece fecunda a crítica ao economicismo que se situa no interior dos supostos do paradigma criticado, em ambas as variantes. É o caso, por exemplo, de posições assumidas

recentemente por Balibar acerca do exame da "forma nação" (21). Segundo o autor, "é inteiramente impraticável 'deduzir' a formação das relações de produção capitalistas" e isso por duas razões. Em primeiro lugar, porque "circulação monetária e exploração do trabalho assalariado não implicam logicamente uma forma de Estado determinada."

Tal formulação é ambígua. Se ela se dirige às tentativas de conceituar o Estado capitalista a partir da sucessão das categorias "mercadoria - valor - dinheiro - capital" (da qual se deduziria logicamente a categoria "Estado"), parece-me apontar na direção correta. Isso, no mínimo, porque tal derivação impossibilita a análise de cada estrutura do modo de produção capitalista tem de específico. O equívoco derivacionista parece-me consistir em, partindo da justa detecção da presença do Estado burguês na constituição/reprodução das relações de produção capitalistas, atribuir àquela estrutura o caráter de uma categoria "econômica".

Em contrapartida, a primeira crítica de Balibar também resulta em uma total indeterminação do Estado capitalista. Recorrendo a Braudel e Wallerstein, Balibar afirma a existência de outras formas estatais burguesas além da forma nacional, citando, a título de exemplificação, "a forma do império e, sobretudo, a da rede político-comercial transnacional, centrada em uma ou várias cidades", como a Hansa e as Províncias Unidas do séc. XVII (22). Além da extrema fluidez da noção de "forma estatal", permanece a tarefa de demonstrar em qual sentido se poderia atribuir um caráter "burguês" àquelas mencionadas pelo autor.

A recusa de examinar a nação a partir das relações entre Estado burguês e relações de produção capitalistas induz Balibar

a se inserir - não sem relutância - no campo da primeira variante do economicismo: a que concebe a nação como expressiva da vontade de classe da burguesia. É neste sentido que aponta a segunda crítica do autor à tentativa de "deduzir" o Estado burguês da estrutura econômica do capitalismo. Balibar argumenta que, como o espaço de realização do capital - o mercado mundial - tende a ultrapassar os limites nacionais, a nação não se originou de um projeto burguês (embora o autor "conceda" que ela tenha correspondido aos interesses de certas frações burguesas). Invertendo o argumento, caberia indagar se, caso esse espaço de realização se circunscrevesse aos limites nacionais, a nação seria, a justo título, considerada fruto de um projeto burguês.

Os mesmos problemas encontram-se em uma outra perspectiva de análise que, curiosamente, dirige-se para as relações de produção, embora tratando-as de modo parcial. Refiro-me às análises de inspiração weberiana que vêm na indústria o caráter distintivo fundamental das sociedades modernas (23). É o caso, por exemplo, de Gellner, para quem a sociedade moderna, "em consequência de sua base tecnológica e produtiva...é homogênea, alfabetizada, tecnologicamente hábil e móvel quanto ao emprego". Se as três últimas características criam, por um lado, pré-condições e, por outro, expectativas generalizadas de melhoria contínua, produzem, em consequência, uma homogeneidade entre os membros da sociedade, na medida em que "as pessoas têm de estar preparadas para preencher novas vagas; para comunicar-se eficazmente com pessoas desconhecidas; e para se sujeitar a testes 'universalísticos' e 'objetivos' com respeito aos papéis e posições que desejam ocupar.

A homogeneidade pressupõe um meio comum de comunicação e alfabetização". Dessa forma - conclui Gellner - constituem-se "lagos de líquido homogêneo" - as nações - no interior dos quais "peixes da mesma espécie movimentam-se sem obstruções ou problemas culturais" (24).

À luz dessas teorizações, a homogeneidade é vista como uma necessidade objetiva da sociedade industrial e, portanto, seria devido a esta que "os cidadãos se (tornam) inerentemente iguais" (25). A ideologia nacional (Gellner não distingue nacionalismo de ideologia nacional e Estado-nação) efetiva-se como "consequência dos princípios organizacionais básicos da sociedade moderna", sendo a primeira "um eco confuso e distorcido daqueles princípios; é a maneira pela qual são traduzidos para uma linguagem sentimental, autojustificativa e moralmente recomendável" (26).

Bendix é mais cuidadoso no tocante à causação, pois um dos objetivos de sua análise é justamente questionar as concepções evolucionistas acerca de uma passagem necessária e completa da sociedade tradicional para a moderna, passagem que seria impulsionada por uma determinação econômica que - e este é o ponto importante - ele identifica a industrialização. Todavia, a crítica ao teleologismo não significa um arcabouço teórico distinto. A industrialização é vista como o elenco de "mudanças econômicas geradas por uma tecnologia que se baseia em fontes de energia inanimada, assim como no desenvolvimento contínuo da investigação científica aplicada". Se "in-

ustrialização" designa as mudanças tecno-econômicas, a modernização, por sua vez, é vista como o conjunto de "mudanças so-
ciais e políticas que acompanharam a industrialização em muitos países da civilização ocidental". Entre estas mudanças, destacam-se a urbanização, as mudanças na estrutura ocupacional e "a passagem das instituições políticas absolutistas aos governos responsáveis e representativos" (27).

Como se relacionam modernização e ideologia nacional?

Segundo Bendix, a ruptura dos laços de dependência social conduz a um crescente igualitarismo, que se expresa na extensão da cidadania a todos os membros da sociedade. No bojo do processo de industrialização, "a ordem política e social da Europa sofreu importantes transformações, produzindo em última instância o Estado nacional e um crescente igualitarismo". Em suma, transitou-se de uma situação em que quase todos eram súditos para outra em que se "universalizaram os direitos de cidadania" (28).

As análises de inspiração weberiana são bastante úteis ao apontarem aspectos importantes da ideologia nacional, embora o recurso às suas contribuições deva considerar, por outro lado os problemas que apresentam. Mais especificamente, elas efetuam uma dissociação indevida entre industrialização e relações de produção, ignorando que a dominação do capital imprime sua marca sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, obscurecem os nexos entre industrialização capitalista e a separação, ao nível da apropriação real, entre produtores diretos e meios de produção, obscurecendo, portanto, o caráter capitalista de um certo processo de revolucionarização das for-

ças produtivas (29).

Essa "tecnização" das forças produtivas capitalistas, ao exorcizar o caráter de dominação presente em um aspecto das relações sociais, possibilita que aquelas análises postulem a existência de um princípio neutro de articulação (a indústria) da totalidade social que se expressaria (ou "seria acompanhado") por meio de um sistema de representações (a ideologia nacional) também marcado por um igualitarismo que é visto como o traço distintivo da "sociedade moderna".

Ao incorporarem acriticamente o "igualitarismo" nacional, tomando-o como representação mais ou menos remotamente decalcada das relações efetivas que se constituem no interior da sociedade industrial, essas análises vêem-se impossibilitadas de efetuar uma distinção precisa entre as representações ideológicas e as relações de dominação que aquelas, ao mesmo tempo, expressam, ocultam e, de um modo específico, (re)produzem.

Em termos gerais, podem-se dirigir a essas teorizações a mesma crítica que Poulantzas faz ao "historicismo", no sentido de que este se fundaria em uma concepção de totalidade social "expressiva", dotada de um princípio único gerador de sentido para o conjunto da estrutura, o que, em consequência, obscurece o caráter diferencial dos lugares e intervenções das estruturas particulares de um modo de produção ou formação social(30).

Como sabe, esta é uma questão central do clássico debate, no interior do marxismo, acerca das relações entre os "níveis" ou "instâncias" das estruturas sociais. E, nesse ponto, as

relações entre certos autores e a vertente objetivista do economismo padecem de uma certa ambigüidade.

Tomemos, por exemplo, Pasukanis, um autor cuja importância para o desenvolvimento de uma teoria marxista do direito é inegável. Segundo esse autor, a relação jurídica é "o mercado idealizado, transposto para as nuvens da abstração filosófica e libertado da grosseira empiria" (31), ao mesmo tempo em que, conseqüentemente, o sujeito jurídico é, no fundamental, "um proprietário de mercadorias abstraído e transposto para as nuvens" (32).

"Nuvens", "idealização" parecem significar, aqui, abstrações de segundo grau, no sentido de que os proprietários de "mercadorias" - esta abstração - estariam refletidos em uma outra abstração, o "sujeito jurídico". Tais abstrações, em sua unilateralidade, derivariam das próprias relações econômicas - neste sentido, expressariam a base econômica - e se materializariam como um "momento" real das relações entre os homens.

Parece-me que a questão central refere-se ao caráter dessas categorias vistas como derivadas das relações mercantis. Serão elas apenas "funcionais" à reprodução das relações de produção capitalistas ou, além disso, possibilitarão a inteligibilidade teórica de tais relações (e, mais ainda, da totalidade do modo de produção)? Eis um problema espinhoso frente ao qual a posição do próprio Marx, em O Capital, não é de fácil interpretação.

Althusser mencionou um certo silêncio de Marx quando este se refere ao papel das abstrações iniciais como ponto de

partida do conhecimento científico. Quais seriam essas abstrações? Caso elas incluam - como o próprio Marx várias vezes indica - "as categorias das quais partem Smith e Ricardo", isso não implicaria o suposto de que entre estes e Marx não ocorre nenhuma "ruptura de objeto"? (33) O silêncio teria recaído, portanto, sobre "o problema da natureza diferencial das abstrações sobre as quais trabalha o pensamento científico para produzir, ao final de seu processo de trabalho, abstrações novas, diferentes das primeiras e, no caso de uma ruptura epistemológica como a que separa Marx dos economistas clássicos, radicalmente novas" (34).

Como se vê, na própria formulação da pergunta de Althusser já está presente a resposta. O que teria havido de mais profundo no Marx de O Capital foi uma ruptura com a economia política, cujas categorias básicas não teriam servido de mais do que simples "matérias-primas", transformadas à luz de uma nova problemática, nos conceitos iniciais de uma teoria dos modos de produção. Nesse sentido, a permanência, em O Capital, da mesma crítica de fundo que Marx fazia à economia clássica desde a Miséria da Filosofia (a de possuir uma concepção a-histórica das categorias econômicas) apenas revelaria o quanto este autor não estava plenamente cômico do alcance de uma ruptura que efetivamente praticou (35).

De fato, não é muito difícil localizar em O Capital críticas aos economistas políticos do tipo referido por Althusser. Marx afirma, por exemplo, que "as formas que certificam os produtos do trabalhos em mercadorias...constituem...as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento váli-

das e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias" (36). Todavia, a explícita referência de Marx à esfera da circulação talvez já indique, como veremos mais tarde, que a referência althusseriana ao "silêncio" de Marx deve ser atenuada.

De forma alguma as críticas explícitas de Marx à economia política resumem-se a "pôr Ricardo em movimento", embora muitas vezes este seja o caso. Por exemplo, ao se referir à expressão "valor do trabalho", Marx afirma que nela não apaga inteiramente o conceito de valor como este se converte em seu oposto, tornando-se uma expressão tão imaginária como o "valor da terra". Tais expressões imaginárias - prossegue ele - "surgem...das próprias condições de produção. São categorias para formas em que se manifestam condições essenciais. "Que na aparência as coisas se apresentem frequentemente invertidas, é conhecido em quase todas as ciências, exceto na economia política" (37). Nesse sentido, as categorias da economia política não apenas apresentam como estático o que é histórico como também - e principalmente - devem ser objeto de uma análise teórica que, rompendo com elas, revele as "condições essenciais" sobre as quais se fundam e das quais proporcionam a "representação imaginária".

Como se viu, o economicismo apresenta-se, na análise da ideologia nacional, por um lado, em uma vertente voluntarista que tende, no essencial, a conceituar esta ideologia como expressiva da vontade da classe dominante ou de uma de suas frações. Por outro lado, na vertente objetivis-

ta. Esta última divide-se em duas grandes tendências analíticas. Uma delas, recorrendo às categorias do materialismo histórico, aborda a ideologia nacional como expressão superestrutural das relações mercantis da sociedade capitalista, relações estas identificadas com a "base econômica". A outra, bastante influenciada pelas teorizações weberianas, postula a existência de um vínculo indissolúvel entre aquela ideologia e a industrialização.

Numa perspectiva de análise crítica ao economicismo, tratar-se-á, portanto, de destacar as determinações "superestruturais" da ideologia nacional, o que exigirá igualmente que, em um movimento inverso, se aprofunde a análise da estrutura econômica do capitalismo para além da esfera da circulação. Examinemos em que medida O Capital pode fornecer algumas indicações teóricas úteis aos dois momentos desse percurso.

3. Relações de Produção e Ideologia Nacional

No capítulo 3 (livro primeiro) de O Capital, Marx critica a "tentativa de escamotear as contradições do processo de produção capitalista ao dissolver as relações entre seus agentes de produção nas relações simples que se originam da circulação de mercadorias. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias - diz ele - são ...fenômenos que pertencem aos mais diferentes modos de produção, embora com extensão e alcance diferentes. Não se sabe, portanto, ainda nada sobre a differentia specifica desses modos de produção e não se pode, assim, julgá-los, quando apenas as categorias abstratas da circulação de mercadorias que lhes são comuns são conhecidas" (38).

Começemos pelo segundo ponto, que indica a existência da mercadoria em distintos modos de produção. Como diz Marx, "a representação do produto como mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida ...que a separação entre valor de uso e valor de troca já se tenha completado. Tal estágio de desenvolvimento é, porém, comum a formações sócio-econômicas as mais diversas" (39). E mesmo no que se refere ao dinheiro, cuja existência supõe um nível mais desenvolvido da troca de mercadorias, suas formas específicas ("meio equivalente de mercadorias ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro ou dinheiro mundial") podem ser remetidas a distintos modos de produção (40). Como insiste Marx, há que se distinguir "dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital" (41).

Toda essa argumentação vai no sentido de demonstrar que as condições de existência do capital, as quais possibilitam o encontro do proprietário dos meios de produção com o trabalhador "livre", "de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária" (42).

A análise do processo capitalista de reprodução revelará que ele consiste, fundamentalmente, em um processo de reprodução de classes e - logo - de dominação de classe. Revelará igualmente que, em uma das fases desse processo, se abstraída, a relação dos proprietá-

rios e não-proprietários dos meios de produção aparece como uma relação entre indivíduos e que, por outro lado, esta representação abstrata é uma das condições do próprio processo de reprodução desse tipo de sociedade. Em que se funda tal representação?

Como já vimos, uma perspectiva de análise tende a vê-la como um reflexo das relações de produção. Já esboçamos sua crítica: reduz as relações de produção às relações mercantis e obscurece a intervenção específica de outras estruturas do modo de produção capitalista. A este respeito, a observação de Poulantzas não só é certa como abre a possibilidade de uma nova vertente de explicação: o que se trata de explicar é como a separação produtor direto-meios de produção, que engendra a concentração de capital e a socialização do processo de trabalho, constitui, ao nível jurídico-político, os agentes da produção como indivíduos, "apagando" sua determinação de classe (43).

Qual é a differentia specifica do modo de produção capitalista que as análises restritas ao âmbito da mercadoria não chegam a desvendar?

No Livro segundo (cap. 1) de O Capital, Marx afirma que trabalhadores e meios de produção são os fatores presentes em qualquer modo de produção. Entretanto, logo em seguida, ele ressalva que "uns e outros só o são em potencial quando estão mutuamente separados. Para que haja produção ao todo, eles precisam combinar-se. O modo específico de levar a efeito essa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da

estrutura social. No presente caso (do m.p.c. - L.F.), a separação do trabalhador livre de seus meios de produção é o ponto de partida dado, e vimos como e sob quais condições ambos são unidos nas mãos do capitalista - ou seja, como modo de existência produtiva do seu capital"(44).

Para além da fictio juris do contrato, trata-se, portanto, de analisar a base de um processo de produção específico que - como todos os demais - é fundamentalmente um processo de reprodução. Um exame desta ordem aponta necessariamente para as especificidades das estruturas do modo de produção capitalista (e não para uma relação de reflexo entre elas) assim como para a presença de determinações jurídico-políticas e ideológicas no modus operandi das próprias categorias mercantis no interior deste modo de produção.

No livro terceiro (cap. 47) de O Capital, Marx afirma que"é sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos...que encontraremos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada" (45).

Na página anterior, Marx havia fornecido indicações acerca desse "segredo recôndito" no que se refere aos modos de produção pré-capitalistas. Trata-se fundamentalmente da não-separação, ao nível da relação de apropriação real, entre o trabalhador direto e os meios de produção. No caso do modo

de produção feudal, por exemplo, a posse dos meios de produção pelo trabalhador determina que a relação de propriedade se constitua como uma "relação direta de domínio e servidão", à qual corresponde um tipo específico de estrutura jurídico-política (46). Como diversos autores têm salientado, ao mesmo tempo em que se nega o caráter de sujeitos aos produtores diretos (47), interdita-se o acesso destes ao aparelho de Estado (48). Destaquemos alguns efeitos ideológicos da articulação dessas estruturas no que eles se referem mais diretamente à constituição de uma ideologia nacional.

A unidade ao nível da apropriação real está na raiz da afirmação de uma desigualdade humana fundamental entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, a qual, por si só, impossibilita que o "conceito de igualdade humana" adquira a "consistência de um preconceito popular". É esta não-separação que impossibilita a representação dos trabalhos dos produtores diretos como partículas de um trabalho humano abstrato, independentemente das características específicas de seus executores, do local em que produzirem e da configuração física do produto final. Aqui se trata sempre de trabalhos cuja dimensão concreta é dominante e que são inseparáveis da pessoa que os executa. Em tais condições, os trabalhadores não aparecem, em nenhum momento do processo, como indivíduos livres. É nesse sentido que Marx afirma que eles "são parte direta das condições objetivas de produção e objetos de apropriação" (49). Reciprocamente, a propriedade dos meios de produção determina algum tipo de assujeitamento dos produtores diretos.

Tais relações são incompatíveis com a constituição de uma ideologia nacional pois, onde "homens se apropriam de homens", não há como surgir a representação ideológica de um corpo soberano constituído pela comunidade de indivíduos-sujeitos extensiva a todos os agentes da produção sobre a base de um território precisamente delimitado. Se a presença direta da coerção extra-econômica nas relações de produção implica, por um lado, uma estreita imbricação das estruturas dos modos de produção pré-capitalistas, por outro restringe a presença dos produtores diretos a uma esfera situada "aquém" daquela onde se efetiva a representação da soberania. A ausência da representação da soberania popular é determinada, portanto, pela estreita imbricação entre exploração econômica e dominação político-ideológica.

Até o final da seção VI do livro 1, Marx analisou, a partir da forma mercadoria, as determinações mais abstratas do modo de produção capitalista. Nesse percurso, examinaram-se sucessivamente, acompanhando os diferentes graus de complexidade das categorias, as formas sociais que revestem esse processo. Passou-se da mercadoria à circulação de mercadorias, desta ao processo de trabalho, chegando-se, por fim, ao processo de valorização, ou seja, a um processo de produção específico. A partir da seção subsequente, tratar-se-á de articular esses elementos em um ciclo que, ao longo de três fases sucessivas, renova-se incessantemente.

Examinemos, em primeiro lugar, essas fases do processo de reprodução do capital como antes foram abordadas, ou

seja, isoladamente.

A primeira delas é - como já fora explicado na seção II - a transformação do dinheiro em capital, isto é, em meios de produção e força de trabalho. Ela ocorre no mercado, na esfera da circulação. A segunda - o processo de produção propriamente dito - é a transformação daqueles meios de produção em uma certa quantidade de mercadorias cujo valor é maior do que aquele que ingressou nesse processo. Ao exame desses dois momentos foram dedicadas as seis primeiras seções.

A terceira fase é a da realização do valor acrescentado, a qual se efetua por intermédio da venda. Ao se transformar este valor em dinheiro, criam-se as condições para - novamente - transformar dinheiro em capital, o que já configura o reinício do ciclo. "Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação - diz Marx - todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução" (50).

A análise do ciclo de reprodução do capital em sua totalidade e constante renovação não possibilita apenas uma "visão de conjunto" do processo. Por seu intermédio desenvolve-se como, em primeiro lugar, os momentos já referidos se redefinem no interior do ciclo, assim como se modificam as relações entre eles. Redefine-se também a natureza dos próprios agentes do processo de (re)produção e, finalmente, avança-se no sentido de desvendar a estrutura que determina esse processo e que, por meio dele, continuamente se reproduz.

Retomemos a primeira fase do ciclo. Produção de

mercadorias e circulação de mercadorias revelam-se insuficientes para, sozinhas, criarem as condições para a transformação do dinheiro em capital. É necessário que se encontrem "possuidores de valor ou dinheiro" e "possuidores da substância criadora de valor". Portanto, "a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho (é) a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista" (51).

Chega-se, aliás, à mesma conclusão ao se relacionar a primeira fase do processo de produção com a fase final do ciclo precedente. Na medida em que a terceira fase de um ciclo é condição para o reinício do processo, a primeira fase do novo ciclo aparece com determinação maior: não se trata de qualquer dinheiro que é transformado em capital: trata-se de uma forma pela qual valor excedente transforma-se em capital, ou seja, da transformação de mais-valia em capital. Trata-se, enfim, de um excedente que, extorquido ao produtor direto, servirá de ponto de partida para uma nova extração de excedente. Portanto, a base real do processo de (re)produção não é a simples produção de mercadorias e sua circulação - a troca - mas a relação entre dois agentes distintos, o proprietário e o não-proprietário dos meios de produção. Tampouco se trata aqui da conversão de qualquer dinheiro em capital, mas de um capital que já é produto de um ciclo produtivo do capital, é uma "forma transformada" de um processo de valorização anterior.

A análise do processo de produção já havia demonstrado que nele não se defrontavam apenas indivíduos proprietários indiferenciados, mas proprietários e não-proprietários dos meios de produção. A análise do processo de reprodução evidencia, por sua vez, que não se trata de uma simples interação de indivíduos, mas de uma relação entre classes sociais. Rigorosamente, uma relação entre "lugares" de uma estrutura que subjazem ao fluxo contínuo de seus "ocupantes", as classes sociais.

Ao se considerarem "a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista e (o) trabalhador individual" (52), dissipa-se a ilusão de que o pagamento da força de trabalho é parte do produto gerado no mesmo ciclo. Longe de expressar a participação neste produto, ao termo de uma "relação associativa" entre trabalhador e capitalista, onde um e outro recebem proporcionalmente ao que empregaram no processo de produção, a análise revela que o processo de produção reinicia-se continuamente, mas o trabalhador só é pago depois de haver realizado sua força de trabalho na produção de um novo valor. "Ele produziu, dessa forma, tanto a mais-valia...quanto o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este retorne a êle sob a forma de salário (...) É uma parte do produto reproduzido continuamente pelo trabalhador que reflui constantemente para ele na forma de salário" (53).

Da mesma forma, é a consideração da classe trabalhadora e da classe capitalista - e não de uma relação entre indivíduos - que possibilita apreender não apenas o

consumo produtivo (consumo dos meios de produção) mas também o consumo individual dos trabalhadores (consumo dos meios de subsistência) como um componente necessário do processo de produção capitalista (54). E, portanto, revela-se que, "do ponto de vista social, a classe trabalhadora é...mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. O processo, porém, faz com que esses instrumentos de produção autoconscientes não fujam ao remover constantemente seu produto do polo deles para o polo oposto do capital. O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução; por outro, mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela fictio juris do contrato" (55).

O processo capitalista de (re)produção não produz, portanto, apenas valor e mais valor, ele "produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, de outro o trabalhador assalariado" (56). E, no interior desse processo, a relação de intercâmbio entre indivíduos proprietários iguais e autodeterminados aparece como o seu oposto: ao reproduzir a separação entre força de trabalho e meios de pro-

dução, o processo de reprodução capitalista "reproduz e perpetua...as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é a casualidade que contrapõe o capitalista e o trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto em meio de compra do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus patrões individuais e pela oscilação do preço do mercado de trabalho" (57).

Marx demonstra que, mesmo supondo um "capital original", que não tenha surgido do processo de produção capitalista, basta sua inserção neste processo, pelo qual se originarão sucessivos "capitais adicionais", para que o intercâmbio de equivalente que havia aparecido como "operação original, se (torça) de tal modo que se troca apenas na aparência". Este intercâmbio revela-se, portanto, "mera forma, que é alheia ao conteúdo e apenas o mistifica". Do mesmo modo, o direito de propriedade, que originalmente aparecera como fundado no trabalho, se redefine ao percorrer o ciclo do processo capitalista de produção: agora propriedade significa, "do lado do capitalista...direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador...impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho torna-se con-

sequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava de sua identidade" (58).

A análise da reprodução, mesmo no nível altamente abstrato em que se encontra no livro primeiro, permite que se apreenda, para além da fictio juris do contrato, uma estrutura que, ao mesmo tempo em que determina a continuidade do processo produtivo, é por este reproduzida. Essa análise também assinala um lugar preciso para as categorias de uma "esfera" mercantil que é regida pela lei do intercâmbio e em cujo interior ocorre a transformação do dinheiro em capital. Como diz Marx, basta a reprodução simples para imprimir a esta operação - mesmo quando tomada isoladamente e se transcorrendo por intermédio de um suposto capital original - "um caráter totalmente modificado" (59).

Nunca é demais relembrar que o percurso da exposição em O Capital consiste na passagem das formas simples às mais complexas, multideterminadas e que, neste percurso, a primeira seção dedica-se à análise da mercadoria, a "forma celular da sociedade burguesa".

Por outro lado, o esforço de demonstrar a especificidade da relação mercantil no interior do modo de produção capitalista exige que a análise avance para além do grau de abstração preliminar em que se encontra na primeira seção pois, a este nível, não se pode sequer distinguir a circulação simples de mercadorias da circulação do dinheiro como capital (60).

Naquele primeiro momento, tratava-se, portanto, de analisar a mercadoria em sua forma elementar, fazendo abstração de outras determinações constitutivas do modo

de produção capitalista. Num procedimento aparentemente paradoxal, destaca-se e amplia-se um aspecto ainda "superficial" da sociedade burguesa para, à guisa de uma provisória metonímia, construir-se a representação de uma sociedade de produtores mercantis, donos dos meios de produção e, logo, dos produtos de seus respectivos trabalhos (61). Dessa forma, isola-se, "abstrai-se" a mercadoria, de modo a reconstituir o desenvolvimento de suas formas, munindo-se de um conceito indispensável à inteligibilidade do modo de produção capitalista (62). A este nível de abstração, não se conhece "nenhuma outra relação dos homens além da de possuidores de mercadorias, uma relação em que eles somente se apropriam do produto do trabalho alheio alienando o próprio" (63). Como diz Rubin, "as relações entre os proprietários de mercadorias não pressupõem necessariamente um vínculo de produção entre o capitalista industrial e os operários" e, na medida em que a sequência lógica das categorias obedece a uma complexidade crescente, "as categorias 'mercadoria' e 'valor' precedem a categoria 'capital' (64).

Em sua determinação mais simples, a mercadoria é pensada como unidade contraditória de valor de uso e valor. Enquanto valor de uso, é uma "coisa" que satisfaz qualquer necessidade humana (do estômago ou da fantasia), não importa se como objeto de consumo ou meio de produção. O que importa é que seja útil. Tal valor de uso constitui, em diferentes formas sociais, o "conteúdo material da riqueza",

o portador, o suporte material do valor de troca (65).

Se o valor de uso é determinado pelas "propriedades do corpo da mercadoria", o valor de troca, forma de manifestação do valor, aparece, por sua vez, como uma relação quantitativa entre as mercadorias, pois a relação de troca entre elas é caracterizada justamente pela abstração de seus respectivos valores de uso. Resta-lhe, portanto, apenas "a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado", abstrato, indiferente ao modo concreto pelo qual foi executado. O valor de troca é, portanto, a forma de manifestação do que há de comum, "daquilo que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria" e cuja grandeza se mede pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do respectivo valor de uso (66).

Nenhum produto do trabalho humano pode ter valor se não tiver valor de uso, utilidade. A recíproca não é verdadeira, pois "uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria" (67). Para que o produto do trabalho humano seja mercadoria é necessário, em primeiro lugar, que ele seja, como se viu, não apenas valor de uso, "mas valor de uso para outros, valor de uso social" (68). Em segundo lugar, "que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca" (69).

Como "apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias;" uma divisão social do trabalho é condição da existência da

produção delas. Tampouco neste caso a recíproca é verdadeira, pois em várias comunidades existe uma divisão do trabalho sem que se produzam mercadorias(70).

Para que as mercadorias sejam trocadas, é necessário que seus respectivos possuidores - seus "proprietários" - encontrem-se no mercado e que "cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria" (71). É preciso, portanto, que eles "se reconheçam reciprocamente" como "proprietários privados" e, logo, que eles participem, na qualidade de sujeitos, de uma relação jurídica cuja forma é o contrato (72).

Podemos, portanto, distinguir um primeiro momento da construção de um objeto teórico de uma representação ideológica cuja natureza será evidenciada em uma outra fase do percurso do conhecimento científico. Pois em seguida revelar-se-á que a representação da sociedade capitalista como uma sociedade de produtores de mercadorias é parte fundamental do sistema ideológico que possibilita a reprodução das relações básicas deste modo de produção.

A análise da mercadoria é um momento importante de trajeto metodológico que, partindo de abstrações simples, visa a apreensão final de uma totalidade mais complexa. Como diz Rubin, aquela representação é "uma generalização e uma abstração das características básicas da economia mercantil em geral e da economia capitalista em particular" e, neste sentido, a teoria do valor nos proporciona a "generalização de um aspecto da sociedade capitalista" (73). Não caberia,

portanto, ao final do percurso, ater-se a representações que o processo de conhecimento desmistificou nem, tampouco, deixar de redefinir categorias que, em seu estado "original", corresponderam a um certo momento da análise.

A esfera da circulação, este recanto edênico onde todos são sujeitos proprietários de mercadorias, estas e aqueles dissolvidos na mais completa indiferenciação qualitativa, é o ponto de partida da transformação do dinheiro em capital (74), transformação continuamente reiterada nos quadros do sistema capitalista. Mas a criação de valor e, mais precisamente, mais-valor, ocorre na esfera da produção. Como diz Marx, "intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza" e, portanto, nesta relação, comprador e vendedor se apresentam como juridicamente iguais (75).

Situação contraditória: da mesma forma que Marx afirma que "capital não pode...originar-se da circulação e, tampouco, pode não se originar da circulação" (76), ocorre que, numa relação entre dois "proprietários" específicos, trocam-se e não se trocam equivalentes e, nesse sentido, o reino do intercâmbio de mercadorias, "dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem" (77). Observada do ângulo do processo de produção capitalista, a relação evidencia-se como de apropriação de excedente, pois "o processo de consumo da força de trabalho é, simultanea-

mente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia" (78).

A primeira relação imbrica-se estreitamente com a esfera do direito burguês, na medida em que comprador e vendedor de uma mercadoria qualquer são determinados apenas por sua livre vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum (79). Na segunda relação, a livre vontade do trabalhador dissipa-se tornando-se ele, "considerado como mera existência de força de trabalho...um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva..." (80). Na primeira, esta "esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos" (81), obscurecem-se as relações que transcorrem no "local oculto da produção" (82), ou seja, "as relações de produção original do valor" (83).

Tomar a primeira relação como constitutiva da totalidade das relações capitalistas fundamentais não somente acarreta um grave equívoco metodológico como também redundaria em atribuir estofos de conhecimento científico a uma representação ideológica que é justamente aquela que joga um papel decisivo na reprodução da dominação capitalista. Não é por acaso que Marx insiste em que é dessa esfera que "o livre-cambista vulgaris extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado" (84). Isso porque "para demonstrar que a relação entre o capitalista e o operário é somente uma relação

entre possuidores de mercadorias, os quais intercambiam dinheiro e mercadoria fundando-se em um contrato mutuamente benéfico, basta isolar o primeiro processo e ater-se a seu caráter formal. Este simples jogo de mão não chega ao nível da bruxaria, mas constitui todo o cabedal de sapiência à disposição da economia vulgar" (85).

É esse processo metonímico que, ao incidir sobre as relações de produção capitalistas, faz aparecer o pagamento da força de trabalho como salário de trabalho, "o preço da força de trabalho como o preço de sua função", constituindo uma forma salário que, ao se limitar a exprimir as aparências do trabalho assalariado, "torna invisível a verdadeira relação e mostra justamente o contrário dela". É sobre esta forma - conclui Marx - "que repousam todas as concepções jurídicas tanto do trabalhador assalariado como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as pequenas mentiras apoloéticas da economia vulgar" (86).

As esferas da circulação e da produção não apenas se distinguem como a primeira, ao mesmo tempo em que é o "ponto de partida" para a segunda, oculta-a. O método de Marx consistiu fundamentalmente, em, partindo da primeira, revelar as relações constitutivas da segunda para, finalmente, produzir uma inteligibilidade do conjunto da estrutura econômica do modo de produção capitalista, chegando, assim, a ver "com novos olhos" a esfera da circulação.

4. Direito Burguês e Ideologia Nacional

-- Examinemos mais de perto esse processo de ocultação que, por intermédio das categorias do direito burguês, estreitamente imbricadas nas relações mercantis, produz a representação ao mesmo tempo mistificadora e necessária da sociedade capitalista como uma teia de relações entre indivíduos livres e iguais.

Aqui, a categoria "proprietários", ao transitar com o maior desembaraço de uma esfera a outra, parece desempenhar um papel de primeira ordem. Por intermédio de seu deslocamento, efetua-se o percurso da ideologia burguesa que, passando pela fresta que separa e, ao mesmo tempo, liga uma esfera a outra, transporta, tais quais, categorias de um processo simples a outro mais complexo, dissolvendo este naquele. Em suma, as categorias das relações mercantis (e seu correlato direito de propriedade) espraiam-se para além dos limites no interior dos quais elas têm algo a explicar e se instauram no interior de relações para cuja reprodução exercem, enquanto ideologia, um papel crucial.

Nesse percurso, a categoria de "propriedade" remete-se a dois "objetos" (duas relações) distintos: o direito de propriedade, que se refere às relações entre sujeitos e coisas, estas e aquelas na mais completa indiferenciação, e a relação de propriedade. Esta última diz respeito à subordinação do trabalho ao capital, ou seja, a uma relação no interior da qual o trabalhador é fundamentalmente não-proprietário, pois o processo de produção põe em jogo força de

trabalho e meios de produção, estes e aquela pertencentes ao capital (87).

Portanto, a extensão da forma mercadoria às relações de produção efetua-se por meio da intervenção de um sistema jurídico que tem a função precisa de conferir às relações de propriedade dos meios de produção uma "banalidade" que elas não possuem.

De acordo com Balibar, esse sistema jurídico, cujos elementos fundamentais são o direito de propriedade e o direito de contrato, "divide os seres concretos em duas categorias no interior das quais... não há diferenciação pertinente; o das pessoas humanas e o das coisas" (88). A relação de propriedade é a que se dá entre "pessoas" e "coisas", ao passo que a relação de contrato é estabelecida entre "pessoas". Quais seriam os "desajustes" entre as relações de produção e sua "expressão jurídica", ao nível das categorias de "propriedade" e "contrato"? Aqui, a palavra-chave é "universalização".

Balibar observa que enquanto as diferenças "entre as coisas possuídas e seu uso" são dissolvidas pelo direito de propriedade, "a única propriedade significativa do ponto de vista da estrutura do processo de produção é a dos meios de produção, na medida em que funcionam como tais, isto é, sejam consumidos produtivamente, combinados com trabalho 'vivo'..." (89). Se a primeira "é um direito de consumo qualquer", a propriedade econômica sobre os meios de produção "não se funda tanto no 'direito' sobre eles, mas em poder consumi-los produtivamente" (90). Recorrendo a Althusser,

Balibar observa que tal poder "não remete a um direito, mas ...a uma repartição dos meios de produção (especialmente a uma concentração conveniente em quantidade e qualidade)". Portanto, se, por um lado, o direito de propriedade instaure uma esfera onde os meios de produção têm sua especificidade dissolvida, a relação de propriedade "não se funda sobre a indiferenciação das 'coisas'...mas sobre suas diferenças" (91).

O autor resume de maneira bastante feliz o "desajuste" entre a relação social de produção capitalista e o "direito de propriedade". Trata-se, para ele, de "um movimento de extensão ou de prolongamento" por meio do qual se abolem "as divisões requeridas pela estrutura da produção", possibilitando-se, assim, a passagem "da 'propriedade dos meios de produção' à propriedade 'em geral'" (92).

Passemos agora ao "desajuste" entre as relações sociais de produção capitalistas e o "direito de contrato". Aqui o movimento consiste na indiferenciação produzida pela "forma jurídica do (trabalho) assalariado", a qual dissolve o trabalho específico constitutivo da relação de produção no conjunto indiferenciado dos trabalhos em geral. Dessa forma, "estabelece-se a condição para que a força de trabalho seja juridicamente considerada uma 'mercadoria' ou uma coisa" e que a relação entre o capitalista e o trabalhador produtivo seja genericamente considerada uma relação entre "pessoas" (93).

Como já vimos, a apreensão desses "desajustes" é fundamental para um trajeto teórico que busca desvendar justamente o que a ideologia burguesa mistifica, ou seja, a dis-

tinção entre as relações de produção e sua "expressão" jurídica ao nível das categorias de "propriedade" e de "contrato". Qual o efeito dessa indistinção ao nível da ideologia nacional?

Trata-se fundamentalmente de um efeito de simetria, na medida em que a dissolução das "diferenças" no interior do universo das "pessoas" e das "coisas" possibilita a instauração, nos quadros da ideologia burguesa, de todos os membros da sociedade como indivíduos proprietários livres e iguais.

Se o argumento faz sentido, formulações que se referem a uma "dupla existência da nação" (94) correm o risco de pagarem um pesado tributo à ideologia que pretendem explicar. Isso porque já "enquanto comunidade formal e abstrata", a nação oculta a dominação de classe, ocultação esta que, como tenho insistido, é um aspecto decisivo para a reprodução das relações de produção capitalistas.

Também em formulações desse tipo pode-se detectar um desajuste análogo àquele já identificado na intersecção do direito burguês com a forma mercadoria: a passagem de uma categoria abstrata ao estatuto de um conceito mais determinado, ignorando, no trajeto, as implicações ideológicas que ele contém. Pois se a análise da mercadoria é o momento inicial da exposição de um objeto que se redefine à luz de determinações que posteriormente se apresentam, erigir a representação da mercadoria à condição de conceito basilar de explicação da sociedade burguesa é ignorar seu papel de categoria

ideológica fundamental para a representação de uma comunidade de cidadãos proprietários livres e iguais, representação que se liga estreitamente à reprodução de um tipo específico de sociedade de classes.

Aqui a afirmação de que O Capital não se reduz a um texto de "economia", mas que nele outras esferas estruturais são analisadas indiretamente (pelos seus "efeitos"), adquire um sentido rigoroso. A abstração que se expressa na categoria "proprietários" já é ideologia burguesa intervindo tanto ao nível das relações de produção como da estrutura jurídico-política. Na medida em que não detectam o conteúdo ideológico burguês do deslocamento desta e de outras categorias que a ela se entrelaçam, estudos da ideologia nacional inspirados pelas análises de Marx, por mais brilhantes que sejam suas contribuições, terminam por reproduzir, neste particular, a ideologia do direito burguês.

Em contrapartida, as análises de Marx, ao reconstituírem o percurso das mesmas categorias, fornecem elementos bastante úteis para a compreensão de um dos elementos basilares da representação da sociedade de classes como uma comunidade de iguais: seu caráter universalístico. Tentarei, em seguida, relacioná-los mais diretamente com o estudo da ideologia nacional, articulando-os a uma determinação ausente das análises de O Capital: a territorialidade burguesa.

5. Territorialidade e Ideologia Nacional

A representação dos agentes como proprietários, na intersecção das relações mercantis com a estrutura jurídico-política do capitalismo, está na base da dimensão universalística da ideologia nacional. Tal representação é - como se viu - um ponto de partida para a análise dessa ideologia a partir da principal obra teórica de Marx.

Uma outra dimensão da ideologia nacional, o particularismo, é também imprescindível, pois a nação não se apresenta apenas sobre a base de um igualitarismo específico, mas o articula à referência a uma comunidade singular (95). É na afirmação desta singularidade que a representação de um território precisamente delimitado, com o qual a comunidade dos nacionais manteria um vínculo profundo, adquire uma importância primordial.

A relação entre espacialidade e modos de produção só muito recentemente passou a ser abordada por estudos inspirados direta ou indiretamente no marxismo. Ela praticamente não é abordada em O Capital, pois, como dizia seu autor, "para apreender o objeto da investigação em sua pureza, livre de circunstâncias secundárias perturbadoras, temos de considerar o mundo do comércio como uma nação e pressupor que a produção capitalista se estabeleceu por toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais" (96). Devido ao grau de abstração em que se deteve, a análise não incorporou, a não ser em relação a aspectos muito específicos, a coexistência de várias formações sociais capitalistas.

A histórica desatenção para com esse problema não se deveu apenas à escassez de estudos específicos acerca dos vínculos entre nação e capitalismo, mas também constitui uma espécie de efeito residual da atribuição de um peso excessivo à determinação mercantil na circunscrição de um espaço que, no essencial, tendia a ser considerado como um dado. Inversamente, a retomada dos estudos sobre o fenômeno nacional motivou o exame da territorialidade capitalista, principalmente a partir da insatisfação para com a resposta que tradicionalmente se dava a um problema específico: o da delimitação característica de toda configuração nacional.

Neste particular, a tentativa de Poulantzas, em seu último livro, pode ser considerada pioneira. Anteriormente, ele havia abordado a nação sobretudo enquanto ideologia, em seus aspectos relativos ao duplo impacto que sobre ela produzia a estrutura jurídico-política do capitalismo: os "efeitos" de isolamento e de representação da unidade. Já em O Estado, o Poder e o Socialismo, houve uma clara mudança de perspectiva. Para além da ideologia, tratava-se, então, de teorizar acerca das matrizes espacial e temporal do capitalismo, uma e outra vistas como "o substrato real das representações, da ordem do mito, da religião, da filosofia ou do 'vivido', do espaço-tempo" (97).

Com esse objetivo, Poulantzas recorreu, além das contribuições dos geógrafos ligados à revista HÉRODOTE, aos estudos de um elenco de historiadores franceses que abordam a produção do espaço-tempo no mundo antigo e medieval na pers-

pectiva de uma "história das mentalidades". E é justamente ao tentar inserir estas últimas contribuições no arcabouço de sua teoria que Poulantzas parece deixar mal-resolvidas algumas questões que, na perspectiva marcadamente culturalista daqueles historiadores, são em larga medida irrelevantes.

A principal dificuldade consiste em pensar claramente a determinação das matrizes de espaço-tempo pelas relações de produção e pelo Estado capitalistas. A matriz espacial é remetida diretamente, por um lado, "às relações de produção, (à) divisão social do trabalho 'propriamente' capitalista" (98). Pois o espaço que ela produz, "um espaço serial, fracionado, descontínuo, parcelar, celular e irreversível", é visto como o típico espaço da linha de montagem da organização taylorista do trabalho (99). Mas essas mesmas determinações da matriz espacial também são localizadas no Estado capitalista que, segundo Poulantzas, "tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço" (100). Ao mesmo tempo em que materializa a matriz espacial na sua estrutura, é com base nela que o Estado constitui os sujeitos sobre os quais exerce o seu poder. O resultado é que o processo capitalista de trabalho e Estado burguês aparecem, no último livro de Poulantzas, como duas estruturas homólogas que produzem "efeitos" semelhantes.

Por outro lado, a tentativa de manter as linhas de abordagem definidas em obras anteriores terminam comprometendo a coerência interna da análise. Em PPCS, o processo capitalista do trabalho determinava - como se viu - a constituição de um trabalhador coletivo, tendência que era contrarrestada pelo efeito de atomização produzido pela estrutura do

Estado. Agora, não apenas a atomização se produz ao nível do processo de trabalho como resta por explicar de que forma se articulam, no mesmo Estado que materializa a matriz espacial, os efeitos de isolamento e de representação da unidade.

O resultado desse curto-circuito entre relações de produção e Estado capitalistas é uma total indeterminação, cabendo à matriz de espaço-tempo um caráter análogo ao de princípio de uma totalidade expressiva, o mesmo que Poulantzas criticara em seus primeiros textos. Tal matriz termina por ser remetida, simultaneamente, "à materialidade da divisão social do trabalho, da ossatura do Estado, das práticas e técnicas do poder econômico, político e ideológico capitalistas..." (101).

O mesmo problema encontra-se em Marmorá que, incorporando seletivamente as sugestões de Poulantzas, procura detectar a matriz espaço-temporal da nação burguesa na dupla e contraditória determinação do conceito simples de capital: seu caráter universal, que deriva do "caráter humano geral do trabalho produtivo no capitalismo", e a "realização efetiva dessa determinação geral através da fragmentação em inúmeros capitais particulares" (102). Segundo esse autor, a dupla determinação da matriz de espaço-tempo, "cujas raízes já se encontram no conceito simples de capital, é transmitida ao sistema estatal mundial, impondo-lhe seu timbre específico: homogeneização dentro de cada Estado isolado, fragmentação e diferenciação para fora no que se refere às relações interestatais" (103). A nação é vista, portanto, como "o resultado de tensão

peculiar entre essas duas tendências que simultaneamente se atraem e se repelem (...) um nível ou instância de mediação entre as determinações contraditórias que estão na base do conceito simples de capital" (104).

O principal problema da teorização de Marmorá consiste em confundir a convergência dos "efeitos" das estruturas do modo de produção capitalista com a indiferenciação destas. Como já vimos, o que o processo de (re)produção capitalista repõe é a separação trabalhador-meios de produção enquanto classes. Em outros termos, o trabalhador se reproduz como não-proprietário (econômico) e enquanto um coletivo (uma classe), o que faz com que, a este nível, o contrato seja, como diz Marx, uma ficção. Aliás, a análise do processo de reprodução desvenda a "única forma de propriedade que o capitalista exclui como relação jurídica": a propriedade da classe operária pela classe capitalista (105). Aqui adquire todo o sentido a distinção feita por Marx entre os "fios invisíveis" que amarram a classe operária à classe dos capitalistas.

Se o processo de produção capitalista não reproduz indivíduos-sujeitos, mas classes, são as estruturas do Estado burguês que liberam e atomizam juridicamente os membros do proletariado, tornando "invisíveis" os fios mencionados por Marx. A constituição (que é também mistificação) dos sujeitos individuais não é, portanto, a constituição do indivíduo proletário, membro de uma classe distinta e antagônica. É, em primeiro lugar, a constituição do cidadão. Em segundo lugar, as estruturas do Estado burguês não constituem o proletariado,

classe explorada e oprimida dentro e fora do processo de produção capitalista; é a dissolução do proletariado em um coletivo de cidadãos-proprietários (jurídicos). O Estado não aglutina os portadores da força de trabalho em um coletivo de classe; ele aglutina cidadãos em um coletivo nacional. A igualação efetuada a partir das estruturas do Estado capitalista - que produzem o cidadão - é, portanto, distinta daquela que, a partir das relações de produção, constitui o proletariado. A este nível, a "universalização", que deriva do caráter abstrato do trabalho no processo capitalista de produção, distingue-se da "individualização" característica do direito burgês.

Por outro lado, a "fragmentação" que deriva da concorrência entre os distintos capitais não determina necessariamente a divisão do espaço capitalista em nações. Em primeiro lugar, trata-se de um processo dinâmico que, como se sabe, está na base da concentração e da centralização do capital, cujos contornos não coincidem de forma alguma com os da territorialidade nacional. Cabe, aliás, justamente ao Estado burguês a "tarefa" de aglutinar os interesses contraditórios das distintas frações de portadores do capital, "produzindo" um interesse político comum a todas elas e constituindo, assim, o que Poulantzas, na esteira das análises históricas de Marx, conceituou como um "bloco no poder" (106).

Em segundo lugar, a dupla tendência constitutiva do conceito simples de capital (universalidade e fragmentação) determina uma espacialidade peculiar também no interior das fronteiras da formação social capitalista (107). Mas não se

trata de uma determinação da mesma ordem que aquela derivada das estruturas do Estado burguês pois, se ao nível das relações de produção o espaço é o espaço do capital, o que se configura ao nível da estrutura do Estado capitalista é a constituição de um território nacional, estreitamente ligada à representação de uma espacialidade singular e, ao mesmo tempo, internamente homogênea, reduto exclusivo de uma comunidade peculiar de cidadãos. Em outros termos, o tipo específico de estrutura jurídico-política que se articula à dupla separação na estrutura econômica não é indiferente à constituição de um quadro de referência específico da sociedade inclusiva e incide, mais particularmente, sobre a determinação de uma presença decisiva da territorialidade na ideologia nacional.

Abordemos alguns aspectos da dimensão ideológica dessa territorialidade naquilo em que ela impacta sobre a ideologia nacional ao se articular, por um lado, com a dupla separação e, por outro, com a estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista.

Diversos autores têm enfatizado a importância de distintos sistemas de jurisdição na estrutura de dominação política das sociedades medievais. Cada um desses sistemas atribuía "direitos políticos positivos" com base nos quais certos grupos se qualificavam para "exercer autoridade específica e cobrar tributos para tal fim" (108). Nesse contexto, travava-se um conflito permanente não apenas pelo monopólio do exercício do poder político em geral, mas também, especi-

ficamente, em torno do "direito de criar cortes de justiça", inclusive porque as multas e custos dos processos eram consideráveis fontes de renda (109).

Na raiz desse conflito de jurisdições encontrava-se a dependência pessoal, que impregnava o conjunto das relações sociais no feudalismo. Como observam Tigar e Levy, vencida a dependência, colocava-se o problema de dispor de uma instância que assegurasse o cumprimento das decisões tomadas por uma determinada corte. Ocorre que "a propriedade feudal não era 'possuída' por pessoa alguma no sentido que prevalece nas sociedades burguesas. Todas as posses e direitos de desfrute do vassalo estavam implicadas na relação feudal de lealdade", o que necessariamente envolvia os senhores na disputa pelo poder de justiça em todos os litígios que envolviam seus vassallos (110).

Como tanto o direito de exercer autoridade política como o de participar da luta pela sua redistribuição apoiavam-se em privilégios hereditários de imunidades institucionais (111) e como a representação nos organismos judiciais e legislativos canalizava-se através de estamentos tradicionalmente privilegiados", aqueles direitos eram atribuídos mais a grupos estamentais do que ai indivíduos (112). Em decorrência, as leis tinham uma dimensão sobretudo pessoal - e não territorial - pois distintas jurisdições cruzavam o mesmo espaço físico. Em suma, coexistiam "inúmeras 'comunidades de direito', cujos foros autônomos se superpunham" (113).

Por outro lado, aqueles que estavam excluídos dos

direitos de cidadania apresentavam uma fragmentação característica, distinta da individualização determinada pelas estruturas não-econômicas do capitalismo. Cada comunidade camponesa pertencia à jurisdição de seu senhor, cada grupo de artesãos à de sua guilda e de sua cidade (114). Não dispendo de jurisdição própria, os não-proprietários não gozavam de "nenhum direito imediato", sendo considerados, "no melhor dos casos, como pertencentes à casa do senhor e representados por este e seu estamento" (115).

Como, sobre a base da unidade ao nível da apropriação real, instituiu-se um misto de exploração econômica e dominação político-ideológica, a propriedade dos meios de produção tornava-se requisito de participação na comunidade política. Desta forma, ao nível das próprias relações de produção, interditava-se a representação ideológica do público e do privado como esferas distintas, pois não havia nenhuma distinção entre "os recursos pessoais do senhor feudal e os recursos da comunidade política", assim como, em relação a seus trabalhadores-dependentes, os direitos do nobre apresentavam-se, simultaneamente, como direitos políticos e direitos de proprietário privado. Em outros termos, o poder político entrelaçava-se estreitamente com a dominação direta do proprietário sobre o trabalhador (116).

A mesma indiferenciação reinava entre territórios públicos e propriedades privadas (117). O típico espaço feudal era um domínio, no qual se mesclavam os caracteres do público e do privado, e se o domínio era fechado "embaixo", o mesmo não ocorria no "topo", o que foi decisivo para a heterogenei-

dade das unidades políticas da Europa Medieval. Apoderar-se do principal meio de produção - a terra - implicava a subordinação dos que a ela estavam ligados como produtores diretos. Em tais condições, a representação ideológica da espacialidade constituía-se como intimamente ligada à linhagem do senhor feudal. Segundo Guiomar, o nome do nobre designava, ao mesmo tempo, o lugar de origem de sua linhagem, a qual conferia a seus membros, independentemente das características individuais, uma superioridade qualitativa em relação aos plebeus. No domínio, terra e nobre, unidos pelo mesmo nome, que denotava um vínculo profundo e natural, configuravam um todo indiviso e dotado de uma distinção à qual nenhuma pessoa estranha à linhagem poderia ter acesso (118).

Por outro lado, a luta pelas terras fazia da nobreza uma classe essencialmente móvel (119), o que determinava certas especificidades da legitimação feudal, inclusive no que se refere à representação espacial da "sociedade inclusiva". Em outros termos, essa indistinção entre público e privado sobre a base da presença da coerção extra-econômica nas relações de exploração não era indiferente à ausência de um aspecto específico da ideologia nacional: a produção ideológica de um território.

O entrelaçamento de uma classe dominante potencialmente móvel com produtores diretos unidos aos meios de produção conferia, por um lado, à dominação de classe um certo caráter de "ocupação externa" (120) e, por outro, produzia uma relativa desterritorialização das comunidades políticas.

Giddens propõe uma útil distinção entre fronteiras (frontiers) e limites (borders). As primeiras referem-se às regiões periféricas de um Estado - não necessariamente contíguas às de um outro Estado - sobre as quais a autoridade central é fraca e difusa. Já os borders são linhas geográficas nitidamente definidas que separam os Estados. Neste caso, os habitantes das áreas limítrofes são claramente subordinados à autoridade de um único Estado. Os borders são típicos do Estado-nação e, portanto, se distinguem das frontiers que, especialmente no caso da Europa feudal, eram "cronicamente disputadas e nebulosamente administradas" (121).

As formulações de Giddens apontam para um aspecto importante da construção ideológica da espacialidade pré-capitalista, principalmente no que se refere à delimitação da sociedade inclusiva. Mais do que a referência a fronteiras naturais, tratava-se, acima de tudo, de representações que aludiam à legitimação de ordem religiosa ou genealógica. Como observa Perry Anderson, predominava na Europa Ocidental "a idéia de uma cristandade latina, à qual todos os homens aderiam (e que) fornecia, em caso de conflitos ou de decisões a tomar, uma matriz ideológica universal que era a antítese necessária da heterogeneidade bastante particularista das próprias unidades políticas" (122).

Apoiando-se parcialmente nas análises deste último autor, Benedict Anderson refere-se à comunidade religiosa como um dos quadros de referência básicos de representação de

uma comunidade não-nacional em sociedades pré-capitalistas. Naquela comunidade, o significante maior não era o território, mas um idioma sagrado (o latim, o páli, o árabe escritos), visto como constituindo o vínculo entre uma comunidade imaginada como cosmicamente central e ilimitada e uma ordem de poder supraterrrestre (123).

Domínios fechados na base e abertos no topo, como se fossem inúmeros cones invertidos cujas bases servissem de apoio a uma pirâmide. No ponto médio desta última, inseria-se ideologicamente uma classe dominante, numa hierarquia que se apresentava como um prolongamento da ordem divina. Para a integração desta comunidade cosmopolita por definição, um grupo de cosmopolitas funcionários da ideologia: uma intelligentsia bilíngue, que fazia a mediação entre o particularismo da base e o universalismo do topo (124).

Tampouco a emergência de um sistema internacional de Estados absolutistas, num contexto de feudalismo de crise, instituiu o território como um dos pilares da ideologia nacional. Como diz Perry Anderson, "o último bastião da legitimidade era a dinastia, não o território" (125). Ao invés de expressão do poder de uma soberana comunidade de indivíduos que ocupa um espaço delimitado, o Estado era visto como um patrimônio do monarca e, como tal, podia mudar de mãos ao sabor dos embates militares e da "política sexual" das dinastias européias (126). A França, por exemplo, sob o antigo regime, "só tinha significação para uma pequena minoria e conotava essencialmente um conjunto estruturado em torno do rei. O Estado era um conjunto de direitos de natureza diversa

bem mais do que uma estrutura jurídica uniformemente aplicada a um território fechado" (127). Daí a representação ideológica dominante nos reinos dinásticos que, se definindo por centros, tinham fronteiras "porosas e indistintas". Daí também "a facilidade com que...eram capazes de manter seu comando sobre populações enormemente heterogêneas, e muitas vezes sequer contíguas, por longos períodos de tempo" (128).

Se nas formações sociais pré-capitalistas, o poder político aparece - como diz Pasukanis - como dominação direta do proprietário sobre o trabalhador (129), articulado à dupla separação, ele se constitui de outro modo, revestindo-se do caráter de um poder público (130) frente à coletividade dos agentes da produção constituídos juridicamente como sujeitos. O direito adquire um caráter abstrato, atribuindo-se a cada agente a dimensão de "homem em geral" (131), o que possibilita a distinção entre o âmbito do despotismo do capital e aquele no qual se afirma a liberdade e a igualdade dos sujeitos.

Mas o âmbito da constituição desses sujeitos, cujas liberdade e igualdade se materializam em um elenco de atos jurídico-políticos específicos, é restrito ao interior de limites que circunscrevem a comunidade nacional (132).

A esta dimensão abstrata que igualiza a todos os nacionais corresponde uma nova configuração espacial. Não mais se trata do domínio que, no dizer de Perry Anderson, é o objeto categorial da dominação feudal, mas de um espaço internamente indiferenciado e, ao contrário da comunidade religiosa e do reino dinástico, rigorosamente delimitado.

Configura-se a representação de um território, no sentido de uma dimensão pública do espaço geográfico e é na relação com ele que se representará o vínculo profundo entre os nacionais. Trata-se de uma dimensão que se estende aos últimos rincões de um espaço que, independentemente das relações efetivas que se articulam a cada porção dele, apresenta-se como linearmente indiferenciado no interior de limites precisamente definidos. Estes podem ser elásticos, pois seus avanços ou retrações dependem de contingências históricas. Mas são, em si, limites necessários, pois condições da representação da unidade e da autodeterminação de uma comunidade que, por definição, se apresenta como singular.

A propriedade dos meios de produção não é mais o requisito de pertencimento a uma comunidade política que, por isso mesmo, é em larga medida territorializada. Não é o ser proprietário da terra, mas o ser da terra (em sua dimensão territorial) que assegura o requisito da cidadania.

Como a dimensão do território delimita o espaço da comunidade autodeterminada que se expressa na soberania do Estado, esta é "plena, categórica e uniformemente atuante sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado"(133). Como diz Giddens, "borders são linhas traçadas para demarcar a soberania do Estado" (134).

No pré-capitalismo, ao caráter cosmopolita da classe dominante corresponde um internamento específico dos trabalhadores diretos no interior dos domínios; a uma desterritorialização da soberania, um caráter de ocupação externa da

dominação de classe; à legitimação religiosa ou dinástica, uma relativa indiferença frente à circunscrição exata dos limites espaciais da sociedade inclusiva. Já no capitalismo, o caráter nacional de todos os agentes produz uma territorialização da soberania, que se apresenta como intrínseca à comunidade. Esta se vê como possuidora de um vínculo profundo e exclusivo com o território que ocupa, vínculo que se manifesta pela designação que ambos - comunidade e território - compartilham.

Este vínculo mítico entre território e povo (a nação) esfacela aquele nexos igualmente mítico que, na ordem feudal, se estabelecia entre o domínio e o nobre. O que agora se mitifica é a relação entre o nascimento de cada cidadão e o conjunto do território que se apresenta como constituindo com a comunidade um todo indiviso. Desta forma, afirma-se a distinção e a singularidade de uma comunidade nacional(135).

A constituição do trabalhador direto como sujeito e a correlata não-monopolização formal do aparelho de Estado pela classe dominante - uma e outra instauradas sobre a base da dupla separação - articula-se estreitamente com a territorialidade capitalista. Na medida em que a comunidade política amplia-se (e, por outro lado, se delimita) a um conjunto de agentes do processo de produção (agora constituídos como indivíduos sujeitos) e que a propriedade deixa de se apresentar como mediadora das relações jurídicas entre pessoas (mas, agora, entre elas e as coisas), aquela totalidade de indivíduos sujeitos passa a constituir um único "estamento privilegia-

do(vale dizer, nenhum) que se vincula a um ordenamento jurídico-político soberano que, enquanto tal, é único.

Ao mesmo tempo em que se dissolvem, ao nível "superestrutural", as diferenças entre proprietários e não-proprietários efetivos dos meios de produção, amplia-se "para baixo" o âmbito do pertencimento à comunidade política e se fecham seus limites externos, no "topo" e nas "margens".

Desse aprofundamento e soldagem dos limites da comunidade política não resulta apenas uma concentração, mas principalmente uma introversão da soberania, a qual, agora, perpassa o conjunto dos indivíduos membros da comunidade nacional. Como cada um deles se torna "súdito e membro do soberano", nenhuma diferença qualitativa é afirmada entre representantes e representados. Se antes o soberano, mais do que uma pessoa do grupo, era um superior dentro dele, agora a soberania representa "a superioridade do grupo", ou seja, da comunidade nacional (136). Representantes e representados são inseridos em uma única, indivisa e indiferenciada massa de cidadãos e o que se espera de cada um deles não é um pacto de submissão a um dinasta qualquer, mas que "se conforme, em primeiro lugar, com a relação originária" que ele mantém com sua própria nação(137).

Em geral, as análises que se restringem às revoluções burguesas "originárias" tendem a destacar indevidamente, do ponto de vista teórico, o papel da representação parlamentar em detrimento da burocrática na estruturação da ordem burguesa (138). Mas o que importa salientar positivamente é que estudos como os de Guomar apontam para o estreli-

to vínculo entre representação e territorialidade burguesas, vínculo que faz com que o "locus" de deliberação dos representantes se apresente como análogo (uma reprodução em escala menor, como disse Mirabeau) do espaço dos representados (139).

Dupla inversão: apresentam-se como naturais um território e uma comunidade cujas configurações correspondem a um modo de produção determinado. E, mais especificamente, um e outra (ambos já naturalizados) se apresentam como fundamentos da existência do Estado nacional, ocultando-se, desta forma, o papel determinante do Estado burguês na constituição de ambos como condições de reprodução da ordem capitalista.

O Estado capitalista funciona de um modo nacional. Suas estruturas e a ideologia que a ele se articula produzem a nação. Mas a relação apresenta-se invertida: o Estado aparece como "consequência" da nação, como se fosse o resultado último e acabado de um desabrochar do ser nacional que, só então, se autodetermina e, por intermédio do racional em si e para si, expressa a sua soberania.

III. IDEOLOGIA NACIONAL E LUTAS DE CLASSES

1. Ideologia Nacional e Nacionalismo

Toda a argumentação desenvolvida no capítulo anterior visou demonstrar que a ideologia nacional insere-se nas estruturas do capitalismo, pois ela assegura, de um modo específico, as condições de reprodução desse tipo de sociedade, ao mesmo tempo em que nele encontra o terreno mais adequado à sua própria reprodução.

Trata-se agora de examinar como tal ideologia se atualiza nas práticas das diferentes classes sociais e frações de classe.

Uma análise desse tipo exigiria o estudo sistemático de conjunturas determinadas, o que foge aos objetivos deste trabalho. Todavia, mesmo se limitando a algumas indicações teóricas de caráter mais geral, talvez ela possibilite algumas demarcações conceituais úteis para a apreensão dos efeitos do movimento contraditório da ideologia nacional ao longo de suas distintas apropriações de classe, assim como para a compreensão mais precisa do fenômeno do nacionalismo. Começemos por este último ponto.

Embora afirme que, "do ponto de vista conceitual, o processo de formação nacional está inseparavelmente ligado ao processo de formação do Estado moderno", Marmorá ressalva que, "de uma perspectiva histórico-genética", não existe razão para que isto sempre venha a ocorrer, pois a nação pode preceder o Estado burguês, o que, no caso europeu, segundo o autor, teria sido a regra (1). Acredito que, sob a passagem do teórico ao histórico, oculta-se uma diferença entre duas ordens de relações e que sua indistinção pode levar a análises a impasses de caráter conceitual e

historiográfico.

A dificuldade teórica consiste justamente em explicar como poderia a ideologia nacional se reproduzir plenamente sem a estrutura do Estado burguês. As dificuldades de caráter historiográfico poderão ser melhor explicadas por intermédio da distinção teórica à qual aludi no segundo parágrafo deste capítulo.

Trata-se da distinção entre ideologia nacional e nacionalismo. A primeira remete - como se viu - à estrutura ideológica fundamental do capitalismo, pois é indissoluvelmente ligada à legitimidade do tipo burguês de Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que em qualquer formação social capitalista existe, em épocas "normais", algum tipo de nacionismo, ou seja, de reprodução da ideologia nacional. Em outros termos, trata-se de um elenco de práticas que expressam e reproduzem o sentimento de que todos os agentes da formação social constituem, em alguma dimensão, uma coletividade singular de indivíduos essencialmente iguais.

O nacionalismo, por sua vez, remete-nos a um processo que, do ponto de vista da estrutura da ideologia nacional, é mais específico, pois se trata de um determinado tipo de apropriação dessa ideologia. Mais precisamente, um determinado modo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma "questão nacional". Aqui, o nacionalismo configura aquela apropriação - por uma ou mais classes ou frações de classe - da ideologia nacional, apropriação que, de algum modo, questiona, pela ótica do critério de constituição da comunidade nacional, a forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído.

Por outro lado, o nacionalismo apresenta uma amplitude maior no que se refere ao escopo histórico de suas manifestações, pois este transcende o âmbito das formações sociais capitalistas. Isso porque, nesse caso, ele expressa o clamor por uma cidadania que só tem condições de se constituir com base no Estado burguês. Mais precisamente, o nacionalismo pode expressar as "dores do parto" (ou mesmo da sua impossibilidade) da ordem política burguesa, isto é, o questionamento da legitimidade de um Estado pré-capitalista, problematização esta que toma - diretamente ou não - como referência a legitimidade um Estado burguês (2).

Também neste caso, o nacionalismo expressa uma "questão nacional", mas de um tipo distinto da mencionada anteriormente. Lá se tratava de uma questão nacional nos quadros da ordem política burguesa já constituída; aqui, esta ideologia está em questão justamente porque as condições estruturais não favorecem a sua reprodução e o nacionalismo adquire inteligibilidade como uma das forças ideológicas potenciais dos processos de revolução burguesa (cujos desfechos concretos não são, evidentemente, pré-determinados).

Essa formulação, ao mesmo tempo em que distingue o campo das estruturas do campo das práticas e que atenta para a temporalidade própria das ideologias, talvez possibilite resolver alguns problemas que ficam insolúveis à luz de abordagens conceitualmente obscuras e de forte teor mecanicista. É o caso, por exemplo, das teses que tendem a reduzir o nacionalismo a um confuso eco da sociedade industrial, perdendo, assim, a inteligibilidade de movimentos informados por essa ideologia nas formações sociais pré-burguesas.

No entanto, o que as formações sociais pré-capitalistas revelaram, na era das revoluções burguesas, foi uma tendência estrutural específica para produzirem grupos potencialmente nacionalistas, ou seja, para produzirem "nacionalidades".

Tal propensão deveu-se essencialmente ao entrelaçamento de exploração econômica com dominação político-ideológica, o qual fazia com que as classes dominantes aparecessem como grupos de ocupação sobre as comunidades de produtores diretos. Como diz Mármora, nas sociedades pré-capitalistas, "as classes dominantes pertenciam, em geral, a outra comunidade étnica, cultural e linguística, distinta da dos estamentos sociais mais baixos. Muito longe de ser casual ou contingente, isto constituía a regra geral (...) Não é então por sua origem que constituíam uma comunidade étnico-cultural diferente do vulgo. Pode ter sido assim em determinados casos, mas a regra geral era que a constituição social determinava e reproduzia constantemente essa tendencial separação étnico-cultural. Por esse motivo, étnica e culturalmente não podia se estabelecer uma dominação nacional"

Nesse sentido, Mármora faz uma crítica correta à tese de Kautsky, segundo a qual todos os Estados tiveram sua origem na conquista, pois "não apenas devido a sua origem histórica todas as formas de organização política pré-capitalista foram formas de dominação 'externa'. O que basicamente lhes conferia tal caráter era a constituição social interna dessas formações" (3). É por esta razão que, nas formações sociais pré-capitalistas, as lutas de classes adquirem muito frequentemente, desde o alvorecer da ordem burguesa, o caráter de lutas de "nacionalidades".

Desse ponto de vista, a afirmação de Gellner (4) segundo a qual o marxismo ignora que são as sociedades pré-capitalistas que operam com diferenciações internas, pois a sociedade industrial acentua mais os limites entre nações do que entre classes está longe de ser exata. Ao contrário, não fosse a ultra-abrangência do significado de "diferenciação" - que termina por obscurecer os nexos entre o igualitarismo nacional e a dominação de classe - a pretensa originalidade do autor poderia ser considerada, nos termos da análise de Marx, um autêntico truísmo.

Por outro lado, diferentemente do que Marmora afirma, não se trata de uma anterioridade da nação frente ao Estado burguês, mas da incidência específica de questões nacionais em formações pré-capitalistas. Estas constituem - como se disse - um dos terrenos privilegiados nos quais as primeiras se manifestam e se tornam amiúde um elemento importante da revolução burguesa. Mais do que anteceder historicamente o Estado burguês, a nação é precedida pela questão nacional. Em outros termos, pode haver questão nacional sem nação efetiva, embora, neste caso, aquela expresse - diretamente ou não - o clamor de certas forças sociais por um certo tipo de organização nacional (5).

Esta foi, de resto, a característica dos movimentos com os quais Marx e Engels estiveram às voltas nos idos de 1848-9. Ambos não se depararam - a não ser indiretamente - com a nação, mas com uma variedade específica de nacionalismo: aquele que emerge em formações sociais pré-capitalistas, isto é, não-nacionais. É por isso que, no tocante ao objeto, os textos que produziram naquele período não constituem, no conjunto de sua obra, nenhuma

abordagem teórica privilegiada.

Em suma, não apenas pode haver nacionalismo sem nação como o primeiro pode ser importante justamente para constituir a segunda. Como disse D'Azeglio, "fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos".

Voltemos ao primeiro tipo de nacionalismo, o que expressa o questionamento da forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído. Neste caso, temos duas possibilidades - que não necessariamente se excluem - de crise da ideologia nacional e, logo, de emergência de nacionalismo.

Em primeiro lugar, o Estado, ao constituir a esfera da igualdade, pode expurgar da cidadania toda uma "nacionalidade". Em segundo lugar, um grupo pode viver a desigualdade enquanto não-compartilhante do âmbito comunitário definido pelo Estado-nação. Neste caso, ele se constitui como "nacionalidade", podendo se colocar o objetivo de redefinir o âmbito da igualdade ou mesmo de constituir seu próprio Estado-nação (6).

Os "critérios" a partir dos quais um determinado grupo vive sua opressão - critérios que não raras vezes lhe são impostos - não se produzem teoricamente nem são inteligíveis em si mesmos (embora pretender que o sejam faça parte da ideologia do nacionalismo em questão).

Podemos, portanto, recuperar uma outra distinção sobre a qual insisti no primeiro capítulo: aquela entre o conceito de nação, que remete às estruturas do modo de produção capitalista, e a do papel histórico de "nacionalidades" como nucleadoras de pro-

cessos de constituição de Estados nacionais modernos. Trata-se, neste último caso, de uma noção que - como se viu - aludia, nos textos clássicos do marxismo, a processos político-ideológicos inseridos em formações sociais pré-capitalistas.

Retomemos a afirmação - feita no capítulo 1 - de que o problema das nacionalidades, nos termos em que foi tratado por Marx e Engels, insere-se no campo das práticas de uma formação social, seja pré-capitalista (caso analisado na imensa maioria das vezes) ou capitalista, para não falar no caso extremamente complexo da inserção social do movimento nacional irlandês.

Para delimitar mais precisamente a questão, efetuemos um outro corte. Trata-se agora de evitar uma identificação abusiva entre os movimentos nacionais que eclodem no interior de formações sociais pré-capitalistas e aqueles que se constituem nas formações já solidamente dominadas pelo modo de produção capitalista.

Tal identificação é, aliás, um aspecto particular da tendência da ideologia nacional - e, por extensão, do nacionalismo - a produzir a representação de uma comunidade que, originada em um passado remoto, desloca-se ao longo do tempo como essencialmente idêntica a si mesma. Daí uma espécie de mito das origens que, de um modo ou de outro, acompanha as diversas manifestações do nacionalismo. Ele esteve na base, por exemplo, das reiteradas menções às "raízes históricas do nacionalismo brasileiro", assim como das insistentes referências que Sukharno fazia aos três séculos e meio de colonialismo sofridos "por sua 'Indonésia', embora o próprio conceito de 'Indonésia' seja uma invenção do sécu-

lo XX" (7).

A inserção dos "bretões" ou dos "provençais" (as aspas devem-se menos ao cuidado teórico do que ao maior ou menor impacto político dos respectivos movimentos nacionais sobre o Estado francês) na formação social francesa contemporânea ocorre de uma forma distinta daquela em que esses grupos se converteram - para usar uma expressão de Engels - em "nations foutues", no bojo do processo de constituição de um grande Estado nacional. Todavia, isso não impede que determinados questionamentos da legitimidade do Estado francês adquiram, atualmente, as formas de um nacionalismo bretão ou provençal. Tampouco impede (e aí reside o caráter abusivo da identificação mencionada acima) que a ideologia nacionalista estabeleça um vínculo absoluto de continuidade (como já vimos, essencialmente mítico) entre os dois processos.

Ao qualificar o professor Palacky de erudito alemão incapaz de falar tcheco sem sotaque estrangeiro, Engels expressava uma percepção aguda dessa dimensão mítica da nacionalidade tcheca de então. E Hobsbawn, apesar de incorrer em ligeiro anacronismo quando afirma que "a definição étnico-linguística das nações...foi inventada em fins do século XIX", tem plena razão ao observar que "o nacionalismo linguístico foi criação de pessoas que escreviam e liam, não de gente que falava. E as 'línguas nacionais', nas quais descobriam o caráter essencial das nações, eram com grande frequência artefatos, uma vez que deviam ser compiladas, padronizadas, homogenizadas e modernizadas para uso contemporâneo e literário, extraídas que eram do quebra-cabeças dos dialetos locais e regionais que constituíam as línguas não-literárias realmente faladas" (8).

Essa dimensão mítica da representação da identidade nacional não significa que os "sinais diacríticos" que a ela se articulam sejam arbitrários. B. Anderson já observou que, ao contrário da Inglaterra e da França, onde, em meados do século XIX, língua de Estado e língua da população coincidiam, no interior do Império Austro-Húngaro, "poliglota, mas dada vez mais letrado, a substituição do latim por qualquer língua vulgar...assegurava vantagens enormes àqueles de seus súditos que já utilizassem aquela língua impressa, e parecia ameaçador, na mesma proporção, aos que não a utilizassem (9).

Neste grau de abstração em que a análise é conduzida, o que se pode concluir é que a noção de nacionalidade, além de se remeter à constituição de determinados "grupos étnicos" no interior de formações sociais pré-capitalistas, particularmente sob o impacto de processos de revoluções burguesas, alude igualmente a certos desdobramentos de questões nacionais no interior de formações sociais capitalistas.

Como já vimos, os processos de constituição desses grupos são variados. O que eles têm em comum é que, em qualquer dos casos, o Estado não constituiu, ao nível ideológico, o conjunto dos agentes do processo de produção como cidadãos.

Embora a ideologia nacional seja uma dimensão importante da estrutura ideológica do capitalismo, as distintas apropriações dela abrem a possibilidade de constituição daqueles grupos. O resultado é que, em um certo sentido, nem todas as formações sociais capitalistas são "integralmente" nacionais. Nem todas apresentam aquela total congruência - mencionada por Gellner e outros autores - entre unidade

política e unidade "cultural" (ressalve-se a lassidão teórica do segundo conceito).

Por intermédio de múltiplos processos que devem ser analisados concretamente, a própria reprodução da ideologia nacional pode originar, no interior dessas formações sociais, proto-nacionalidades ou mesmo nacionalidades no sentido pleno do termo. Elas não questionam o paradigma nacional - ao contrário, são muito eloquentes ao reafirmá-lo - mas problematizam de um modo peculiar a estruturação da matriz ideológica dominante na formação social. Isso significa que essa estruturação é sempre um processo em aberto.

Uma explicação mais abrangente desse problema remeter-nos-ia à análise dos efeitos do desenvolvimento desigual do capitalismo. A dominância desse modo de produção não se estabelece de maneira sincronizada em todos os seus níveis e, mesmo em cada um destes, ocorre uma articulação específica de distintos modos de produção. Um e outro aspecto repercutem sobre as lutas de classes, particularmente na esfera da legitimação ideológica.

Todavia, algumas determinações desse processo de constituição das nacionalidades já estão presentes na própria estrutura da ideologia nacional, sobretudo no que diz respeito ao mecanismo de representação da unidade. Refiro-me à tendência da sociedade burguesa a reproduzir, em maior ou menor escala, uma representação étnica ou "genealógica" da nação.

A coexistência contraditória de elementos jurídico-políticos e "orgânicos" já se manifestou na própria revolução francesa, como o demonstra, por exemplo, a apropriação que os "sans-culottes"

fizeram do "mito gaulês". Todavia, nas formações sociais capitalistas dominantes ao longo do estágio "concorrencial", predominou uma concepção jurídico-política da comunidade nacional, o que, de resto, se expressou em uma linhagem doutrinária que, em suas versões mais radicalizadas, pode ser remetida a Rousseau: sujeitos jurídicos e religião cívica como suportes da vontade geral, expressão da soberania daquela comunidade (10).

Por outro lado, muitas formações sociais capitalistas apresentam uma tendência específica a produzirem nacionalismos que enfatizam aspectos étnicos da representação da ideologia nacional. Este fenômeno não é indiferente ao impacto das lutas de classes sobre as estruturas do capitalismo, especialmente sobre a tendência a deslocamentos no interior da ideologia burguesa.

Poulantzas já se referiu à passagem da dominância da região jurídico-política para a econômica, no estágio monopolista do capitalismo, o que se manifesta, por exemplo, na importância adquirida pelo tecnocratismo como forma particular de legitimação do Estado burguês. A partir de uma outra perspectiva teórica, os estudos de Claus Offe podem auxiliar-nos a compreender aspectos desse processo no que se refere às políticas estatais. Este autor enfatiza a tendência ao solapamento da racionalidade burocrática de tipo weberiano (racionalidade formal = aplicação integral das normas jurídicas), que se vê obrigada a compartilhar (de modo contraditório) o terreno da legitimidade com outro critério: o da "efetividade funcional" (11).

Sob o impacto desse critério de racionalidade que enfatiza os resultados obtidos mais do que a norma, a teleologia e não a

adequação ao texto, os burocratas estatais vêem-se obrigados a se contradizerem constantemente. O resultado, apesar das aparentes virtudes desse "modelo político auto-contraditório", seria uma forte erosão da legitimidade, pois o sistema "deixa de ser, em geral, justificável" (12).

Segundo Offe, o "correlato subjetivo" dessas tensões no processo de legitimação das políticas estatais não é necessariamente "a desobediência dos cidadãos", mas, frequentemente, a atitude de "esperar tudo do Estado", pois "as tentativas contraditórias da política social e intervencionista do Estado de submeter o processo de produção a um controle crescente e, ao mesmo tempo, de reforçar o poder privado de disposição sobre o capital certamente tem a função latente de encorajar amplas expectativas por todos os lados" (13).

Se o deslocamento no interior da ideologia burguesa expressa tendências ao questionamento da centralidade da ideologia jurídico-política e, portanto, ao relativo reforço dos elementos étnicos do nacionalismo, a tendência ao predomínio da "racionalidade sistêmica" como critério de legitimação das políticas estatais, ao abrir espaço para os particularismos de toda ordem, termina igualmente por reforçar os elementos "étnicos" no que se refere às apropriações da ideologia nacional.

É desnecessário insistir que esse deslocamento reduz a capacidade integrativa da ideologia nacional (14), tendo como resultado um aparente paradoxo: a fase atual da internacionalização do capitalismo é marcada por um recrudescimento do racismo e da xenofobia justamente nos centros mais dinâmicos do sistema.

Como observa E. Balibar, o racismo apresenta um componente supernacionalista (ao lado de, e contraditoriamente a, um supra-nacionalismo), frente ao qual o nacionalismo é percebido como demasiadamente elástico ou amorfo. Daí a pretensão do primeiro a constituir um nacionalismo integral, o que se expressa em permanentes esforços para delimitar uma "raça" ou "grupo étnico". Por sua vez, este esforço desemboca frequentemente na elaboração de critérios que se limitam a selecionar simbolicamente uma elite que já se encontra selecionada pelos efeitos das lutas de classes. Dessa forma, "ao procurar circunscrever a essência comum aos nacionais, o racismo se engaja inevitavelmente na busca obsessiva de um 'núcleo' de autenticidade impossível de se achar, estreita o nacionalismo e desestabiliza a nação histórica (15).

A definição da comunidade nacional em termos predominantemente étnicos guarda um potencial secessionista que, como se sabe, dependendo das contradições presentes em cada conjuntura, pode se tornar explosivo. Todavia, mesmo em épocas "normais", o simples fato de se constituir a representação de uma "etnia" como dominante já é o bastante para constituir outras como dominadas e, portanto, "expurgadas" ou precariamente integradas à comunidade nacional.

Embora as análises de Offe se restrinjam ao Estado capitalista sob forma democrático-burguesa e implementador de políticas de caráter "social-democrata", parece-me que a "racionalidade sistêmica" possui uma abrangência maior. Não apenas esteve presente nas políticas do Estado nazista como, de resto, manifestou-se

em políticas estatais de orientação populista na América Latina.

No que se refere à apropriação da ideologia nacional, o que se pode destacar, em termos mais gerais, é uma potencialidade específica de reprodução de "nacionalidades" nas formações sociais capitalistas a partir de critérios predominantemente "étnicos".

Trata-se, aliás, de um fenômeno que já se manifestou na fase de transição para o capitalismo monopolista, como o demonstra o caso da sociedade francesa, justamente uma daquelas onde, ao longo da revolução burguesa, predominou uma concepção não-étnica da nação. Como observa Anthony Smith, "divisões internas e pressões externas forçaram a Inglaterra e a França a reconsiderarem suas bases étnicas. Em fins do século XIX, especialmente na França, um forte 'nacionalismo integral' emergiu para reafirmar a unidade histórica e cultural...contra minorias e ideologias que foram pensadas como subversivas daquela unidade; não por acaso Clóvis, Luis IX e Joana D'Arc voltaram a ser cultuadas após um longo período de relativa obscuridade." Segundo o mesmo autor, tal movimento, além de seu "monarquismo contra-revolucionário e clerical" e de seu militarismo, também se caracterizou pela tentativa de "redefinir 'a França' como uma nação étnica" (16).

Pierre Fougereyrollas, por sua vez, referindo-se ao "caso Dreyfus", menciona a passagem de uma idéia de França como "país dos direitos do homem" para uma outra segundo a qual a nação francesa só seria ela própria quando retornasse "às suas fontes ancestrais, desembaraçando-se do fardo que os democratas lhe impuseram desde a Revolução" (17).

Um processo análogo ocorreu na U.R.S.S., principalmente a partir dos anos 30. Ao mesmo tempo em que estabelecia um vínculo de continuidade entre o antigo Estado czarista, exaltado como uma verdadeira muralha que protegeu a Europa de sucessivas invasões, atribuindo-se, portanto, ao Estado soviético "um passado e uma base geográfica (a do império czarista)", identificava-se a revolução de outubro com o histórico "heroísmo do povo russo" (18). Neste período em que se consolida uma nova forma de dominação sobre o proletariado, do mesmo modo que, com a constituição de 1936, se declara formalmente superada a fase das lutas de classes (19), o discurso oficial intensificará seus apelos aos valores nacionais. Ainda segundo Bettelheim, "é principalmente a partir de 1934 que os termos Pátria e Rússia fazem sua reaparição na imprensa soviética. O passado russo é cada vez mais 'reabilitado', ao mesmo tempo em que se denuncia o 'cosmopolitismo' do que possuiria 'origens estranhas à Rússia'". Esse nacionalismo intensificou-se durante a segunda guerra mundial, vindo a contribuir mais eficazmente para a produção de consenso do que poderia fazê-lo a chamada à defesa de um pretenso socialismo que possuía "um gosto amargo para os trabalhadores" (20).

A partir dessas breves indicações, pode-se sugerir que a maior intensidade da presença de elementos étnicos na estruturação da ideologia nacional não pode ser reduzida à condição de simples resquícios de fases já superadas do desenvolvimento histórico ou mesmo "desvios" em relação a um curso "normal" dos processos ideológicos da "sociedade moderna". Ao contrário, ela tem se manifestado de vários modos em distintas formações sociais

ao longo do atual estágio do capitalismo.

O que me parece específico no caso da racionalidade sistêmica do "welfare-state" é que a legitimidade das políticas estatais passa a depender consideravelmente, em primeira instância, da capacidade de o Estado atender às demandas particulares de grupos sociais que se constituem segundo os mais variados critérios, entre os quais, os de "etnia". Tal processo não deixa de contribuir para uma espécie de corporativização das "etnias", as quais, desta forma, se introduzem no amplo rosário das chamadas minorias sociais. A esse respeito, é significativo que "não apenas bretões, corsos, bascos, catalões, alsacianos, flamengos e occitanos, mas também antilhanos, reunionenses, armênios e judeus exijam do Estado (francês - LFRA) um reconhecimento oficial de suas especificidades no interior da própria França" (21).

A constituição de "nacionalidades" é um dos caminhos possíveis para movimentos que questionam a forma de legitimidade de um Estado burguês, embora não necessariamente se contraponham ao tipo capitalista de Estado. Um outro caminho que, em se tratando de movimentos providos de bases populares, pode ou não se entrelaçar com o primeiro, é o da luta democrática. Isso nos leva a examinar alguns aspectos da relação entre ideologia nacional e democracia burguesa.

2. Ideologia Nacional e Democracia Burguesa

Nos termos da análise empreendida até aqui, tenho insistido na hipótese de que a ideologia nacional é indissoluvelmente ligada à legitimidade do tipo capitalista de Estado. Nesse sentido, considero problemática a identificação exclusiva da nação a uma forma de Estado e/ou regime político, de modo a abrir caminho para a tese de que só na democracia a ideologia nacional estaria plenamente realizada. Teorizações desse tipo podem ser encontradas, por exemplo, em algumas análises que se orientam pela problemática Estado - sociedade civil de inspiração gramsciana. Aí poderíamos identificar duas vertentes: 1. sociedade civil = espaço da infraestrutura (22); 2. sociedade civil = espaço superestrutural (23).

Partindo das apreciações críticas de Bobbio (24) e P. Anderson (25) acerca do conceito de sociedade civil em Gramsci, suponho que a junção da problemática hegel-marxista com a gramsciana pode acarretar um deslizamento teórico que, no limite, instila o nacionalismo no interior da própria análise marxista. Pois, na medida em que a sociedade civil ("o reino das necessidades") é pensada, por oposição ao paradigma liberal, como essencialmente anárquica, caberia ao Estado o papel de princípio de coesão desta sociedade.

Colocada nesses termos, a formulação já traz implícita a hipótese da ausência de hegemonia burguesa (no sentido gramsciano de direção político-ideológica), pois o Estado é visto como produzindo apenas coerção. Em suma, como se conclui que a burguesia não é hegemônica (no sentido gramsciano) e como apenas a coerção é vista no Estado, abre-se caminho para a hipótese de que uma plena ideologia nacional só se realizaria via classes dominadas (em especial, o proletariado). Descarta-se, a meu ver, equivocadamente, o caráter estru-

turalmente burguês da ideologia nacional.

No segundo caso (sociedade civil = momento superestrutural), a análise termina igualmente por obstaculizar a compreensão dos efeitos ideológicos da própria estrutura jurídico-política (o chamado "Estado restrito" (26)), que é concebida essencialmente como o momento da coerção. A separação mecânica entre coerção e ideologia obscurece o papel que as próprias características estruturais do Estado capitalista ("a criação do cidadão jurídico, o processo individualizado de participação política, a organização do conflito político em torno das relações mercantis em vez das relações de produção") desempenham no sentido de impedir - como diz Erik O. Wright - "as capacidades estruturais da classe operária de se transformarem em capacidades organizacionais" (27).

Também a análise dessas questões requer um exame das relações entre as estruturas do modo de produção capitalista e as práticas das classes sociais que as reproduzem. Trata-se de algo que não será feito exhaustivamente aqui, pois me limitarei a algumas formulações gerais diretamente voltadas para as distintas modalidades de apropriação da ideologia nacional.

2.1. Ideologia nacional e variantes ideológicas

Alain Badiou observa que - ao contrário do que postula o hegelianismo - uma contradição não se resolve por meio da síntese de seus termos. É verdade que, "de um ponto de vista formal, é justo dizer que o desfecho e a resolução de um processo contraditório reside na inversão da dissimetria" (28), mas ela pouco nos revela acerca do conteúdo da ruptura. Isso porque a simples inversão dos lugares do para dominante-dominado limita-se a considerar a

dialética pela ótica da relação de forças entre os dois termos, desconsiderando "natureza interna das forças envolvidas nessa relação"(29). Esta simples mudança de lugares determinada pela contradição entre forças da mesma natureza constitui o que Badiou denomina "processo secundário", É o âmbito da simetrização, no qual a lógica dos lugares subordina a lógica das forças. Considerar apenas essa dimensão de um processo contraditório é, portanto, ater-se à lógica do quantitativo.

Por sua vez, um processo primário envolve - segundo o autor - forças qualitativamente distintas e, nesse sentido, é "essencialmente dissimétrico", o que o torna ininteligível ao pensamento do quantitativo. Nesse processo, mais do que se inverter, o sistema de lugares se redefine. Aqui, predomina a lógica das forças.

As teorizações de Badiou podem contribuir para a explicação de como o Estado burguês, ao converter continuamente processos primários em secundários, o qualitativo em quantitativo, redefine a luta operária, integrando em uma "lógica dos lugares". Como o autor observa em um outro texto, "trata-se de fazer prevalecer de um modo sistemático...a lógica dos lugares sobre a lógica da força, o indivíduo sobre a classe, o quantitativo sobre o qualitativo" (30).

Estas formulações mais gerais orientaram minha abordagem de alguns aspectos das relações entre ideologia nacional, nacionalismo e democracia.

Retomemos por um instante a crítica à afirmação de que é a sociedade industrial a que menos opera com diferenciações internas, pois acentua principalmente os limites entre nações e não en-

tre classes. Já foi observado que a extrema amplitude do significado de "diferenciação", para além do que apresenta de alusivamente correto, termina por homogenizar mecanismos estruturais fundamentalmente distintos.

Como outros autores já observaram, a intervenção da estrutura do Estado burguês, na medida em que é eficaz para a reprodução das relações de produção capitalistas, ocorre no sentido de dissolver os agentes da produção em indivíduos juridicamente iguais. Trata-se de uma interação de estruturas específicas e relativamente autônomas que configura um igualitarismo em uma determinada esfera das relações sociais.

A ideologia nacional é relativamente autônoma. É autônoma no sentido de que o igualitarismo dos nacionais configura uma esfera de igualdade formal que se opõe (e, como já vimos, se articula) à dominação de classe (à "escravidão assalariada"). É relativamente autônoma porque o caráter dessa igualdade depende da relação entre as classes ao nível político-ideológico (31).

Ao contrário dos movimentos socialistas revolucionários, que remetem as liberdades formais a um tipo específico de dominação de classe, a ideologia nacional opera fundamentalmente com o par igualdade - desigualdade, reportando-o direta e exclusivamente ao Estado-nação. Dessa forma, ela absolutiza o igualitarismo, espraiando-o simbolicamente para a totalidade das esferas das relações sociais. Justamente por isso, ela mistifica o caráter dessas relações.

Esta fetichização da comunidade nacional é o corolário da fetichização do Estado, o qual passa a ser representado como uma entidade que se situa (ou deveria situar-se) acima das classes.

Nesse sentido, a ideologia nacional - inclusive em suas vertentes teóricas mais sofisticadas - opera uma separação estanque entre esse âmbito da igualdade (a nação) e a dominação de classe.

A ideologia nacional é, portanto, uma dimensão importante do processo de desorganização do proletariado. Reciprocamente, quanto mais avança a luta proletária revolucionária, menos nacional o proletariado se torna (neste sentido, "os proletários não têm pátria"). O internacionalismo proletário não brota diretamente das condições de reprodução econômica da classe operária a não ser como tendência, cuja realização depende basicamente da correlação das forças político-ideológicas entre as classes sociais.

Por outro lado, o caráter relativo da autonomia do nacionalismo obriga-nos a nos referirmos aos conteúdos concretos que diferentes classes em luta lhe imprimem. Mesmo sofrendo a dominação ideológica, as classes dominadas vivem a ideologia dominante de modo particular, chegando, inclusive, em certos períodos, a expressar o protesto contra a dominação nos termos da região dominante da ideologia dominante.

Ao analisar as revoltas camponesas na Alemanha, Engels observou que "todo ataque geral contra o feudalismo devia primeiramente dirigir-se contra a Igreja, e...todas as doutrinas sociais e políticas revolucionárias deviam constituir, em primeiro lugar, heresias religiosas" (32).

Recorrendo criticamente às análises de Engels, A. Badiou e F. Balmès formulam uma hipótese mais geral: a de que todas as revoltas de massa expressam-se ao nível ideológico por meio de invariantes comunistas, ou seja, em formulações igualitárias, anti-proprie-

tárias e antiestatais. Esses invariantes não possuem - segundo os autores - caráter de classe definido, mas, ao contrário, sintetizam as aspirações universais dos explorados.

Haveria, portanto, em toda luta ideológica, uma triplíce determinação: duas de classe - a revolucionária e a contra-revolucionária - e uma de massa - a dos invariantes comunistas. Todavia, se "um certo 'comunismo ideológico de massa' diz respeito ao povo e não aguarda o proletariado" (33), ele carece de meios históricos de realização imediata, cumprindo a função de abrir caminho para a classe revolucionária do momento. Teria sido este, por exemplo, o destino das revoltas camponesas na sociedade feudal.

Nesse sentido, os invariantes comunistas tendem a se converter em variantes da nova ideologia dominante. Trata-se aqui de um duplo processo. Por um lado, os invariantes comunistas tendem a se converter em modalidades pelas quais as práticas dos dominados redefinem esta ideologia; e, por outro lado, esta mesma ideologia "recupera" os elementos da revolta dos dominados, depurando-os de seus aspectos antagonísticos, ou seja, rearticula estes elementos por meio de uma "lógica política do homogêneo" e, neste processo, se redefine.

O conceito de variante ideológica, ao se referir aos modos como cada classe, fração de classe ou categoria social vive essa ideologia, pode ser útil para a apreensão do movimento pelo qual uma formação ideológica se atualiza sob o impacto das lutas de classes. Isso em uma dupla perspectiva.

Em primeiro lugar, abre-se a possibilidade teórica de abor-

darmos uma variante popular da ideologia burguesa e, no caso em questão, uma variante popular da ideologia nacional.

Em segundo lugar, pode-se, ao rastrear o movimento de constituição da ideologia nacional, acentuar a relativa distinção entre a matriz desta ideologia e as modalidades específicas de sua apropriação por uma - ou mais - fração de classe burguesa. Dessa forma, o nacionalismo da burguesia não mais aparece como idêntico ao nacionalismo, mas como uma variante dele. Evita-se, portanto, uma dupla unilateralidade: a redução da ideologia nacional a um único ator (a burguesia) e o esvaziamento da determinação estrutural burguesa desta ideologia.

Trata-se de uma teorização distinta da que Ianni formula quando, inspirando-se no Manifesto do Partido Comunista, afirma que "a burguesia forma a nação segundo a sua imagem" e "lhe confere uma fisionomia na qual o povo se vê relegado" (34).

Embora produto da revolução burguesa, a nação não deve sua existência exclusivamente às práticas da burguesia. Afirmar o oposto é, por um lado, obscurecer a importância de outras forças sociais em diversos processos de revolução burguesa e, particularmente, nos processos de constituição da ideologia nacional; reciprocamente, equivale a atribuir à burguesia um papel de proa nesses processos, o que - como o próprio Marx observou ao longo das revoluções de 1848 - nem sempre ocorreu historicamente (35).

As análises de Albert Soboul ajudam a compreender como a ideologia nacional sofreu diferentes apropriações pelas distintas forças sociais em luta durante a revolução francesa.

Na primeira fase da revolução, quando a iniciativa política era claramente burguesa, os pilares da configuração nacional

eram o princípio da liberdade individual (cujo núcleo consistia no direito absoluto de propriedade) e o da lei como expressão da vontade soberana da comunidade nacional. Nesse contexto, a esfera da igualdade, em cujo interior os agentes se constituíam como cidadãos, era a dos direitos civis. Não por acaso, o partido patriota (de hegemonia burguesa), embora reivindicasse o governo representativo, jamais o confundiu com o sufrágio universal.

O ingresso das massas populares na luta política abriria espaço para outras formulações. Como diria o "enragé" Jacques Roux, "a liberdade não passa de um vão fantasma quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida e de morte sobre seu semelhante. A República não passa de vão fantasma quando a contra-revolução se opera, dia a dia, através dos preços dos gêneros, que três quartos dos cidadãos não podem adquirir sem verter lágrimas..." (36).

Se para os burgueses a igualdade civil circunscrevia a esfera em cujo interior se constituíam todos os franceses como cidadãos - porque proprietários - os "sans-culottes" questionavam, por sua vez, este caráter absoluto do direito de propriedade, subordinando-o a um não muito bem definido "direito à existência". Nos termos da deputação das 48 seções de Paris (12.2.93), "não (bastava) haver-se declarado que somos republicanos franceses; é preciso que o povo seja feliz, que tenha pão; sem pão não haverá leis, liberdades, República" (37).

Portanto, duas concepções de ordem social: para Brissot, o igualitarismo era o caos; para os "sans-culottes", a coexistência de ricos e miseráveis era inimiga da liberdade e dilacerava a comunidade nacional.

comunidade nacional.

Equilibrando-se entre a burguesia e as forças populares, entre a partilha do pão e o direito absoluto de propriedade, os montanhese acenarão com os direitos políticos. Robespierre diria que "todos os cidadãos, sejam quais forem, têm o direito de aspirar a todos os graus de representação", assim como denunciaria os "falsos patriotas" que "só querem constituir a República para si mesmos". A eles contrapunha os "verdadeiros patriotas", que procuravam "fundar a República sobre os princípios da igualdade e do interesse geral". E Robespierre, assim como Saint-Just, terminaria, premido pela "força das coisas", a subordinar o direito de propriedade ao "direito à existência" (38).

A reação termidoriana viria a reafirmar a variante burguesa da nação. "A igualdade civil - diria Boissy d'Anglas - é tudo quanto o homem razoável pode exigir" (39).

A consideração das distintas variantes da ideologia nacional é igualmente importante para a análise dessa ideologia no caso brasileiro. Vários estudos, ao obscurecerem a participação de diversas forças sociais nas redefinições do nacionalismo populista, terminaram por assimilar essa ideologia à "burguesia nacional", o que produziu uma falsa alternativa: ou se afirmava alusivamente a existência da burguesia nacional, pois havia nacionalismo; ou se negava a existência de uma fração nacionalista da burguesia, pois nenhuma das frações burguesas assumiu o nacionalismo populista em sua plenitude (40).

A hipótese de que, em uma sociedade capitalista, o povo é excluído da nação apresenta sérios impasses teóricos, pois este conceito supõe, por definição, a referência a algum tipo de povo.

O problema (teórico e político) é que tipo de "povo" se constitui em diferentes configurações nacionais. Se determinados setores da sociedade dotados de força política suficiente para pressionarem o Estado não se constituem como integrantes do povo, eis - como se viu - uma questão nacional.

Segundo Ianni, na medida em que persiste a distância entre classes dominantes e povo, entre Estado e amplos setores da sociedade civil, o povo, independentemente da forma de Estado, "está ...distante das esferas de poder". Logo, a revolução burguesa "pouco resolve a questão nacional" (41).

Receio que com esse argumento se perca de vista a especificidade do conceito de nação. Pois o problema consiste justamente em explicar por que e como, apesar do hiato ou distância entre as classes, se (re)produz, nas sociedades capitalistas, uma esfera em cujo interior todos se constituem, de algum modo, como essencialmente iguais. Em outros termos, o conceito de nação remete a um "hiato" específico entre as classes que é característico do capitalismo.

O obscurecimento dessa especificidade abre caminho para a hipótese de que a comunidade nacional não se completa na sociedade capitalista e que, portanto, a revolução burguesa não resolve a questão nacional. Inversamente, afirma-se que a nação só se plenificará na sociedade sem classes. Em um caso como no outro, ao mesmo tempo em que se nega o caráter estruturalmente burguês do igualitarismo nacional, afirma-se a exclusividade da apropriação dessa ideologia, nas formações sociais capitalistas, pela classe dominante.

2.1.1. Invariantes ideológicos e formas de presença popular na política

O recurso ao conceito de variante ideológica requer um maior desenvolvimento das teses acerca dos invariantes de massa, pois estes, no entrechoque das distintas determinações ideológicas, nem sempre adquirem efetivamente um caráter comunista. Se o igualitarismo de massa, ao se tornar expressão de forças sociais, mantém (ou não) uma característica explicitamente anti-proprietária - eis uma questão que depende não somente do perfil social, mas também dos tipos de organização, da direção político-ideológica e da intensidade da presença das massas na luta política.

No bojo da primeira revolução inglesa, voltaram à tona os velhos ideais do comunismo agrário, sobretudo entre grandes contingentes daqueles grupos sociais que Christopher Hill denomina "homens sem senhores". Lá se reaperentaram, às vezes com um grau admirável de sistematização, as mesmas idéias antiestatais, antiproprietárias e anti-hierárquicas que Engels detectou na rebelião de Thomas Munzer. Todavia, os setores que produziram essas idéias não chegaram a atuar como força social distinta ao longo do processo revolucionário. Ao contrário, esse papel coube, no que tocou às classes populares, aos "levellers" constitucionalistas - basicamente pequenos proprietários - que vieram a formar "a ala esquerda radical do partido revolucionário" (42).

A presença difusa das forças igualitárias, embora tenha sido suficiente para imprimir uma radicalização ao conflito entre o Parlamento (pequena nobreza e grande burguesia) e as forças absolutistas, não foi capaz de alterar a correlação política e muito menos de promover políticas econômicas voltadas para os setores

populares. Tampouco avançou no sentido de recorrer a formas de luta e forjar organizações próprias. Neste particular, o "exército de novo tipo" expressou admiravelmente a força e a impotência das massas. Por um lado, embora sob direção burguesa e organizado segundo um padrão burguês (revolucionário na época), foi o principal centro de recrutamento (e um dos principais centros de politização) dos setores populares. Por outro lado, foi justamente o exército o alvo privilegiado das investidas organizacionais dessas mesmas forças, as quais chegaram, por um curto período, a obter progressos no sentido de lhe imprimir características popular-revolucionárias.

Neste contexto marcado pelo fervor doutrinário das massas populares sem correspondente presença política, os "levellers" constitucionais, no breve período em que atuaram com fisionomia própria no processo revolucionário, conduziram as aspirações igualitárias dos plebeus sem senhores rumo à república representativa com sufrágio censitário. Como diz Hill, "os levellers constitucionais não discordavam fundamentalmente do tipo de sociedade que estava sendo implantado pela Revolução Inglesa. Aceitavam o caráter sagrado da propriedade privada, e o seu desejo de ampliar a democracia não excedia os limites de uma sociedade capitalista" (43).

Os "sans-culottes", por sua vez, tiveram uma presença mais efetiva e duradoura no processo revolucionário burguês, à qual se deveram mudanças radicais no aparelho de Estado, no regime político e nos princípios definidores da política econômica do Estado (confisco das propriedades da nobreza e do clero, reforma agrária, política de abastecimento mais favorável ao povo), assim como empreenderam formas de luta voltadas para a ação direta das massas.

Em contrapartida, atuaram sob a direção de setores da média e da pequena burguesia (os jacobinos), os quais, forçados à radicalização pela pressão das massas populares, canalizaram o igualitarismo no sentido de uma ruptura mais radical com o Estado absolutista, a qual chegou, inclusive, a imprimir, por algum tempo, uma forma democrática ao Estado burguês (44).

Não foi essa a forma de presença das massas populares na revolução burguesa no Brasil, sendo, portanto, distinta a manifestação de igualitarismo sócio-econômico. Décio Saes observou a presença específica desse invariante ideológico em duas séries de rebeliões que ocorreram, ao longo dos séculos XVIII-XIX, na formação social brasileira, uma e outra fortemente subordinadas à ideologia escravista dominante. Ambas expressaram, por intermédio de suas alas mais radicalizadas, posições claramente contrárias à grande propriedade, que buscavam repartir de modo a converter "todos os homens em trabalhadores proprietários" (45). Ambas, por outro lado, foram marcadas pela indiferença quanto à luta abolicionista ou mesmo pelo apoio à manutenção do escravismo (muitos comerciantes, artesãos e camponeses médios eram proprietários de escravos). Essa desarticulação da pequena burguesia radical, num primeiro momento, e, posteriormente, campesinato pobre, com a luta dos escravos, não deixou de contribuir para que a classe média, ao conquistar a direção da luta abolicionista, não a canalizasse na direção do igualitarismo sócio-econômico, mas do igualitarismo jurídico, voltado para a "pura" transformação "de todos os homens...em sujeitos de direito ('cidadãos')" (46).

Uma segunda especificação acerca do igualitarismo de mas-

sa (já implícita na primeira) refere-se ao processo pelo qual os invariantes ideológicos de massa convertem-se em variantes da ideologia burguesa. A esse respeito, as formulações que Badiou desenvolve a partir das teses de Engels podem ser precisadas em uma dupla direção.

Cabe inicialmente observar o papel desempenhado não exatamente pela ideologia burguesa em geral, mas pela sua região dominante - a ideologia jurídico-política - na "recuperação" dos invariantes igualitaristas. Foi nos termos de um igualitarismo específico, articulado em torno das idéias de "liberdade, igualdade, direito, deveres, reino da lei, Estado de direito, nação, indivíduos-pessoas, vontade geral", que "a exploração burguesa entrou e reinou na história" e se cristalizou ao nível ideológico (47). É esta mesma estrutura discursiva que domina, no ideológico, o protesto espontâneo contra a classe burguesa (48).

Por outro lado, caberia investigar, ao nível das lutas de classes, quais tendências ideológicas "puxam" os invariantes de massa na direção da região jurídico-política da ideologia dominante. Mas antes de abordarmos este ponto, detenhamo-nos sobre algumas teorizações simetricamente opostas àquelas - já criticadas - que tendem a atribuir a ideologia nacional a um único ator. Trata-se de formulações que, no limite, esvaziam essa ideologia de sua determinação estruturalmente burguesa.

2.1.2. Determinações "popular" e "de classe" na apropriação da ideologia nacional

A negação do caráter estruturalmente burguês da ideologia nacional é a premissa implícita em que diversos autores - entre

eles, Ernesto Laclau (49) - se apoiam para qualificar o nacionalismo como um elemento ideológico desprovido de determinação de classe.

Recorrendo às teorizações de Louis Althusser, Laclau descarta a atribuição metafísica de certos "elementos ideológicos" (autoritarismo, liberalismo, anti-semitismo, nacionalismo, etc.) a determinadas classes. A pré-condição para analisar a natureza de classe de uma ideologia é - segundo o autor - investigar aquilo que constitui a unidade distintiva de um discurso ideológico, ou seja, o "sujeito" interpelado e, assim, constituído por intermédio daquele discurso. Desta forma, ao analisar o nível ideológico de uma formação social, deve-se começar pela reconstituição das estruturas interpelativas que o constituem.

Se até aqui as formulações de Laclau constituem um desenvolvimento metodológico bastante fecundo das teorizações de Althusser, os problemas se iniciam quando aquele autor passa a conceituar as estruturas interpelativas de uma formação social.

Se ao nível do modo de produção, as contradições econômicas constituem classes (que só existem na luta econômica, política e ideológica de classes), não é isso o que, segundo Laclau, ocorre em uma formação social. Aqui o antagonismo não produz classes sociais e a interpelação dominante é aquela que constitui os agentes como "o povo" frente ao bloco no poder. Logo, se o modo de produção é a arena da luta de classes, são as "classes em luta" que se defrontam na formação social, o que faz desta última o terreno por excelência da luta democrático-popular.

Chegamos, portanto, à conclusão crucial de que se o antagonismo classes em luta não é um antagonismo de classes, as ideolo-

gias que o expressam não são ideologias de classes. Nele, os setores dominados identificam-se como "o outro", contraposto ao bloco no poder.

Nicos Mouzelis chamou a atenção para o fato de que, apesar da pluralidade de significados do conceito, existe um amplo consenso no sentido de que "formação social" implica: "1. a noção de totalidade, que se refere tanto ao nível econômico como ao político-ideológico, e 2. a noção de concretude, em contraste com o conceito mais analítico de modo de produção". Desta forma, segundo Mouzelis, Laclau equivoca-se em relação a 1, pois reduz a formação social ao nível político-ideológico e a 2 porque "pode facilmente induzir à estranha conclusão de que o conflito político ao nível da formação social tem pouco a ver com a luta de classes..." (50).

A crítica de Mouzelis, embora correta, parece-me insuficiente, na medida em que não tira todas as implicações de suas premissas. Pois o que restaria concluir é que, como Laclau exclui as relações de produção de uma formação social, paradoxalmente o que se perde é o próprio conceito de...formação social. Como falar em formação social capitalista sem a referência às relações de produção cuja dominância a especificam?

Mas essa é apenas a particularização de um problema muito mais amplo: ao expurgar as relações de produção da formação social, o autor, mais do que negar o simples pertencimento de classe aos "elementos ideológicos", apaga a determinação estrutural da luta ideológica de classes. É nesse sentido que se afirmou que se trata de uma formulação simetricamente oposta às que efetuam um curto-circuito entre as determinações estruturais da ideologia nacional e sua variante burguesa e, por isso, ignoram as diferentes apro-

priações sociais daquela ideologia no capitalismo. Pois as formulações de Laclau tendem a absolutizar as apropriações de classe, mas obscurecem o caráter estruturalmente burguês da ideologia nacional.

Ao situar as classes ao nível do modo de produção e, em seguida, deixá-las "soltas" na formação social, a análise perde consistência teórica. Isso se manifesta principalmente na ambiguidade com que Laclau recorre ao conceito de "povo". Inicialmente, ele afirmara que a contradição dominante na formação social é aquela que opõe o povo ao bloco no poder, o que faz com que os dominados sejam constituídos ao nível ideológico (interpelados) como povo e não como classes. Em seguida, afirmou que cada classe luta, no campo da ideologia, simultaneamente como classe e como povo. Todavia, fica difícil entender como, nesse primeiro sentido, as classes dominantes, em seu conjunto, podem fazer parte do "povo", pois, em geral, suas frações constituem o outro polo do antagonismo, ou seja, o bloco no poder.

Ocorre, portanto, um deslizamento para um outro (e mais inclusivo) conceito de povo que, se explicitado, levaria o autor a se remeter às coordenadas do modo de produção capitalista. Pois na base da constituição dos membros da classe dominante como integrantes do povo nas formações sociais capitalistas estão justamente as duas determinações estruturais do Estado burguês que, como se viu, são indissolúvelmente ligadas à ideologia nacional: os "efeitos" de isolamento e de representação da unidade. São elas que configuram um "patamar mínimo" de definição do igualitarismo dos nacionais, fora do qual estaria seriamente questionado o próprio caráter capitalista de uma formação social. E, mais especificamente,

sem elas, haveria um fosso intransponível entre classes dominantes e dominadas, rompendo-se, ao nível político e ideológico, qualquer unidade do povo como tal.

O problema das teorizações de Laclau não consiste em centrar o estudo das ideologias - particularmente da ideologia nacional - no campo das lutas de classes. Ao contrário, este é um dos muitos méritos de seu trabalho. Como diz Poulantzas, "a estrutura - unidade - da ideologia dominante não pode ser decifrada a partir de suas relações com uma consciência de classe-concepção de mundo, em compartimento estanque, mas a partir da unidade do campo da luta de classes, isto é, a partir da relação concreta das diversas classes em luta no interior da qual funciona a dominação de classe" (51). Nesse sentido, são inúmeras as possibilidades de apropriação de elementos ideológicos (inclusive de elementos da ideologia nacional) pelas distintas classes sociais, o que implica a necessidade de analisar concretamente suas lutas em cada conjuntura de uma formação social.

Laclau tem plena razão ao afirmar que as classes sociais não possuem "forma necessária de existência nos níveis ideológico e político" (52), embora haja determinação de classe das superestruturas (53). Logo - diz ele - "não é possível pensar a existência de classes nos níveis político e ideológico por meio de um processo de redução" (54).

O problema consiste em concluir que, como certos elementos ideológicos são articulados aos discursos de diferentes classes sociais, ele não provém de um campo ideológico estruturado e - mais especificamente - estruturado a partir de determi-

nações de classe. Em outros termos, o problema consiste na indeterminação do próprio campo da luta de classes em uma formação social, principalmente na indeterminação do campo da luta ideológica de classes. Dessa forma, desestrutura-se o próprio campo da ideologia dominante, dissolvendo-o em elementos apropriáveis por qualquer das classes em luta.

Para examinar esta questão mais de perto, retomemos as especificações do conceito de variante ideológica, que se refere - como foi dito - às diferentes modalidades de apropriação da ideologia dominante (no caso, a ideologia nacional), vista como dimensão estrutural de um modo de produção (no caso, o capitalista).

O recurso ao conceito de variante implica a consideração, no mesmo movimento, das estruturas e das lutas de classes - em outros termos, do "lugar" e da "força" - em sua relação dialética. Isso nos leva a apreender a contradição que constitui o próprio proletariado, ou seja, a contradição entre o proletariado como lugar e como tendência, como polo simetricamente oposto a um outro na mesma estrutura e como tendência à subversão dos lugares da estrutura.

Essa dialética entre sistema e anti-sistema está presente nas práticas do proletariado, inclusive em suas lutas ao nível ideológico e seu exame exigiria a análise concreta das diversas modalidades de presença do proletariado como força social na luta ideológica. Em termos gerais, pode-se afirmar que quanto menor é o impacto de sua constituição como força social distinta sobre aquele nível, maior é a presença de elementos da ideologia

nacional em seu discurso ideológico. Reciprocamente, a presença desses elementos atenua-se na medida em que se intensifica o processo de constituição ideológica do proletariado.

É desnecessário enfatizar que o oposto ocorre em relação à burguesia. Quanto mais organizada, maior a presença de elementos da ideologia nacional em seu discurso ideológico, os quais adquirem, assim, maior sistematicidade. Isso não significa que o discurso ideológico de cada uma das frações burguesas coincide, em cada conjuntura, com o discurso ideológico burguês em seu maior grau de estruturação.

É verdade que não se pode pensar a existência das classes ao nível ideológico por meio de um processo de redução. Mas esta restrição deve ser qualificada, de modo a não lhe atribuímos mais sentido do que ela contém.

Ela é correta porque a contradição constitutiva do proletariado (tendência e lugar) determina - como se viu - uma gama variada de possíveis presenças efetivas ao nível ideológico. Mas, por outro lado, esse campo de possibilidades, que fundamentalmente é aquele no qual transcorre a luta ideológica de classes, não é um terreno plano, onde os diferentes antagonistas podem ocupar qualquer posição. Ele se estrutura de um certo modo, determinando limites diferenciados à apropriação de elementos da ideologia dominante. É isso que possibilita - mesmo sem o recurso a um processo de redução - que a análise se refira às tendências ideológicas de classe. Estas - para usar os termos de Laclau - determinam modos específicos de (e, logo, limites à) apropriação dos elementos da ideologia burguesa pelo proletariado. São esses aspectos

diferenciais das variantes proletária e burguesa da ideologia nacional que o autor, ao simetrizar as contradições de classe, termina por obscurecer.

Vejamos como Laclau se refere especificamente à questão do nacionalismo. "Será ele uma ideologia feudal, burguesa ou proletária? Considerado em si mesmo - responde o autor - ele não possui conotação de classe. Esta deriva de sua articulação específica com outros elementos ideológicos. Uma classe feudal, por exemplo, pode ligar o nacionalismo à manutenção de um sistema hierárquico-autoritário de tipo tradicional - basta que se pense na Alemanha de Bismarck. Uma classe burguesa pode ligar o nacionalismo ao desenvolvimento de um Estado-nação centralizado em luta contra o particularismo feudal e ao mesmo tempo apelar para a unidade nacional como um meio de neutralizar os conflitos de classe - pensemos no caso da França. Finalmente, um movimento comunista pode denunciar a traição pelas classes capitalistas de uma causa nacionalista e articular nacionalismo e socialismo em um único discurso ideológico" (55).

Note-se que, no próprio exemplo oferecido por Laclau, somente no caso do movimento orientado para a revolução proletária o antagonista explicitamente nomeado é uma classe (a burguesia), colocando-se, necessariamente, o objetivo de - a maior ou menor prazo, eliminá-la como classe. O discurso ideológico burguês, ao contrário, não explicita o antagonismo (mas a unidade essencial) entre burguesia e proletariado. Em um caso como no outro, os impedimentos devem-se aos limites estruturais à articulação da ideologia nacional pelo proletariado e ao questionamento dessa ideologia pelas diversas frações burguesas.

Laclau não apenas ignora a distinção entre a ideologia nacional e suas distintas-variantes como toma o resultado do processo de apropriação desta ideologia como uma condição do próprio processo. Isso acontece quando ele conclui - a partir da afirmação correta de que na luta ideológica de classes ocorre um processo de articulação - que se determinados elementos ideológicos são articulados é porque não possuem determinação de classe.

Ocorre aqui - como se fosse uma ilusão de ótica - um processo de inversão típico da ideologia burguesa. Não é porque são articuláveis que aqueles elementos são "no-class". Ao contrário, é no processo de sua articulação que adquirem a aparência de não possuírem essa determinação. Laclau considera-os - corretamente - abstratos, embora não se interrogue sobre o processo de abstração deles.

No que se refere ao nacionalismo (e a um caso particular dele, o nacionalismo), tal pergunta remete-nos necessariamente à estrutura do discurso ideológico burguês. Em outros termos, os elementos da ideologia nacional, antes de serem abstratos, são abstraídos. É o processo de sua abstração que os torna abstratos, conferindo-lhes a aparência de "no-class". Reciprocamente, "elementos" do discurso (tendencial) proletário são articulados - de modo subordinado - ao discurso ideológico burguês.

Como diz Lenin, em uma célebre passagem (igualmente citada por Laclau e Poulantzas), se "cada cultura nacional comporta elementos, ainda que não desenvolvidos, de uma cultura democrática e socialista...em cada nação existe igualmente uma cultura burguesa... não somente no estado de 'elementos', mas sob a forma de uma cul-

tura dominante" (56).

Se o igualitarismo de massa tanto pode ser "recuperado", de um modo ou de outro, pela ideologia (sobretudo jurídica) burguesa - ou mesmo, como se viu, neutralizado por uma ideologia escravista - como direcionado no sentido da coletivização dos meios de produção, certos grupos sociais apresentam uma predisposição específica para se sensibilizarem com a ideologia nacional. Refiro-me aos chamados "setores médios" (pequena burguesia e classe média) e à burocracia de Estado. Esses dois setores têm demonstrado uma capacidade peculiar para dirigir o igualitarismo de massa no sentido do nacionalismo, conferindo-lhes feição mais acentuadamente de esquerda ou de direita, segundo as conjunturas concretas.

Na origem dessa predisposição dos "setores médios" é provável que esteja a tendência ao que Lenin denominou "fetichismo do poder". Como diz Poulantzas (57), devido ao isolamento econômico e a sua aproximação/oposição à burguesia e ao proletariado, tais setores tendem a produzir a representação de um Estado neutro; tão neutro como eles próprios se imaginam em relação aos polos extremos: a burguesia - "a grande riqueza", "os monopólios" - e o proletariado. Nesse sentido, tendem a ver o Estado burguês como o "seu" Estado, a única entidade com poder suficiente para, em nome do interesse geral, conter, de um lado, a força dos grandes capitalistas e, de outro, a subversão social. Aí reside o ponto comum ao jacobinismo, fascismo e populismo: a crença nos poderes absolutos do Estado burguês, visto como a encarnação por excelência da soberania do povo-nação, crença que frequentemente se manifesta de forma negativa, por meio do ressentimento diante do fato de o Estado burguês não corresponder

a essa imagem. Em qualquer dos casos, manifesta-se a demanda para que o Estado corresponda à ideologia que o representa como uma entidade que se situa acima dos interesses das distintas classes sociais.

No que se refere especificamente à classe média das sociedades capitalistas, ou seja, o "conjunto dos...trabalhadores predominantemente não-manuais", ocorre uma predisposição ideológica para representar a hierarquia capitalista do trabalho como derivada da desigual distribuição de "dons" e "méritos" entre os indivíduos. Essa tendência ideológica, ao mesmo tempo em que se choca com o modo de organização pré-burguês do aparelho de Estado (negação da qualidade de sujeito jurídico ao produtor direto e o correlato monopólio dos postos do aparelho de Estado pela classe dominante são incompatíveis com o meritocratismo), cria um forte obstáculo à produção de condições mínimas sobre as quais venha a se constituir o exercício do poder político pelos produtores diretos (53).

Nesse sentido, as predisposições ideológicas da classe média apontam para um Estado burguês, sob as mais variadas formas, as quais dependem das posições político-ideológicas assumidas em cada conjuntura. Logo, a classe média tende, na luta ideológica, para algum tipo de nacionalismo.

Nas isso não significa que todas as frações da classe média assumem, em cada conjuntura, uma postura nacionalista.

No caso brasileiro, por exemplo, a classe média tradicional voltou-se, desde as primeiras décadas do século XX até o início dos anos 60, para uma posição político-ideológica subordinada à

assumida pela fração mercantil-financeira da burguesia, justamente aquela cujos interesses mais coincidiam com os do capital imperialista. Por outro lado, a baixa classe média viria a ser, no mesmo período, a principal base de apoio daqueles movimentos que se expressavam ideologicamente por meio de um nacionalismo que clamava pelo reforço das estruturas de um Estado cuja legitimidade era diretamente associada ao sucesso de sua política de industrialização capitalista dependente (59). Aos olhos deste nacionalismo - ou seja, desta apropriação/questionamento da ideologia nacional - o nacionalismo da alta classe média (e dos setores mercantis-financeiros) representava a anti-nação dentro da própria nação (60).

Em seguida a uma análise sistematizada do modo de organização da burocracia do Estado burguês, Décio Saes procura distinguir os aspectos específicos da ideologia deste grupo social. Segundo o autor, o burocratismo não só "define o interesse político particular da burocracia", ou seja, "manutenção e expansão do despotismo do Estado burguês", como é o tipo por excelência da ideologia nacional. A burocracia de Estado tende a se ver como o único grupo isento de interesses particularistas e, portanto, capacitado a representar o conjunto dos nacionais (61).

Os alcances e limites do impacto dessa variante da ideologia nacional sobre a conjuntura dependem das relações entre as classes e, particularmente, da capacidade de setores da burocracia estatal de constituírem uma força social. Capacidade que, aliás, se manifestou ao longo da revolução burguesa no Brasil, quando a média oficialidade do exército imperial, articulada à classe mé-

dia (da qual provinha a maioria dos seus quadros), chegou a dirigir o movimento abolicionistas e republicano que liquidou com a ordem política pré-capitalista que se estruturava em torno do Estado imperial (62).

Da mesma forma, durante o chamado período populista no Brasil, setores da burocracia de Estado atuaram como uma verdadeira força social, lutando pela implementação de políticas voltadas para o aprofundamento do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Como esta política se chocava com os interesses da fração mercantil-financeira e de capitais imperialistas, estes e aquele comprometidos com a manutenção do velho modelo de dependência, aqueles setores da burocracia estatal vieram a constituir o principal "suporte" do nacionalismo populista (63).

Do exposto, pode-se concluir pela extrema complexidade dos vínculos entre ideologia nacional e democracia, complexidade que está na origem de alguns equívocos sobre essa questão.

O principal deles expressa-se na hipótese de que a democracia é uma implicação necessária da ideologia nacional. Tal hipótese pode ser encontrada nos mais distintos contextos teóricos. No interior da tradição weberiana, ela pode adquirir versões "economicista" (ideologia nacional = eco do igualitarismo da sociedade industrial) ou "politicista" (as lutas das classes baixas, no século passado, na Europa Ocidental, visavam fundamentalmente "negociar" a cidadania política e, mais tarde, a cidadania "social"). Esta segunda hipótese pode ser encontrada mesmo em formulações que, de um modo ou de outro, se inspiram no marxismo.

Em contrapartida, minha análise apoia-se nas teses de que as democracias (burguesas) originárias foram o resultado in-

previsto de lutas populares impulsionadas principalmente pelo igualitarismo sócio-econômico e não pela reivindicação explícita de cidadania política (64).

A identificação de democracia e ideologia nacional supõe que a legitimidade do Estado capitalista só se realiza na democracia, o que, evidentemente, é um postulado (tardio) liberal burguês. Mas nacionalismo liberal burguês não é o nacionalismo, mas uma forma específica de encenação da soberania nacional. Forma que - como se viu - em seus primórdios, não supunha necessariamente sequer o sufrágio universal. Daí o rígido caráter antiassociaçãoístico do Estado burguês liberal clássico (65).

De resto, a hostilidade da burocracia estatal capitalista frente à atividade partidária tende a ocorrer seja nos países de revolução burguesa originária, seja nos de revolução burguesa "tardia", independentemente do caráter mais ou menos liberal das ideologias que orientam os atores sociais nesses processos.

O importante é destacar a extrema regularidade com que se rejeita a liberdade de organização partidária em nome da unidade nacional. Para Robespierre - na linha direta de Rousseau - os partidos sacrificavam o interesse geral, assim como, segundo Saint-Just, enfraquecia a soberania popular. Em uma vertente mais conservadora, o mesmo argumento de defesa da unidade nacional seria esgrimido pela Lei Le Chapelier (1791), que suprimia qualquer forma de associação política (e sindical).

A democracia burguesa só se institucionalizou historicamente - como, de resto, só se institui como forma relativamente estável do Estado capitalista - sobre a base de um amplo consenso acerca das relações sociais básicas desse modo de produção. O que,

aliás, Marx já havia percebido no bojo das revoluções de 1848: "A 10 de março o sufrágio universal declarou-se diretamente contrário à dominação burguesa; a burguesia respondeu pondo fora da lei o sufrágio universal" (66). Ele já havia observado que, em qualquer democracia burguesa, dispositivos constitucionais conferem à burocracia estatal faculdades ilimitadas - inclusive para suspender as liberdades políticas - caso a propriedade privada esteja em risco. Nesse sentido, a democracia burguesa, mais do que garantida pelo parlamento e por um forte sistema partidários (como dizem os liberais pluralistas), depende fundamentalmente de um certo estado das lutas de classes, estado do qual aquele regime é a expressão institucional. Em outros termos, ela expressa, simultaneamente, a força e fraqueza do movimento operário e popular. Força para conquistar concessões políticas da classe dominante. E fraqueza no sentido de que tais conquistas não extrapolam os limites definidos pelo modo de produção capitalista.

Pode-se, portanto, afirmar a existência de um vínculo estrutural entre ideologia nacional e democracia distinto daquele que expressaria uma implicação necessária. A ideologia nacional é condição de possibilidade da democracia burguesa. Nesse sentido, a afirmação (de Hobsbawn (67)) de que o nacionalismo (da segunda metade do século XIX) foi um subproduto da democratização deve ser qualificada, pois decorre da indistinção, na obra deste autor, entre ideologia nacional e nacionalismo.

Se quisermos recorrer aos termos utilizados por Hobsbawn, poderemos afirmar que a democratização (burguesa) é, sempre que ocorre, um "subproduto" do nacionalismo, pois é este que assegura o mínimo patamar de igualdade e comunidade sobre o qual pode (ou não) se

constituir a aquisição de direitos políticos pelas massas populares nos quadros da ordem burguesa. Como dizia Lord Balfour, referindo-se aos partidos políticos, "a máquina política pressupõe um povo tão fundamentalmente unânime que aqueles que dele fazem parte podem, com toda a segurança, permitir-se altercar" (68).

2.2. Ideologia nacional e nacionalitarismo

Finalmente, uma breve menção a um outro vínculo entre nacionalismo e democracia. Trata-se do conteúdo democrático geral presente em lutas de grupos que se identificam como nacionalidades oprimidas. É para este "elemento", que - como se sabe - foi detectado por Lenin e desempenhou um papel importante para os delineamentos da política de defesa do direito à autodeterminação, que reservo a designação de "nacionalitarismo".

Atribuo ao termo um significado distinto daquele que lhe é conferido por Abdel-Malek em suas, sob muitos aspectos, notáveis análises dos movimentos nacionais. A diferença origina-se da tendência de Abdel-Malek para absolutizar essa dimensão abstrata do nacionalismo das "nações" oprimidas, o que resulta na distinção mecânica entre nacionalismo e fenômeno nacionalitário. O primeiro, de acordo com o autor, evocaria, no que se refere à história política da Europa, "duas ordens de coisas: uma, negativa, como a rejeição do diferente, o fechar-se sobre si mesmo, a negação do universalismo; outra, mais diretamente ativista, como os litígios de fronteira e os objetivos expansionistas, fontes de guerras européias durante quatro séculos". Já "o fenômeno nacionalitário é aquele no qual a luta contra as potências imperialistas de ocupação fixa-se como objetivo... a reconquista do poder decisório em todos os aspectos

da vida nacional, prelúdio da reconquista da identidade que está no centro de toda obra de renascimento empreendida a partir de aspirações nacionais fundamentais..."(69).

Dessa forma, Abdel-Halek não apenas absolutiza um "elemento" da luta das "nações" oprimidas como, em seguida, passa a considerá-lo como definidor de uma fase da luta que elas empreendem para recuperar sua identidade. Desnecessário insistir que na base desse procedimento está um ontologismo que trata a nacionalidade como algo essencialmente homogêneo ao longo de períodos históricos muito distintos. Esse anacronismo contribui para turvar o que seriam fecundas sugestões acerca da importância das diferentes formas pelas quais os movimentos nacionalistas se apropriam do passado histórico.

Todavia, para a presente discussão, é importante destacar um outro aspecto que fica obscurecido pelas teorizações de Abdel-Halek. Trata-se do duplo caráter de toda luta nacional, presente naquilo em que ela, ao apontar para a constituição de uma nova estrutura jurídico-política (burguesa), se volta para a articulação de um igualitarismo específico (o igualitarismo nacional) a um novo tipo de dominação (capitalista) de classe.

O nacionalitarismo, ou seja, este componente democrático da luta da nacionalidade que se constitui como oprimida, não necessariamente coincide com os elementos democráticos internos à luta dos dominados. Essa articulação é uma possibilidade - uma outra é o nacionalitarismo burguês tout court - cuja realização depende da correlação político-ideológica das forças em luta. Em suma, como em qualquer tipo de nacionalismo de "nação" oprimida (ou seja, de uma determinada apropriação "de crise" da ideologia nacional), existem

variantes do nacionalitarismo.

A defesa do direito à autodeterminação considerava a questão nacional como essencialmente integrante da questão democrático-burguesa sob um duplo aspecto. No âmbito "interno, luta pela dissolução das relações sociais pré-capitalistas e conquista das liberdades políticas pelas classes populares; no "externo", luta pela autodeterminação nacional, isto é, pela constituição de um Estado "próprio".

Tratava-se, portanto, de uma análise que privilegiava as relações especificamente político-ideológicas nos limites do modo de produção capitalista, evitando, assim, um curto-circuito entre elas e as relações de produção. Em outros termos, da mesma forma que o igualitarismo dos nacionais não suprime - ao contrário, reproduz - a "desigualdade" em outras esferas das relações sociais, a defesa do direito à constituição de Estado próprio visava contemplar a outra face da ideologia (sobretudo jurídico-política) nacional, para cuja estruturação aponta a revolução burguesa: o máximo de extensão do igualitarismo burguês ao âmbito das relações internacionais.

Não se tratava - ao contrário do que muitos supunham - de confundir Estado próprio com simetria dos lugares ocupados pelas formações sociais no processo de reprodução do capitalismo a nível mundial. Tratava-se, ao contrário, de, no interior de uma estratégia que avaliava a revolução socialista internacional como iminente, a ela articular os processos de revolução burguesa que se renunciavam. Tratava-se, em suma, de integrar o nacionalitarismo aos demais componentes democráticos da revolução burguesa e imprimir a este processo um sentido favorável à revolução socialista. Produ-

ziu-se - evidentemente em um outro contexto - uma resposta distinta a uma questão análoga àquela sobre a qual Marx e Engels se debruçaram nos idos de 1848: a da articulação da questão nacional com a luta socialista internacional.

Todavia, se, por um lado, a defesa da autodeterminação contemplava as dimensões especificamente político-ideológicas, a análise mais sistemática do novo estágio da reprodução do capitalismo a nível mundial teve-se - como se sabe - sobretudo ao nível econômico. Assim, não foi contemplada a possibilidade de emergência de um novo tipo de "questão nacional": aquela que se constitui em formações sociais estatais que ocupam posição subordinada no interior da divisão internacional do trabalho (70).

Neste caso, não se trata do questionamento da legitimidade da ordem política via constituição de Estado próprio (pois ele já existe), nem do conjunto da dominação capitalista em seu novo estágio, o que levaria à luta contra esta dominação tanto no que se refere ao âmbito "interno" como ao "externo" da formação social. Trata-se aqui do questionamento da posição subordinada da formação social pelo ângulo da representação de um "deficit" de soberania do Estado, o qual passa a ser visto como incapacitado de expressar a vontade soberana da comunidade nacional. Em outros termos, forças sociais das formações "dependentes" podem produzir a representação daquela posição subordinada como perda da capacidade de autodeterminação do Estado (71). Novamente, o recurso ao igualitarismo burguês - agora na esfera das relações internacionais - articula-se (reproduzindo) à dominação capitalista.

Nesse sentido, a própria noção de "dependência", tal como foi teorizada por diversos autores contemporâneos, só preencheu de

maneira ambígua a lacuna existente entre a análise do imperialismo e a das questões nacionais. Pois se, de um lado, "dependência" alude às posições diferenciadas das formações sociais na reprodução do sistema capitalista ao nível internacional, por outro lado, encara essas distintas inserções pela ótica da soberania do Estado-nação, reproduzindo, desta forma, a própria ideologia nacional (72). Aqui também se expressa um nacionalitarismo, na medida em que movimentos informados por esta ideologia apresentam, de um modo ou de outro, aquele conteúdo democrático geral referido acima.

A questão é - mais uma vez - como integrar o nacionalismo à luta democrática no interior da formação social e, ao mesmo tempo, conferir a esta luta um sentido socialista. Uma possibilidade oposta é, por exemplo, a de o nacionalitarismo, no bojo de um conflito militar voltado para a exorcização de antagonismos sociais internos, materializar-se como uma espécie de - parafraseando Bebel - "antiimperialismo dos tolos". Em suma, revolução nicaragüense e guerra das Malvinas foram dois casos bastante distintos de manifestação do nacionalitarismo.

CONCLUSÃO

Ao se referir criticamente a Ernest Gellner, Benedict Anderson nega que a nação seja uma comunidade inventada. Comunidades - diz este último autor - não devem ser distinguidas como falsas ou autênticas, "mas pelo estilo em que são imaginadas" (1). A crítica é correta, no mínimo porque evita uma abordagem demasiado teoricista das ideologias. Falta entretanto, uma referência mais precisa ao que a "imaginação nacional" oculta.

O objetivo deste trabalho foi contribuir para o estudo dos nexos de ocultação/constituição por intermédio dos quais a ideologia nacional se insere no entrelaçamento das estruturas do modo de produção capitalista. Tal exame é, a meu ver, um passo teórico indispensável para a análise das várias modalidades de realização dessa ideologia em formações sociais concretas. A partir dele, é possível superar as tentativas de análise do fenómeno nacional que (em suas distintas vertentes) supõem uma anterioridade lógica ou histórica da comunidade nacional frente ao Estado (capitalista). Dessa forma, abre-se caminho para uma abordagem alternativa àquela que ontologiza a comunidade nacional e a apresenta como independente da (e, não poucas vezes, prévia à) estruturação de um Estado cuja existência, aliás, assinalaria o pleno desabrochar da primeira.

Nesse sentido, a reviravolta teórica efetuada por Nicos Poulantzas foi fecunda ao apontar, no interior de uma concepção materialista da história, para o papel do Estado burguês na constituição da ideologia nacional, ao mesmo tempo em que detectava os vínculos entre este papel e a natureza específica das relações de produção capitalistas. É a partir daí que julgo possível pensar a nação como um

tipo particular de representação de uma comunidade inclusiva.

Dessa perspectiva, também considero possível fazer a crítica de certas abordagens que, embora mais atentas à dimensão ideológica da realidade nacional, apresentam-se ou de um modo reducionista (nação: expressão das relações mercantis; da consciência da classe dominante; da sociedade industrial) ou por meio de uma indeterminada referência a um certo estilo de imaginação de uma comunidade cujos nexos com o capitalismo, embora sejam aludidos, não chegam a ser desvendados (2).

Em contrapartida, procuro explorar a hipótese acerca da existencia de um vínculo indissolúvel entre nação e capitalismo, na medida em que se trata, aqui, de um tipo especial de "imaginação" de uma comunidade de iguais que se articula - e, ao seu modo, reproduz - a determinadas relações de dominação de classe.

Como se viu, tal hipótese implica, no que se refere ao exame das contribuições teóricas de Marx, um redirecionamento do foco. Ela orienta uma certa análise crítica dos textos que a maioria dos estudiosos considerou estratégicos para uma abordagem marxista da ideologia nacional e, em consequência, também orienta o questionamento teórico das posições assumidas por esses autores frente aos referidos textos. Por outro lado, a ênfase que, neste trabalho, é conferida às indicações teóricas de O Capital não significa considerá-lo a única obra de Marx passível de contribuir para a análise do tema em questão.

Mesmo sem pretender exaurir as contribuições de O Capital para essa análise, parece-me que ela consiste fundamentalmente na

reconstituição do percurso da categoria de "proprietário" - e da correlata de "sujeito" - que, ao se estender para o conjunto das relações sociais, possibilita, por meio da indiferenciação entre direito de propriedade e relações de propriedade, a ancoragem da representação de uma comunidade soberana de indivíduos-sujeitos essencialmente iguais.

A partir daí, considero possível formular algumas hipóteses gerais acerca dos diferentes processos de apropriação social dessa ideologia, o que implica, a meu ver, redefinições de caráter conceitual como as que fiz, a título meramente indicativo, no terceiro capítulo. Uma e outras, na medida em que fizerem sentido, poderão ser úteis para análises mais concretas de questões nacionais.

NOTAS

Introdução

1. Por exemplo, a partir de distintas perspectivas teóricas, Leopoldo Mármora, El Concepto Socialista de Nación, México, Pasado y Presente, 1986; Ernest Gellner, Nations and Nationalism, Oxford, Basil Blackwell, 1983; e Benedict Anderson, Nação e Consciência Nacional, São Paulo, Ática, 1989.
2. Nicos Poulantzas, Pouvoir Politique et Classes Sociales, Paris, Maspero, 1972.

Capítulo 1

1. Karl Kautsky, "Nacionalidade y internacionalidad", in Richard Calwer et al., La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial, México, Pasado y Presente, 1978, vol. 2, p. 122.
2. René Galissot, "Le stalinisme et la nation en Europe de l'Est", Politique Aujourd'hui, 5/6, 1979, p. 82.
3. Perry Anderson, Sur le Marxisme Occidental, Paris, Maspero, 1977, p. 157.
4. Georges Haupt e Claudie Weill, "Marx y Engels frente al problema de las naciones", in K. Marx e F. Engels, La Cuestión Nacional y la Formación de los Estados, México, Pasado y Presente, 1980, p. 8.
5. L. Marmorá, op. cit., p. 88.
6. N. Poulantzas, L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme, Paris, PUF, 1978.
7. Maxime Rodinson, "El marxismo y la nación", in M. Rodinson, Sobre la Cuestión Nacional, Barcelona, Anagrama, 1975, p. 39.
8. Roman Rosdolsky, Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos "sin Historia": la cuestión de las nacionalidades en la revolución de 1848-1849 a la luz de la "Neue Rheinische Zeitung", México, Pasado y Presente, 1980, p. 121.
9. L. Marmorá, op. cit., p. 88.
10. A citação é feita por Renato Levbrero, Nación, Metrópoli y Colonias en Marx y Engels, Barcelona, Anagrama, 1975, p. 12.

11. Ver, a esse respeito, carta de Marx a Kugelmann, 29.11.1869, in G. Haupt, C. Weill e M. Lowy (orgs.) Les Marxistes et la Question Nationale (1848-1914), Paris, Maspero, 1974, ps. 97-100.
12. R. Levrero, op. cit., ps. 29 e ss..
13. Id., p. 45.
14. Id., ps. 45-6.
15. Id., p. 46.
16. L. Marmorá, op. cit., p. 13.
17. Para reconstituir a estratégia revolucionária de Marx e Engels no período, além de me apoiar na leitura dos textos de ambos, recorro a diversos estudiosos da questão, principalmente Fernando Claudin, Marx, Engels y la Revolución de 1848, Madrid, Siglo Veintiuno, 1975; Erik Molnár, La Politique d'Alliances du Marxisme (1848-1889), Budapest, Akadémiai Kiadó, 1967; David Riazanov, Marx-Engels e a História do Movimento Operário, São Paulo, Global, 1984; Étienne Balibar, Cinco Ensayos de Materialismo Histórico, Barcelona, Laia, 1976 (especialmente caps. 1 e 2); além dos citados R. Rosdolsky, L. Marmorá e R. Levrero.
18. K. Marx e F. Engels, Manifesto do Partido Comunista, São Paulo, Escriba, 1968, ps. 61-2.
19. Id., p. 62.
20. Id., p. 47.
21. Id., p. 24.
22. Id., p. 27.
23. Id., p. 54.
24. Id., p. 42.
25. Id., ps. 46-7.

26. F. Claudin, op. cit., p. 41.
27. Recorro à tradução publicada em K. Marx e F. Engels, Manifesto do Partido Comunista, Petrópolis, Vozes, 1988, ps. 128-30.
28. Id., p. 129.
29. F. Claudin, op. cit., p. 84.
30. Id., p. 411.
31. K. Marx e F. Engels, op. cit., p. 128.
32. K. Marx, "Montesquieu LVI", 2ª parte, apud Claudin, cit., p. 191. O texto completo pode ser encontrado em K. Marx e F. Engels, La Nouvelle Gazette Rhénaine (Neue Rheinische Zeitung), doravante NGR, vol. II, Paris, Éditions Sociales, 1969, ps. 329-336. O trecho citado está nas ps. 329-330 (grifos de Marx).
33. Consultar, por exemplo, F. Claudin, op. cit., p. 33. Um exame sistemático das sucessivas redefinições do papel da guerra na estratégia política de Marx e Engels pode ser encontrado em E. Molnár, op. cit..
34. K. Marx, "Le mouvement révolutionnaire". NGR nº 184, 1.1.1849, vol. II, ps. 280-3. Os trechos citados estão nas ps. 282-3.
35. F. Engels, "La défaite des Piémontais", NGR, vol. III, ps. 212-220. Sob o mesmo título estão reunidos três artigos de Engels, publicados nos números 260, 261 e 263 do jornal. O trecho citado (do segundo artigo) está nas ps. 214-5.
36. F. Engels, "El movimiento del año de 1847", Deutsche Brusseler Zeitung, apud Claudin, cit., p. 15.
37. F. Engels, "Le débat sur la Pologne à Francfort", NGR nº 81, 20.8.1848, vol. I, ps. 405-9. Sob o mesmo título, estão reunidos nove artigos de Engels, publicados entre 7.8 e 7.9 de 1848. O trecho citado é do terceiro artigo da série.

38. Esse ponto de vista é insistentemente defendido por E. Hobsbawn em, por exemplo, "Nacionalismo e marxismo", in Jaime Pinsky (org.) Questão Nacional e Marxismo, São Paulo, Brasiliense, 1980, ps. 195-7.
39. Em 1866, Engels publicou três artigos sobre a questão polonesa, nos números 159, 160 e 165 de The Commonwealth (24 e 31 de março e 5 de maio). A série pode ser consultada em K. Marx e F. Engels, La Cuestión..., cit., ps. 241-250. Refiro-me aqui ao segundo artigo (ps. 244-7). Os dois primeiros trechos aspeados estão na p. 245; os demais, na p. 246.
40. Trata-se agora do último artigo da série mencionada na nota anterior. O trecho citado está na p. 248.
41. F. Engels, "Revolución y contrarrevolución en Alemania", in K. Marx e F. Engels, La Cuestión..., cit., ps. 158-9.
42. F. Engels, "La politique étrangère allemande et les derniers événements de Prague", NGR nº 42 (12.7.1848), vol. I, cit., p. 260, grifos no original.
43. F. Claudin, op. cit., p. 12.
44. E. Hobsbawn, A Era das Revoluções: Europa (1789-1848), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 153.
45. Id., p. 154.
46. K. Marx, "Victoire de la contre-révolution a Vienne", NGR, vol. II, ps. 94-97. O artigo foi publicado no número 136 (7.11.1848) e o trecho citado está na p. 95 (grifos no original).
47. F. Engels, "Revolución y contrarrevolución...", cit., p. 153. Claudin incorpora a análise de Engels. Cf. F. Claudin, op. cit., ps. 161-2.

48. E. Hobsbawn, A Era das Revoluções..., op. cit., p. 153.
49. R. Rosdolsky, op. cit., p. 152.
50. Id., p. 151.
51. Id., ps. 151-2.
52. Id., ps. 148-9 e passim.
53. F. Engels, "La lutte des magyars", NGR nº 194 (13.1.49), vol. II, cit., pas. 299-312, trecho citado está na p. 302.
54. Id., p. 300.
55. Id., p. 301.
56. Id., ib..
57. Id., p. 304.
58. Id., p. 305.
59. Id., p. 307.
60. F. Engels, "Revolución y contrarrevolución...", cit., p. 159.
61. Id., p. 161.
62. F. Engels, "La lutte des magyars", cit., p. 308.
63. O. Bauer, La Cuestión de las Nacionalidades y la Social Democracia, México, Siglo Veintiuno, 1979, p. 192.
64. Esta questão não seria de todo ignorada por Engels que, inclusive, expressou uma avaliação otimista acerca do caráter socialmente progressista do movimento nacional húngaro. Respondendo à acusação feita pela Kölnische Zeitung de que os democratas alemães (NGR inclusa) apoiavam uma casta de grandes nobres magiares que oprimiam o povo, Engels, após observar que os grandes aristocratas, ao contrário de dirigir a luta magiar, passaram para a contra-revolução e mencionar a situação de pobreza da maior parte dos nobres húngaros (e poloneses), afir-

mou que "a Hungria (era) o único país onde, após a revolução de março, as cargas feudais deixaram, legal e praticamente, de existir". F. Engels, "De la lutte des magyars par la Kölnische Zeitung", NGR, vol. III, cit., ps. 102-108 (trecho citado está na p. 103). Endossando implicitamente a análise de Engels, Molnár afirma que "na Hungria...o combate pela independência nacional coincidia com o progresso social". Rosdolsky, por sua vez, acentua o aspecto nacionalmente opressivo da política de Kossuth, assim como enfatiza o caráter tardio da concessão da igualdade de direito a todos os habitantes da Hungria, concessão que, inclusive, teria sido oposta à "intransigente atitude da NGR". Respectivamente, E. Molnár, op. cit., p. 61, e R. Rosdolsky, op. cit., ps. 33 e ss. e 85.

65. Apud R. Rosdolsky, op. cit., p. 71. Três anos antes, Engels já havia emitido uma avaliação menos favorável ao papel revolucionário da nobreza alemã nas insurreições de 1830, quando ela, devido ao interesse em manter seus privilégios de classe, teria se revelado incapaz de atrair o campesinato. F. Engels, As Guerras Camponesas na Alemanha, Lisboa, Presença, 1975, p. 100.
66. F. Engels, "La lutte des magyars", cit., p. 303, grifos dele.
67. F. Engels, "Le débat sur la Pologne...", cit., p. 391. Trata-se do primeiro artigo da série, publicado na NGR nº 70 (9.8.1848).
68. Id., p. 392.
69. Id., p. 406. Trata-se agora de artigo publicado no nº 81 da NGR.
70. Id., ps. 406-7.

71. Ver, por exemplo, artigo da mesma série publicado no nº 93 (3.9.1848) da NGR. Na edição citada, ps. 429-35, especialmente p. 432.
72. F. Engels, "La lutte des magyars", cit., p. 303.
73. E. Hobsbawn, "Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo", in E. Hobsbawn (org.), História do Marxismo, vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 332.
74. Id., p. 330.
75. Distintos movimentos nacionais apresentam, em cada momento, capacidades diferenciadas de nuclear processos de constituição de um Estado nacional. Além do mais, nada garante - pelo contrário - que cada agrupamento étnico se disponha (ou mesmo aspire) a tal empreendimento. A esse respeito, ver as considerações que Gellner, a partir de uma outra perspectiva teórica, faz sobre a "fraqueza do nacionalismo". E. Gellner, op. cit., ps. 43-50.
76. F. Engels, "La lutte des magyars", cit., p. 312.
77. G. Haupt e C. Weill, op. cit., ps. 16-7.
78. Id., p. 13.
79. F. Engels, artigo publicado no número 160 (31.3.1866) de The Commonwealth (ver nota nº 39). Trecho citado está nas ps. 245-6.
80. Solomon F. Bloom, El Mundo de las Naciones: el problema nacional en Marx, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1975, ps. 26-7.
81. Cf. G. Haupt e C. Weill, op. cit., p. 16.
82. D. Saes, "Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado?", Teoria & Política, 5/6, ps. 82-94.

83. Perry Anderson desenvolve uma análise sistemática das diferenças estruturais entre os Estados absolutista e burguês. P. Anderson, L'Etat Absolutiste: ses origines et ses voies, Paris, Maspero, 1978, especialmente vol. I, ps. 15-61.
84. Especialmente, N. Poulantzas, Pouvoir Politique..., op. cit., e Décio Saes, A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Capítulo 2

1. de um ponto de vista epistemológico, essas variantes podem ser remetidas ao par empirismo-essencialismo analisado por Althusser. Ver, por exemplo, deste autor, "Marxismo y humanismo", in La Revolución Teórica de Marx, México, Siglo XXI, 1972, ps. 182-206.
2. N. Poulantzas, respectivamente, Pouvoir Politique et Classes Sociales, Paris, Maspero, 1970; As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, Rio de Janeiro, Zahar, 1975; e L'Etat, le Pouvoir et le Socialisme, Paris, PUF, 1978.
3. Ver, por exemplo, A. V. Pinto, Ideologia e Desenvolvimento Nacional, Rio de Janeiro, ISEB, 1959. Para uma análise do nacionalismo isebiano, ver C. N. Toledo, ISEB: fábrica de ideologias, São Paulo, Ática, 1977, especialmente 3ª parte, e M. S. C. Franco, "O tempo das ilusões", in M. Chauí e M. S. C. Franco, Ideologia e Mobilização Popular, São Paulo, CEDEC, 1978.
4. Cf. N. Poulantzas, Pouvoir..., cit., vol. II, ps. 34-7.
5. O. Bauer, op. cit., especialmente ps. 128 e 142.
6. S. Bloom, op. cit..
7. A literatura sobre o economicismo é vastíssima. Recorro, neste trabalho, a N. Poulantzas, "O problema do Estado capitalista", in N. Poulantzas e R. Miliband, Debate sobre o Estado Capitalista, Porto, Afrontamento, 1975, ps. 8-9.

8. Id., ps. 9-10.
9. N N. Poulantzas, Pouvoir..., cit., ps. 15-16.
10. K. Marx, O Capital, São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol. I, livro 1, p 74.
11. Id., p. 85.
12. Id., p. 62.
13. Id., ib.
14. Id., p. 75.
15. Id., p. 12.
16. Sequer a categoria "salário" intervem ao longo da seção I do livro 1. Ver observação do próprio autor na p. 52.
17. Id., p. 97.
18. I. I. Rubin, A Teoria Marxista do Valor, São Paulo, Polis, 1987, p. 45.
19. K. Kautsky, "La nacionalidad moderna", in E. Bernstein et al. La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial (primera parte), México, Pasado y Presente, 1978, p. 120.
20. E. Mandel, "Nationalité et lutte de classes (debat)". Partisans, apud L. Marmorá, El Concepto Socialista de Nación, México, Pasado y Presente, 1986, p. 89.
21. E. Balibar, "La forme nation: histoire et idéologie", in E. Balibar e I. Wallerstein, Race, Nation, Classe: les

- identités ambiguës, Paris, La Découverte, 1988, ps. 117-43, trecho aspeado ps. 120-1.
22. Id., p. 122.
23. O próprio Weber referia-se ao "capitalismo", conceituado à sua maneira, para especificar a "sociedade moderna", mas suas perspectivas de análise influenciaram grande parte das teorizações sobre a "sociedade industrial". A esse respeito, A. Giddens, The Nation-State and Violence, Cambridge, Polity Press, 1987, ps. 123 e ss..
24. Ver, por exemplo, a coletânea de ensaios de D. Gellner, Nacionalismo e Democracia, especialmente "As raízes sociais do nacionalismo e a diversidade de suas formas". Brasília, Universidade de Brasília, 1981. O trecho citado é da p. 88.
25. Id., ib..
26. Id., ib..
27. R. Bendix, Estado Nacional y Ciudadanía, Buenos Aires, Amorrortu, 1974, p. 17.
28. Id., p. 14.
29. A esse respeito, ver, por exemplo, C. Bettelheim, A Transição para a Economia Socialista, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, especialmente ps. 13-37, e As Lutas de Classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, especialmente ps. 40-54.
30. N. Poulantzas, "Marx y el derecho moderno", in Hegemonía y Dominación en el Estado Moderno, Córdoba, Pasado Y Presente, 1973, ps. 135-61, e Pouvoir..., cit.. As bases dessas teorizações de Poulantzas encontram-se em Althusser.

31. E. B. Pasukanis, La Théorie Générale du Droit et le Marxisme, Paris, EDI, 1976, p. 104.
32. Id., p. 110.
33. L. Althusser, "El objeto de 'El Capital'", in L. Althusser e E. Balibar, Para Leer El Capital, Buenos Aires, Siglo XXI, 1973, p. 97.
34. Id., ps. 100-101.
35. Althusser sugere que a plena consciência dessa ruptura teria sido principalmente de Engels (cf. prefácio ao tomo 2 de O Capital) e não do próprio Marx. Id., ps. 61 e ss..
36. K. Marx, O Capital, vol. I, livro 1, cit., p. 73.
37. Id., vol. II, liv. 1, p. 128.
38. Id., vol. I, liv. 1, p. 100.
39. Id., ps. 140.
40. Id., ps. 140-1.
41. Id., p. 125.
42. Id., ps. 140-1.
43. N. Poulantzas, Pouvoir..., cit., vol. I, p. 134.
44. K. Marx, O Capital, cit., vol. III, liv. 2, p. 30.
45. K. Marx, O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, vol. VI, liv. 3, p. 907.

46. Id., p. 906.
47. N. Poulantzas, Pouvoir..., cit.. Para um desenvolvimento sistemático dessas teorizações, D. Saes, A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891), especialmente ps. 36-38.
48. Em D. Saes, ps. 39-45. Suas análises da estrutura do Estado burguês constituem a principal referência para este meu trabalho, o que não implica qualquer responsabilidade daquele autor pelos possíveis equívocos da leitura que faço de seu texto, assim como pelos desdobramentos que imprimo a algumas de suas formulações.
49. K. Marx, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 93.
50. K. Marx, O Capital, Nova Cultural, cit., vol. II, liv. 1, p. 153.
51. Id., p. 156.
52. Id., p. 154.
53. Id., ib..
54. Id., p. 157.
55. Id., p. 158.
56. Id., p. 161.
57. Id., ib..
58. Id., p. 166.

59. Id., p. 168.
60. Id., vol. I, liv. 1, p. 129.
61. Por exemplo, id., ps. 71-2.
62. Como se verá posteriormente, a generalização de aspectos desta "não-sociedade" capitalista é parte fundamental da representação ideológica dominante na sociedade capitalista.
63. K. Marx, O Capital, vol. I, liv. 1, p. 97.
64. I. I. Rubin, cit., p.45.
65. K. Marx, O Capital, Nova Cultural, cit., vol I, livro 1, p. 46.
66. Id., p. 47.
67. Id., p. 49.
68. Id., ib..
69. Id., ib..
70. Id., p. 50.
71. Id., p. 79.
- 72.. Id., ib..
73. I. I. Rubin, cit., p. 104.
74. K. Marx, O Capital, cit., vol. I, livro 1, especialmente ps. 125 e 160.

75. Id., p. 139.
76. Id., p. 138.
77. Id., p. 145.
78. Id., p. 144.
79. Id. p. 145.
80. Id., p. 167.
81. Id., p. 144.
82. Id., ib..
83. K. Marx, O Capital, Civilização Brasileira, cit. vol. 6, liv. 3, p. 950.
84. K. Marx, O Capital, Nova Cultural, cit., vol. I, liv. 1, p. 145.
85. K. Marx, El Capital, libro 1, capítulo VI (inédito), Buenos Aires, Siglo XXI, 1971, ps. 34-5.
86. K. Marx, O Capital, Nova Cultural, cit., vol. II, livro 1, p. 130.
87. A distinção entre direito de propriedade e relação de propriedade é de E. Balibar, "Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico", in L. Althusser e E. Balibar, cit., especialmente p. 248.
88. Id. p. 252, grifos dele. Sobre a importância das categorias "pessoas" e "coisas" no direito burguês, consultar igualmente M. Tigar e M. Levy, O Direito e a Ascensão do

Capitalismo, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, especialmente ps. 198, 140-1 e 293.

89. E. Balibar, "Acerca...", cit., p. 253, grifos dele.
90. Id., ib..
91. Id., ib..
92. Id., ib., o último grifo é meu.
93. Id., ps. 253-4.
94. É o caso de L. Marmorá, cit., especialmente ps. 160 e 171.
95. Neste sentido, a qualificação feita por Lauerhass Jr. igualitarismo e independência como "objetivos supremos do nacionalismo pode ser estendida à ideologia nacional". L. Lauerhass Jr, Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro, Belo Horizonte, Itatiaia, 1986, p. 18.
96. K. Marx, O Capital, Nova Cultural, cit., vol. II, livro 1, p. 164.
97. N. Poulantzas, L'Etat..., cit., p. 108.
98. Id., p. 114.
99. Id., ib..
100. Id., p. 115.
101. Id., p. 108.
102. L. Marmorá, cit., ps. 95-154. Os trechos citados são das ps. 110 e 100, respectivamente.

103. Id., p. 101.
104. Id., p. 110.
105. P.-P. Rey, As Alianças de Classes, Coimbra, Centelha, 1979, p. 101.
106. N. Poulantzas, Pouvoir..., cit., vol. II, especialmente ps. 52 e ss..
107. Embora confusamente, Poulantzas chamou a atenção para esse aspecto em seu último livro.
108. R. Bendix, op. cit., p. 90. Para esta formulação e para as citadas nas notas 110-15, Bendix recorre a Max Weber, Economía y Sociedad (na edição do Instituto Cubano del Libro, La Habana, 1971, ps. 556-558).
109. M. Tigar e M. Levy, op. cit., p. 24.
110. Id., p. 91.
111. R. Bendix, op. cit., p. 46.
112. Id., ps. 45-6.
113. Id., p. 46. Em Weber, cit., p. 558.
114. Id., p. 49.
115. Id., ib..
116. E. V. Pasukanis, op. cit., ps. 124 e ss..
117. P. Anderson, L'Etat..., cit., vol. I, p. 33.

118. J.-Y. Guiomar, L'Ideologie Nationale: nation, representation, propriete, Editions Champ Libre, 1974, p. 230.
119. P. Anderson, op. cit., vol. I, p. 39.
120. L. Marmora, op. cit., p. 164.
121. A. Giddens, op. cit.. A distincão entre frontiers e borders está sistematizada nas ps. 49-53. O trecho aspeado é da p. 85.
122. P. Anderson, op. cit., vol. I, p. 39.
123. B. Anderson, op. cit., p. 21.
124. Id., especialmente p. 24. P. Fougeyrollas, por sua vez, refere-se à identidade bipolar das sociedades medievais: "por um lado, os indivíduos conservam suas raízes étnicas; por outro, eles pertencem a uma comunidade religiosa de vocação universal". La Nation: essor et déclin des sociétés modernes, Paris, Fayard, 1978, ps. 16-7.
125. P. Anderson, op. cit., vol. I, p. 40.
126. Id., ps. 40-1. Embora valorizando os aspectos "modernos" do Estado absolutista, Giddens observa que, na Europa, o processo de conversão de frontiers em borders estendeu-se até o séc. XIX. A. Giddens, cit., p. 89.
127. J.-Y. Guiomar, op. cit., p. 85. Como observa Giddens, o próprio monarca não era simplesmente o rei da França; no sul, era denominado - e chamava a si mesmo - Conde de Provence, enquanto no Dauphiné ele era o Dauphin de Viennois". A. Giddens, op. cit., p. 98.
128. B. Anderson, op. cit., p. 28.

129. E. V. Pasukanis, op. cit., p. 125.
130. Id., p. 129.
131. Id., p. 110.
132. Cf. E. Balibar, "Racisme et ineternationalisme", in E. Balibar e I. Wallestein, op. cit., p. 72. Balibar destaca - a meu ver, equivocadamente - entre esses atos, o sufrágio universal. Este assunto será discutido no próximo capítulo.
133. B. Anderson, op. cit., p. 28.
134. A. Giddens, op. cit., p. 51.
135. J.-Y. Guiomar, op. cit., p. 230.
136. Cf. B. de Jouvenel, As Origens do Estado Moderno: uma história das idéias políticas no século XX, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 119.
137. J.-Y. Guiomar, op, cit., ps. 193-4.
138. Sobre a representação burocrática como forma de representação correspondente ao tipo burguês de Estado, ver D. Saes, op. cit., pas 39-47.
139. Apud Guiomar, op. cit., p. 102.

Capítulo 3

1. L. Marmorá, op. cit., p. 168.
2. Nesse sentido, parece-me correta a observação de Anthony Smith segundo a qual pode haver nacionalismo "sem nações pré-existentes". Em contrapartida, o mesmo autor, ao negar que possa "existir um Estado-nação sem que exista previamente a nação", ignora o papel do Estado burguês no processo de constituição da ideologia nacional, inclusive no que diz respeito à própria territorialidade capitalista. A. Smith, Las Teorías del Nacionalismo, Barcelona, Península, 1976, ps. 247 e 238, respectivamente.
3. L. Marmorá, op. cit., ps. 163-4 e 164, respectivamente.
4. E. Gellner, Nations..., cit., p. 12.
5. A partir de outras formulações teóricas, bastante marcadas pelo teleologismo, P. Fougeyrollas intui essa distinção ao afirmar que Fichte lançou "as bases do primeiro (sic) nacionalismo da história", antes mesmo que se estruturasse a nação que ele expressava (La Nation..., cit., p. 82, grifos dele). A meu ver, esse nacionalismo fichtiano não expressava uma inexistente nação alemã, mas as forças políticas que, no início do século passado, lutavam para constituí-la. Na p. 38, o autor faz uma observação similar: o brado de Joachim du Bellay ("France, mère des arts, des armes e des lois...") no século XVI, testemunharia que, embora a nação francesa não tivesse nascido, "o nacionalismo já fazia sua entrada como poesia".
6. Aqui recorro a algumas formulações desenvolvidas em minha dissertação de mestrado, As Redefinições do Nacionalismo Populista

- no Brasil (1930-1964), IFCH, UNICAMP, 1984, mimeog..
7. B. Anderson, op. cit., p. 12.
 8. E. J. Hobsbawn, A Era dos Impérios (1878-1914), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, ps. 209-10.
 9. B. Anderson, op. cit., p. 89.
 10. Se em Rousseau os elementos jurídico-políticos predominam sobre os orgânicos, na vertente romântica do nacionalismo ocorre uma inversão desses termos, com a subordinação do conceito legal de cidadania ao de volk. A esse respeito, cf. Hans Kohn, História del Nacionalismo, México, Fondo de Cultura Económica, 1949, especialmente, ps. 280-1, e A Era do Nacionalismo, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, cap. 1. Elementos fecundos para uma análise dessas duas vertentes da ideologia nacional podem ser encontrados em Anthony Smith, Las Teorias..., cit.. O mesmo autor, em The Ethnic Origins of Nations, Oxford, Basil Blackwell, 1986, apresenta indicações bastante úteis para a análise de concepções "orgânicas" dessa ideologia. Finalmente, sobre as apropriações do "mito gaulês" durante a Revolução Francesa, ver, entre outros, P. Fougeryrollas, op. cit., ps. 68-71.
 11. Ver, a esse respeito, o artigo de Claus Offe, "Critérios de racionalidade e problemas funcionais da ação político-administrativa", publicado na coletânea de textos do mesmo autor, Problemas Estruturais do Estado Capitalista, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, ps. 216-233. Naquele artigo, Offe refere-se a um terceiro critério, o da busca do consenso político, que, para os efeitos de minha análise, considero inserido no segundo.

12. Do mesmo autor, publicado na mesma coletânea, "Reflexões e hipóteses em torno do problema da legitimidade política", p. 273.
13. Id., p. 277.
14. Fougeyrollas observa que, "contrariamente a uma idéia muito difundida, a proporção de trabalhadores estrangeiros na França não se elevou muito entre 1900 e 1950. O elemento novo é a presença, entre esses imigrantes, de um número considerável de muçulmanos que permanecem ligados à sua religião e às suas línguas maternas". La Nation..., cit., p. 203.
15. E. Balibar, "Racisme...", cit., p. 88.
16. Anthony Smith, The Ethnics..., cit., p. 149.
17. P. Fougeyrollas, op. cit., p. 111. Na p. 23, o mesmo autor fornece elementos para se examinar a amplitude da manifestação (principais formações sociais européias na alvorada do imperialismo) e a intensidade dos deslocamentos ocorridos no interior da ideologia nacional, relacionando-os com a ofensiva das forças conservadoras contra o movimento operário.
18. C. Bettelheim, Les Luttes de Classes en URSS: troisième période (1930-1941), vol. II (Les Dominants), Paris, Seuil/Maspero, 1983, p. 32.
19. A esse respeito, consultar o artigo de E. Balibar, "Un précédent", publicado na coletânea organizada pelo mesmo autor, Sur la Dictature du Proletariat, Paris, Maspero, 1976, ps. 27-36.
20. C. Bettelheim, Les Luttes..., cit., vol. II, ps. 241 e 33, respectivamente.

21. P. Fougeyrollas, op. cit., p. 201.
22. Parece-me ser o caso, entre outros, das análises efetuadas por O. Ianni, em Classe e Nação, Petrópolis, Vozes, 1986.
23. Entre outros, Carlos N. Coutinho, "Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil", Temas de Ciências Humanas, 10, ps. 93-110, e A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista do Estado e da Revolução, São Paulo, Brasiliense, 1985.
24. N. Bobbio, O Conceito de Sociedade Civil, Rio de Janeiro, 1985.
25. P. Anderson, Sur Gramsci, Paris, Maspero, 1978.
26. Cf., a esse respeito, C. N. Coutinho, A Dualidade..., cit., especialmente ps. 15-25.
27. Erik O. Wright, Classe, Crise e o Estado, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 94.
28. A. Badiou, Théorie de la Contradiction, Paris, Maspero, 1976, p. 89.
29. Id., p. 92.
30. A. Badiou e François Balmès, De L'Idéologie, Paris, Maspero, 1976, p. 119.
31. Nestes e nos quatro parágrafos seguintes, retomo considerações formuladas em minha dissertação de mestrado, cit., ps. 24-5.
32. F. Engels, As Guerras Camponesas..., cit., p. 51.
33. A. Badiou e F. Balmès, op. cit., p. 68.
34. O. Ianni, op. cit., p. 9.
35. Segundo Rosa Luxemburgo, a burguesia polonesa foi, desde seus inícios, "absolutamente hostil à idéia de independência nacional", pois desenvolveu-se ligada ao czarismo. Entre as forças nacionalistas, alinhava-se a pequena burguesia industrial e, principal-

mente, parte da intelligentsia, que sofria com a russificação, não tendo acesso aos cargos oficiais. A segunda constituiu "o cerne da agitação nacionalista contra...a tirania moscovita". María-José Aubet, Rosa Luxemburgo y la Cuestión Nacional, Barcelona, anagrama, 1977, p. 82. Sobre a posição de Engels a respeito do papel nem sempre "conquistador" da burguesia, consultar, além dos artigos publicados na NGR, "Revolución...", cit., e também As Guerras..., cit.. Neste último texto é explícita a preocupação de Engels com o exame dos antecedentes históricos da fragilidade da burguesia para dirigir o processo da unificação nacional alemã.

36. Apud A. Soboul, A Revolução Francesa, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
37. Id., p. 254.
38. Id., ps. 157 e 239, respectivamente. Sobre a presença de ideologias igualitaristas na Revolução Francesa e, inclusive, sobre a contradição não-superada (exceto, segundo Soboul, pelo movimento de Babeuf) entre o princípio do direito à existência e a defesa da propriedade privada, ver, do mesmo autor, "Utopia e revolução Francesa", in Jacques Droz (org.), História Geral do Socialismo, vol. I, Lisboa, Horizonte, s.d., ps. 254-335.
39. A. Soboul, A Revolução..., cit., p. 399. Nesse sentido, Boissy d'Anglas sinalizava as vicissitudes do pensamento político burguês da primeira metade do séc. XIX. A recusa explícita (Constant, Guizot), a aprovação de princípio articulada à negação

- prática (Stuart Mill) ou mesmo à nostálgica resignação (Tocqueville) frente ao sufrágio universal expressavam, sob a forma do receio de uma "tirania da maioria", o desconforto dos ideólogos burgueses frente à participação política das classes populares.
40. Examinei mais sistematicamente essa questão em minha dissertação de mestrado, cit., especialmente ps. 28 e 30-2.
41. O. Ianni, op. cit., p. 9.
42. Christopher Hill, O Mundo de Ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640, São Paulo, Companhia das Letras, 1977, p. 133.
43. Id., p. 132. A respeito da ideologia política dos niveladores, ver igualmente C. B. Macpherson, A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, cap. III.
44. A "Conspiração dos Iguais", de Babeuf, pela pureza de seus ideais igualitários de repartição dos bens é uma exceção que confirma a regra. Seu "comunismo de repartição" aflora em um momento posterior à derrota das forças revolucionárias mais radicais, sem se articular a qualquer grande mobilização de massas.
45. D. Saes, A Formação..., cit., cap. III.2. O trecho citado é da p. 320.
46. Id., p. 318.
47. N. Poulantzas, Pouvoir..., cit., vol. II, p. 32-3.
48. A esse respeito, ver, por exemplo, Louis Althusser, "Prática teórica y lucha ideológica", na coletânea de textos do

- mesmo autor, La Filosofía como Arma de la Revolución, México, Pasado y Presente, 1977, especialmente p. 54-5.
49. refiro-me especialmente aos ensaios "Fascism and Ideology" e "Towards a theory of populism", publicados em E. Laclau, Politics and Ideology in Marxist Theory, Londres, NLB, 1977.
50. N. Mouzelis, "Ideology and class politics: a critique of Ernesto Laclau", New Left Review, março/abril, 1978.
51. N. Poulantzas, Pouvoir..., cit., vol. II, p. 30, grifos dele.
52. E. Laclau, "Fascism...", cit., p. 119.
53. E. Laclau, "Towards...", cit., ps. 158 e 159-60.
54. Id., p. 160.
55. Id., ib..
56. V. I. Lenin, "Notas críticas sobre la cuestión nacional" publicado na coletânea de textos do mesmo autor, Problemas de Política Nacional e Internacionalismo Proletário, Madrid, Akal, 1975, p. 24.
57. N. Poulantzas, Fascismo e Ditadura, São Paulo, Martins Fontes, 1978, ps. 251-260.
58. D. Saes, "Classe média e política no Brasil (1930-1964)", in Bóris Fausto (org.) O Brasil Republicano, t. III, vol. 3ª, São Paulo, DIFEL, 1983, p. 452.
59. A esse respeito, D. Saes, Classe Média e Sistema Político no Brasil, São Paulo, T. A. Queiroz, 1985, especialmente cap. 2 ; Armando Boito Jr., O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo, São Paulo, Brasiliense, 1982; e Francisco C. Weffort, O Populismo na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, especialmente cap. 1 ("Política de Massas").

60. Analisei mais sistematicamente essa questão em minha dissertação de mestrado, cit..
61. D. Saes, A Formação..., cit., ps. 39 e ss..
62. Id., ps. 284 e ss..
63. Partindo das análises de D. Saes e A. Boito Jr. sobre o populismo, procurei desenvolver a análise dessa questão em minha dissertação de mestrado, cit..
64. D. Saes, "A democracia burguesa e a luta proletária", Teoria & Política, 2, ps. 55-7.
65. A esse respeito, ver, por exemplo, Umberto Cerroni, "Conceito de partido político", na coletânea de textos do mesmo autor, Teoria do Partido Político, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
66. K. Marx, "O 18 Brumário de Luis Bonaparte". Nas Obras Escolhidas de K. Marx e F. Engels, vol. I., São Paulo, Alfa-Omega, s.d., o trecho citado encontra-se na p. 241.
67. E. J. Hobsbawm, A Era dos Impérios, cit., p. 203.
68. Apud Giovanni Sartori, Partidos e Sistemas Partidários, Brasília, Universidade de Brasília, 1986, p. 361.
69. Anouar Abdel-Malek, La Dialéctica Social: la reestructuración de la teoría social y de la filosofía política, México, Siglo XXI, 1975, p. 120.
70. Ver, por exemplo, a referência de V. I. Lenin à América Latina (especialmente à Argentina), em "L'impérialisme, stade suprême du capitalisme", in V. I. Lenin, Oeuvres Choisies, vol. I, Moscou, Éditions du Progrès, 1971, ps. 723-4.

71. Foi este o modo como amplos setores da burocracia estatal brasileira reagiram ideologicamente, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 50, às novas relações com o capitalismo internacional que se constituíam no bojo do processo de mudança do padrão de dependência. A esse respeito, ver D. Saes, Classe Média e Sistema..., cit., p. 119.
72. Basta ver, a esse respeito, como Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto definiram o objetivo da análise que empreenderam em seu clássico estudo sobre dependência: estudar o "desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania". Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 7.

Conclusão

1. B. Anderson, op. cit., ps. 14-5. Para o autor, nação "é uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana". Id., p. 14.
2. Em suas análises, B. Anderson limita-se a considerar a dimensão mercantil do capitalismo e, ainda mais restritivamente, privilegia o que ele denomina "capitalismo editorial".

BIBLIOGRAFIA

- ABDEL-MALEK, Anouar. La Dialéctica Social: la reestructuración de la teoría social y de la filosofía política. México, Siglo XXI, 1975.
- ALMEIDA, Lúcio F. R. As Redefinições do Nacionalismo Populista no Brasil (1930-1964). Dissertação de mestrado. IFCH, UNICAMP, 1984.
- ALTHUSSER, Louis. "Marxismo y humanismo". In La Revolución Teórica de Marx. México, Siglo XXI, 1972.
- _____. "Práctica teórica y lucha ideológica". In La Filosofía como Arma de la Revolución. México, Pasado y Presente, 1977.
- ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Étienne. Para Leer El Capital. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. Sur le Marxisme Occidental. Paris, Maspero, 1977.
- _____. L'État Absolutiste: ses origines et ses voies. Paris, Maspero, 1978.
- _____. Sur Gramsci. Paris, Maspero, 1978.
- AUBET, María-José. Rosa Luxemburgo y la Cuestión Nacional. Barcelona, Anagrama, 1977.
- BADIOU, Alain. Théorie de la Contradiction. Paris, Maspero, 1976.
- BADIOU, Alain e BALMÈS, François. De l'Idéologie. Paris, Maspero, 1976.
- BALIBAR, Étienne. Cinco Ensayos de Materialismo Histórico. Barcelona, Laia, 1976.
- _____. Sur la Dictature du Proletariat. Paris, Maspero, 1976.
- BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel. Race, Nation, Classe: les

- identités ambiguës. Paris, La Découverte, 1988.
- BAUER, Otto. La Cuestión de las Nacionalidades y la Socialdemocracia. México, Siglo XXI, 1979.
- BENDIX, Reinhard. Estado Nacional y Ciudadanía. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.
- BETTELHEIM, Charles. A Transição para a Economia Socialista. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- _____. As Lutas de Classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- _____. Les Lutttes de Classes en URSS: troisième période (1930-1941), vol. II (Les Dominants). Paris, Seuil/Maspero, 1983.
- BLOOM, Solomon F. El Mundo de las Naciones: el problema nacional en Marx. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.
- BOBBIO, Norberto. "Gramsci e a concepção de sociedade civil". In O Conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- BOITO JR., Armando. O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CERRONI, Umberto. "Conceito de partido político". In Teoria do Partido Político. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- CLAUDIN, Fernando. Marx, Engels y la Revolución de 1848. Madrid, Siglo XXI, 1975.
- COUTINHO, Carlos N. A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista do Estado e da Revolução. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- _____. "Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil".
Temas de Ciências Humanas, 10.
- ENGELS, Friedrich. As Guerras Camponesas na Alemanha. Lisboa, Presença, 1975.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. La Nation: essor et déclin des sociétés modernes. Paris, Fayard, 1978.
- FRANCO, Maria S. C. "O tempo das ilusões". In Franco, M. S. C. e CHAUI, Mariena. Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, CEDEC, 1978.
- GALISSOT, René. "Le stalinisme et la nation en Europe de l'Est".
Politique Aujourd'hui, 536, 1979.
- GELLNER, Ernest. Nations and Nationalism. Oxford, Basil Blackwell, 1983.
- _____. Nacionalismo e Democracia. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.
- GIDDENS, Anthony. The Nation-State and Violence. Cambridge, Polity Press, 1987.
- GUIOMAR, Jean-Yves. L'Idéologie Nationale: nation, représentation, propriété. Paris, Champ Libre, 1974.
- HAUPT, Georges, WEILL, Claudie e LOWY, Michael (orgs.). Les Marxistes e la Question Nationale (1848-1914). Paris, Maspero, 1974.
- HAUPT, Georges e WEILL, Claudie. "Marx y Engels frente al problema de las naciones". In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. La Cuestión Nacional y la Formación de los Estados. México, Pasado y Presente, 1980.
- HILL, Christopher. O Mundo de Ponta-Cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo, Companhia das Letras, 1977.

- HOBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções: Europa (1789-1848). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. A Era dos Impérios (1878-1914). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. "Nacionalismo e marxismo". In PINSCY, Jaime (org.). Questão Nacional e Marxismo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____. "Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo". In ____ (org.) História do Marxismo, vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- IANNI, Octávio. Classe e Nação. Petrópolis, Vozes, 1986.
- JOUVENEL, Bertrand. As Origens do Estado Moderno: uma história das idéias políticas no séc. XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- KAUTSKY, Karl. "Nacionalidad y internacionalidad". In CALVER, Richard et al. La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial. México, Pasado y Presente, vol. II, 1978.
- _____. "La nacionad moderna". In BERNSTEIN, Eduard et al. La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial, vol. I. México, Pasado y Presente, 1978.
- KOHN, Hans. História del Nacionalismo. México, Fondo de Cultura Económica, 1949.
- _____. A Era do Nacionalismo. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- LACLAU, Ernesto. Politics and Ideology in Marxist Theory. London, NLB, 1977.
- LAUERHASS JR., Ludwig. Cetúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro. Belo Horizonte, Itatiaia, 1986.
- LENIN, Vladimir I. "Notas críticas sobre la cuestión nacional". In Problemas de Política Nacional e Internacionalismo Proletário.

Madrid, Akal, 1975.

_____. "L'impérialisme, stade suprême du capitalisme". In Oeuvres Choisies, vol. I. Moscou, Éditions du Progrès, 1971.

MACPHERSON, C. B. A Teoria Política do Individualismo Possessivo.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MÁRNORA, Leopoldo. El Concepto Socialista de Nación. México, Pasado y Presente, 1986.

MARX, Karl H. O Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1985, livs. 1 e 2.

_____. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, liv. 3.

_____. El Capital, Libro I, Capítulo VI (inédito). Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.

_____. "O 18 Brumário de Luis Bonaparte". In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas, vol. I. São Paulo, Alfa-Omega, s.d..

MARX, Karl H. e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Escriba, 1968.

_____. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. La Nouvelle Gazette Rhénaine. Paris, Éditions Sociales, 1969, 3 vols.

_____. La Cuestión Nacional y la Formación de los Estados. México, Pasado y Presente, 1980.

MOLNÁR, Erik. La Politique d'Alliances du Marxisme (1848-1889). Budapest, Akadémiaí Kiadó, 1967.

MOUZELIS, Nicos. "Ideology and class politics: a critique of Ernesto Laclau". New Left Review, mar./abr.-1978.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

- PASUKANIS, Evgeny B. La Théorie Générale du Droit et le Marxisme. Paris, EDI, 1976.
- PINTO, Álvaro V. Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.
- POULANTZAS, Nicos. Pouvoir Politique et Classes Sociales. Paris, Maspero, 1972.
- _____. Hegemonía y Dominación en el Estado Moderno. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.
- _____. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- _____. Fascismo e Ditadura. São Paulo, Martins Fontes, 1973.
- _____. L'État, le Pouvoir, le Socialisme. Paris, PUF, 1978.
- _____. "O problema do Estado capitalista". In POULANTZAS, Nicos e MILIBAND, Ralph. Debate sobre o Estado Capitalista. Porto, Afrontamento, 1975.
- REY, Pierre-Philippe. As Alianças de Classes. Coimbra, Centelha, 1979.
- RIAZANOV, David. Marx-Engels e a História do Movimento Operário. São Paulo, Global, 1984.
- ROBINSON, Maxime. "El marxismo y la nación". In Sobre la Cuestión Nacional. Barcelona, Anagrama, 1975.
- ROSDOLSKY, Roman. Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos "sin Historia": la cuestión de las nacionalidades en la revolución de 1848-1849 a la luz de la "Neue Rheinische Zeitung. México, Pasado y Presente, 1980.

- RUBIN, Isaak I. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo, Polis, 1937.
- SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
- _____. A Formação do Estado Burguês no Brasil (1838-1891). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. "Classe média e política no Brasil (1930-1964)". In FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil Republicano, t. III, vol. 3. São Paulo, DIFEL, 1983.
- _____. "A democracia burguesa e a luta proletária". Teoria & Política, 2.
- _____. "Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado?". Teoria & Política, 5/6.
- SMITH, Anthony. Las Teorías del Nacionalismo. Barcelona, Península, 1976.
- _____. The Ethnic Origins of Nations. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- _____. "Utopia e Revolução Francesa". In DROZ, Jacques (org.). História Geral do Socialismo, vol. I. Lisboa, Horizonte, s.d..
- TIGAR, Michael e LEVY, Madeleine. O Direito e a Ascensão do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- TOLEDO, Caio N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo, Ática, 1977.
- WEBER, Max. Economía y Sociedad. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1971.
- WEFFORT, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- WRIGHT, Erik O. Classe, Crise e o Estado. Rio de Janeiro, Zahar, 1981